

Luciano Ortiz
Organizador

Interfaces da EDUCAÇÃO SEXUAL

Autoras e Autores

Débora Fernandez Antonon Silvestre

Débora Raquel da Costa Milani

Eliane Compri de Azevedo Mattos

Fernanda Pereira Dias

Igor Terezane Nardocci

Isabella Mattos

Karin Elizabeth Kruger

Lara de Vasconcelos Torres

Larissa Angelocci

Lilian de Oliveira Lino

Luci Regina Muzzeti

Luciano Ortiz

Mariluce de Moraes

Natalie Naie Santos Rosa

Patrícia Porchat

Rinaldo Correr

Rosimeire Bispo Palmas Da Silva

Vagner Sérgio Custódio

apprehendere
editora

Luciano Ortiz
Orgs

Interfaces da Educação Sexual

1ª edição

Guarapuava
Apprehendere
2024

Conselho Editorial
Adnilson José da Silva
Isis Lenoah Ortiz
Michele Tupich Barbosa
Shirlei Silva Moreira de Carvalho

Organização
Luciano Ortiz

Autoras e Autores
Débora Fernandez Antonon Silvestre
Débora Raquel da Costa Milani
Eliane Compri de Azevedo Mattos
Fernanda Pereira Dias
Igor Terezane Nardocci
Isabella Mattos
Karin Elizabeth Kruger
Lara de Vasconcelos Torres
Larissa Angelocci
Lilian de Oliveira Lino
Luci Regina Muzzeti
Luciano Ortiz
Mariluce de Moraes
Natalie Naie Santos Rosa
Patrícia Porchat
Rinaldo Correr
Rosimeire Bispo Palmas Da Silva
Vagner Sérgio Custódio

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

I61 Interfaces da educação sexual / organizado por Luciano Ortiz. -
Guarapuava: Apprehendere, 2024.
183 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-88217-94-8

1. Educação. 2. Educação Sexual. I. Ortiz, Luciano. II.
Silvestre, Débora Fernandez Antonon. III. Título.

CDD 20. ed. 371.714

Capa: Luciano Ortiz

Imagens da capa: Freepik.com

Diagramação: Luciano Ortiz

Editores: Isis Lenoah Ortiz e Luciano Ortiz

2024

APPREHENDERE

(42) 3304-0263

Av. Manoel Ribas, 2028

Sala 01 - Centro - Guarapuava - PR

www.apprehendereeditora.com

Todos os direitos reservados

Sumário

Apresentação.....	05
A REPRESENTAÇÃO DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA SÉRIE SEX EDUCATION E A SUA POTÊNCIA DE AÇÃO NA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	07
<i>Larissa Angelocci; Patrícia Porchat.</i>	
REPRESENTAÇÕES SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM UM GRUPO DO FACEBOOK.....	26
<i>Lilian de Oliveira Lino; Rinaldo Correr.</i>	
MÚSICAS DE MC PIPOKINHA: UMA ANÁLISE DAS LETRAS E AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	44
<i>Vagner Sérgio Custódio; Rosimeire Bispo Palmas Da Silva; Luci Regina Muzzeti; Natalie Naie Santos Rosa.</i>	
UMA COMPREENSÃO A RESPEITO DA RELAÇÃO ENTRE AMOR E LIBERDADE SEXUAL POR MEIO DE CASAIS SWINGERS.....	61
<i>Lara de Vasconcelos Torres</i>	
ESTIGMAS NA SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO COM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	90
<i>Débora Fernandez Antonon Silvestre</i>	
DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL, DIREITOS HUMANOS, EDUCACIONAIS E POLITICAS NACIONAIS DE SAUDE DA POPULAÇÃO NEGRA.....	109
<i>Mariluce de Moraes</i>	
EDUCAÇÃO SEXUAL E A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO E SEU ENTENDIMENTO SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO COM AS CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR.....	131
<i>Karin Elizabeth Kruger; Fernanda Pereira Dias.</i>	
IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL EFICAZES: UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA.....	152
<i>Eliane Compri de Azevedo Mattos; Débora Raquel da Costa Milani; Isabella Mattos.</i>	
INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - IST: URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL.....	169
<i>Eliane Compri de Azevedo Mattos; Débora da Costa Milani; Igor Terezane Nardocci; Isabella Mattos; Luciano Ortiz</i>	

APRESENTAÇÃO

A educação sexual na atualidade é uma questão fundamental, abordando uma variedade de desafios. Com o desenvolvimento da sociedade e o acesso à informação ampliado, a educação sexual não se restringe mais à simples transmissão de fatos anatômicos e fisiológicos. Ela adota uma abordagem mais holística, considerando aspectos emocionais, sociais, culturais e éticos da sexualidade humana.

Um dos principais focos da educação sexual contemporânea é a inclusão e a diversidade. Reconhecendo e valorizando a variedade de experiências, identidades de gênero e orientações sexuais, a educação sexual promove a aceitação e o respeito por todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, origem étnica ou condição socioeconômica.

"Interfaces da Educação Sexual" é uma obra que mergulha nas diversas facetas da educação sexual, explorando suas conexões com diferentes áreas do conhecimento e seus impactos na sociedade contemporânea. Este livro reúne uma série de ensaios e análises elaboradas por especialistas, oferecendo uma visão abrangente e multidisciplinar sobre o tema.

Cada capítulo deste livro aborda uma interface específica da educação sexual.

- A representação do sofrimento ético-político na série sex education e a sua potência de ação na educação sexual - Larissa Angelocci; Patrícia Porchat.
- Representações sobre “Ideologia de gênero” em um grupo do Facebook; Lilian de Oliveira Lino; Rinaldo Correr.
- Músicas de MC Pipokinha: Uma Análise das Letras e as Possibilidades de Utilização na Educação Sexual - Vagner Sérgio

Custódio; Rosimeire Bispo Palmas Da Silva; Luci Regina Muzzeti; Natalie Naie Santos Rosa.

- Uma Compreensão a Respeito da Relação entre Amor e Liberdade Sexual por Meio de Casais Swingers - Lara de Vasconcelos Torres

- Estigmas na Sexualidade da Pessoa com Deficiência Intelectual: Um Estudo com Professores da Educação Especial - Débora Fernandez Antonon Silvestre.

- Diversidade Étnico Racial, Direitos Humanos, Educacionais e Políticas Nacionais de Saúde da População Negra - Mariluce de Moraes.

- Educação Sexual e a Importância do Profissional da Educação e seu Entendimento sobre a Diversidade Sexual e de Gênero com as Crianças no Contexto Escolar - Karin Elizabeth Kruger; Fernanda Pereira Dias.

- Importância da Gestão Escolar na Implementação de Programas de Educação Sexual Eficazes: Uma Abordagem Científica - Eliane Compri de Azevedo Mattos; Débora Raquel da Costa Milani; Isabella Mattos.

- Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST: Urgência da Educação Sexual - Eliane Compri de Azevedo Mattos; Débora da Costa Milani; Igor Terezane Nardocci; Isabella Mattos; Luciano Ortiz.

Este livro é uma contribuição para estudantes, pesquisadores e profissionais interessados em aprofundar seu conhecimento sobre educação sexual e suas implicações na sociedade contemporânea.

Ótima Leitura

A REPRESENTAÇÃO DO SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NA SÉRIE SEX EDUCATION E A SUA POTÊNCIA DE AÇÃO NA EDUCAÇÃO SEXUAL¹

Larissa Angelocci²

Patrícia Porchat³

INTRODUÇÃO

Atualmente há um grande desenvolvimento de séries pelas plataformas de *streaming*⁴ disponíveis no mercado e, de maneira geral, trata-se de produções audiovisuais com a narrativa dividida em temporadas e episódios, podendo ser de vários gêneros como drama, comédia, terror, ficção científica, etc. Paganelli, Bona, Behling (2021) sugerem que a facilidade de acesso aos conteúdos audiovisuais oportuniza seu consumo, especialmente no mundo contemporâneo. A

¹ O presente trabalho foi produzido durante a disciplina optativa “diversidade de gênero e cotidiano escolar” ministrada pela professora-doutora Ana Paula Leivar Brancaloni no programa de pós-graduação em Educação Sexual (Mestrado Profissional) da UNESP-Araraquara (SP). Os conceitos “sofrimento ético-político” e “potência de ação” são de Bader Burihan Sawaia, conforme será demonstrado ao longo do texto.

² Mestranda, programa de pós-graduação de Educação Sexual da UNESP-Araraquara e pós-graduanda do programa Formação Didático-Pedagógica para Cursos de Modalidade a Distância da UNIVESP, larissa.angelocci@unesp.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8481746490483592>

³ Pós-doutora, professora do departamento de Psicologia da UNESP-Bauru e do programa de pós-graduação de Educação Sexual da UNESP-Araraquara, patricia.porchat@unesp.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2588940924523681>

⁴ As plataformas de *streaming* mais conhecidas são a Netflix, a HBO, a Amazon PrimeVideo, a Paramount, a Star+ e a Disney+.

exemplo disso, cita-se que a Netflix atua em 190 países e tem mais de 238 milhões de assinantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Este trabalho pretende discutir a produção do sofrimento vivida por pessoas LGBTQIAPN+ por meio de um recorte da série *Sex Education*, a fim de destacar o desamparo do personagem Carl Bowman (Dua Saleh)⁵, pessoa não-binária que enfrenta desafios com a diretora da escola. Isso permite o debate acerca de como o uso de seriados de entretenimento pode ser utilizado na prática da educação sexual.

Primeiramente é necessária uma exposição sobre a série a fim de ambientar o leitor. A série *Sex Education*, criada por Laurie Nunn, é uma produção original da plataforma de *streaming* Netflix que tem 4 temporadas, lançadas respectivamente nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2023, tendo 8 episódios cada. A série conta a história de Otis Milburn (Asa Butterfield), um jovem estudante do colégio britânico Moordale e filho da terapeuta sexual Jean Milburn (Gillian Anderson), que passa a dar conselhos terapêuticos-sexuais para os demais alunos do colégio à medida que o programa de educação sexual da escola se mostra ineficiente para lidar com as dúvidas e desejos do corpo discente e, é claro, os efeitos dessa ineficiência. A série possui a classificação indicativa de 16 anos devido ao conteúdo de sexo explícito, linguagem imprópria e uso drogas.

⁵ Por conveniência é apresentado primeiro o nome e sobrenome dos personagens e em seguida o nome e sobrenome dos atores e atrizes que os interpretam entre parêntesis. Ao longo do texto, os personagens serão tratados apenas por seu primeiro nome. No caso de Carl, optou-se por utilizar pronomes masculinos para se referir a ele em razão de sua história narrativa.

A temporada 1 (T1) apresenta o trio de protagonistas formado por Otis, seu melhor amigo Eric Effiong (Ncuti Gatwa) e Maeve Wiley (Emma Mackey), bem como o desenrolar principal da trama, incluindo o início da “clínica sexual” que Otis e Maeve instituíram não oficialmente no colégio e as demais relações entre os personagens.

Durante a segunda temporada (T2) há uma breve problematização da conduta de Otis no que diz respeito à falta de formação profissional para seu exercício de “terapeuta” e, também se coloca em questão a indisposição do diretor Michael Groff (Alistair Petrie) em aceitar a revisão do programa de educação sexual da escola, além de rechaçar a expressão da sexualidade dos alunos.

É claro que a ação repressora do diretor acaba por prejudicá-lo posteriormente quando os alunos, em uma atitude ousada frente à repressão escolar, apresentam uma adaptação erotizada da peça *Romeu e Julieta* de Shakespeare com figurinos que recriam vulvas e pênis – além de outras insinuações sexuais. Na sequência desse evento, Michael é demitido pelo conselho escolar por se mostrar incapaz de gerir a escola, ou melhor, controlar o comportamento e expressão sexual dos alunos.

Na sequência, a partir da terceira temporada (T3) a direção do colégio é assumida por Hope Haddon (Jemima Kirke), uma liderança ainda mais autoritária e retrógrada que a anterior. Hope começa a implementar mudanças no colégio como a obrigatoriedade de uniforme escolar (impedindo os alunos de se vestirem conforme seus gostos particulares, incluindo a proibição de piercings e penteados chamativos e/ou coloridos), impõe a separação entre “meninos e meninas” (no que

diz respeito às matérias escolares cursadas e o espaço delimitado nos corredores por uma “linha” pintada no chão), organiza a demolição do banheiro em que Otis oferecia os conselhos terapêuticos-sexuais, faz algumas falas e atos implicitamente racistas, como por exemplo, o fato de sugerir que Otis, branco, era o líder estudantil e que Jackson Marchetti (Kedar Williams-Stirling), preto, seria o responsável pela clínica sexual informal.

Da mesma forma que a ação repressiva de Michael foi ineficaz e teve um resultado prejudicial para si próprio, Hope teve o mesmo destino: a demissão após nova apresentação teatral dos alunos, a qual era intitulada “A Escola do Sexo”, com caráter ainda mais erótico e resistente à opressão sexual.

Já na quarta e última temporada (T4), os estudantes foram obrigados a trocar de colégio porque a popularidade negativa que a escola ganhou mediante os comportamentos dos alunos fez com que falisse pela falta de investidores, que haviam retirado suas doações. Com isso, os alunos ingressam em outra escola, sendo esta bem mais aberta à expressão de gênero e sexualidade estudantil, o que inclusive repercutiu para o final da temporada e de um dos dramas apresentados: a arrecadação de fundo financeiro por parte da comunidade escolar (alunos e professores) para custear a cirurgia de mastectomia de Carl.

Carl foi acrescentado ao rol de personagens durante a terceira temporada e pode ser compreendido como a representação do embate que pessoas trans, travestis e não-binárias enfrentam nos moldes “típicos” de educação.

Em sua dissertação, intitulada *Investigando Resistências à Educação Sexual: considerações psicanalíticas e queer a partir de escritos de Deborah Britzman*, Rodrigues (2017) escreve que para Britzman (seu referencial teórico) há três tipos de pedagogias de educação sexual: a “normal”, a “crítica” e a “ainda não tolerada”, sendo que a educação sexual “normal” é a clássica tentativa reguladora com muita influência médica, advinda do séc.XIX. Nessa perspectiva, o público-alvo da educação sexual é visto como uma “população-problema” que precisa ser educada e/ou normalizada, tendo como consequência o fato de que: “da parte dos educandos, se paga com o sofrimento por não se adequar à normalidade. De outro lado, da parte dos educadores, se paga com frustração frente a uma educação normativa de objetivos impossíveis” (RODRIGUES, 2017, p.57).

Isso se aplica na história de Carl, que muitas vezes expressava seu descontentamento por não ver a escola como um local para si. A obrigatoriedade do uniforme escolar, por exemplo, passa a ser um inconveniente para Carl visto que a utilização do uniforme feminino o deixava desconfortável e o masculino atraía olhares e atitudes de rechaço por parte da direção escolar. Fica explícito como a diretora Hope se frustra com a presença de personagens não-binários e passa a vigiar e perseguir Carl. Percebemos na fala da personagem, por exemplo, frases intolerantes como “Qual é o problema? Além do seu uniforme de novo⁶” (T3E4), “Cuidado, Jackson. Não quero ver você

⁶ Os diálogos das cenas foram transcritos literalmente como os diálogos da série, isto é, de acordo com a dublagem PT-BR oficial da série.

entrando no caminho errado” (T3E4) – aqui se referindo à diversidade dos alunos como *caminho errado* – ou, ainda, quando convoca todo o corpo discente para o auditório da escola após os alunos terem chamado atenção da mídia local para o colégio como uma “instituição cheia de depravados ssexuais” (T3E6) e expõe publicamente alunos LGBTQIAP+ como forma de punição.

Dentre os alunos chamados ao palco do auditório, Carl foi um dos punidos ao ser obrigado a ler um cartaz grande com a frase “eu sou uma encenqueira desleixada e não me importo com meus colegas” e, ainda, utilizá-la como acessório identificatório pendurado no pescoço. Além da situação vexatória, que por si só configura uma violência dirigida a Carl, tem-se também a referência ao personagem pelos pronomes femininos por parte da diretora, que faz isso mesmo sabendo que ele não se identifica com a identidade “mulher”, ou seja, enquanto os demais alunos se empenham em utilizar a linguagem neutra para se referir a Carl, chamando-o apenas por seu nome ou utilizando o “ile”⁷, a diretora da escola segue ignorando seu desejo de ser reconhecido de outra forma e intencionalmente o reprime ao usar uma linguagem não-neutra.

Ainda nesse episódio (T3E6), um aluno intercambista, Anwar Bakshi (Chaneil Kular), que estava presente na plateia do auditório tenta interromper o vexatório público e a diretora em represália o suspende da escola, tornando-o outro exemplo de que os alunos

⁷ A dublagem PT-BR oficial da série considera a linguagem neutra e para melhor adaptação linguística é utilizado o “ile” para substituir “ela / ele”.

deveriam obedecê-la e que qualquer atitude contrária por parte do corpo estudantil teria punição. Assim, no final dessa cena, a diretora confisca os celulares pessoais dos alunos LGBTQIAPN+ chamados ao palco, ordena que eles não podem retirar as placas identificatórias sem sua permissão e que outros estudantes não podem conversar com eles, isolando-os intencionalmente do restante dos alunos.

Sobre isso, Berenice Bento em seu trabalho *Na Escola se Aprende que a Diferença faz a Diferença* de 2011 escreveu que há um “heteroterrorismo” pelo qual a sociedade é moldada e ao mesmo tempo se molda, de modo que os discursos são repetidos diversas vezes por várias instituições e que até mesmo a invisibilidade é um desses mecanismos de controle, pois “quando ‘o outro’, ‘o estranho’, ‘o abjeto’, aparece no discurso é para ser eliminado. É um processo de dar vida, através do discurso, para imediatamente matá-lo” (BENTO, 2011, p.552).

Desse modo, interpreta-se que na referida cena do auditório (T3E6) há o processo inicial de invisibilização dos alunos LGBTQIAPN+ da série a fim de que esses sejam eliminados do corpo discente, de acordo com as atitudes da direção representada. Afinal, supõe-se que a partir do momento em que eles passam a ser identificados por placas vexatórias ao invés de seus nomes, os alunos são retirados da posição de dignidade e respeito que a escola deveria zelar, proteger e promover.

Nesse ponto, estamos de acordo com Bento (2011) quando ela afirma que o isolamento e banimento podem levar à baixa autoestima, aversão e evasão escolar. Esse último termo possui uma ressalva pela

própria autora, dado que “há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar ‘evasão’ de ‘expulsão’” (BENTO, 2011, p. 555). Para ela, há uma clara distinção entre o aluno que deixa a escola porque precisa trabalhar e o que deixa a escola porque esta não quer sua presença, legítima violências contra ele e/ou não se preocupa em se adaptar para sua existência, como por exemplo no caso de Carl, em que há uniformes e disciplinas escolares divididas por gênero.

Nesse sentido, dizer que os alunos LGBTQIAPN+ se evadem das escolas é mais uma vez uma forma de invisibilização da problemática do ambiente escolar que não está preparado para lidar com outras formas de existência para além do tradicional cis-hétero.

Vale destacar que na quarta temporada (T4), Carl apresenta muitos comportamentos de auto-aversão, chegando ao ponto de fugir de casa e da nova escola. Carl diz no último episódio (T4E8): “parece que eu tô me afogando, eu não posso esperar mais, não posso ficar nesse corpo e... isso nunca vai mudar [...] Acho que o mundo não quer pessoas como eu nele”. Aqui fica óbvio o sofrimento do personagem, tanto pela fala quanto pelo contexto em que ela se apresenta na série: Carl foge de casa e se direciona para a borda de um penhasco.

Neste ponto, vale ressaltar que a população LGBTQIAPN+ tem números alarmantes de tentativas de suicídio quando comparada à população cis-hétera, especificamente sete vezes mais tentativas (GHORAYSHI, 2023). Assim, sua fala tem um grande impacto, pois expressa a desesperança do personagem que não se vê como alguém autorizado a existir como se é. Assim, interpreta-se que as violências

sofridas por Carl na temporada anterior (T3) culminaram em seu mal-estar e desamparo posterior, com efeitos de curto, médio e longo prazo.

Desse modo, cabe a hipótese de que se essa não fosse a última temporada de *Sex Education* em que não havia tempo hábil para explorar temas sensíveis como suicídio e o fato de que a série se propõe a ser uma comédia, Carl poderia ser não apenas um personagem que representaria uma pessoa não-binária, mas alguém que foi impelido ao suicídio por causa da exclusão social.

Sobre isso, Bader Burihan Sawaia (2001) escreveu um capítulo de livro intitulado *O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise Dialética Exclusão/Inclusão*, em que discorre sobre a dor e o sofrimento serem categorias diferentes, pois a primeira diz respeito à capacidade de sentir e/ou de ser afetado, já o segundo está relacionado às injustiças sociais e opressão, sendo particular a uma parcela da população, isto é, não é um sentimento compartilhado por todos. Assim, o sofrimento é ético-político:

[...] retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (SAWAIA, 2001, p.104).

Destaco essa categoria de análise especialmente porque são as dores e o sofrimento que escuto na prática profissional como psicóloga, é esse tema que me mobiliza para uma ação transformadora da realidade, ou seja, esse trabalho não poderia ter um viés diferente.

Apresentar um personagem de uma das séries mais famosas dos últimos anos em sofrimento é poder apontar reflexões sobre sua realidade (ainda que fictícia) para leitores e espectadores a fim de aproximar jovens das discussões pertinentes à Educação Sexual, objetivando a diminuição do preconceito e da exclusão de pessoas LGBTQIAPN+.

DESENVOLVIMENTO

No senso comum a ideia de pesquisa científica se refere àquelas hipóteses testadas em laboratório e comprovadas estatisticamente, contudo também existem outras formas de se produzir conhecimento, em especial nas ciências humanas. Ou seja, usar o sofrimento ético-político como uma categoria de análise da realidade é uma forma de pesquisa científica tão válida quanto à outra mencionada, pois o sofrimento também é um fenômeno observável e complexo que pede explicações teóricas e hipóteses para a sua superação, afinal, é uma dimensão que faz parte da humanidade e deve ser minimizada.

Nesse sentido, o sofrimento ético-político deve ser trabalhado em seu potencial, como um gatilho transformador, que Sawaia (2001) denomina de “potência de ação”. Para isso, a autora recorre ao conceito de felicidade ético-política que diz respeito ao salto qualitativo quando as ações individualistas de uma pessoa ou grupo se transformam em ações coletivas em torno de uma questão social.

Tal pensamento teórico foi representado na série pelos personagens do novo colégio que se uniram na busca pelo paradeiro de Carl após sua mãe ter comunicado seu desaparecimento e o cuidado que apresentaram em abordá-lo após a fuga, como por exemplo quando o

personagem Eric diz “vai ficar tudo bem” quando encontra Carl na borda do penhasco (T4E8).

O desenrolar da cena é ainda mais tocante pelos dois serem interrompidos por Jackson, que nota o sofrimento do amigo e fala “Carl, olha, eu não tinha ideia que você tava passando por um momento tão difícil. Eu sinto muito te decepcionar”, frase que Eric complementa: “Todos nós devíamos ter feito mais para mostrar o quanto nós amamos você. As coisas tem que mudar, Carl, porque pessoas como a gente vão continuar aqui. Eu sei que o mundo pode ser difícil, mas você não está só, precisamos de você aqui com a gente. Podemos ir pra casa?” ao que o personagem confirma apaziguado.

Um detalhe importante dessa cena é que Eric também é parte da comunidade LGBTQIAPN+ por ser gay, isto é, ele teve sua própria narrativa de sofrimento e aceitação ao longo da série; além do fato de que é outro personagem negro. Destacar essas características é importante porque elas fazem com que Eric seja o melhor interlocutor para Carl na série nesse momento delicado, afinal, sendo um LGBTQIAPN+, ele poderia entender o sofrimento de outro.

Isso também se aplica ao personagem Anwar que havia defendido Carl e os outros colegas de turma na cena do auditório quando estavam sendo humilhados publicamente pela diretora (T3E6). Anwar é o outro personagem gay e, assim como Eric, é tocado pelo sofrimento de Carl para além da mera empatia, uma vez que também faz parte desse grupo que é constantemente violentado, inclusive institucionalmente pela escola em questão, ou seja, aquela violência pública era pessoal para ele também.

De acordo com Sawaia (2001), o conceito de “potência de ação” é melhor empregado que “conscientização” e “educação popular” porque estabelece uma atuação sobre as ações, significados e emoções coletivas e individuais, de modo que destaca a afetividade no processo de pensar-agir.

A exemplo da importância das emoções, a autora cita que moradores em situação de rua constantemente demandam “eu quero ser gente” (p.115), de modo que o sofrimento apresentado por eles não trata apenas de um corpo biológico que passa fome, mas também de um corpo necessitado de afetos, que almeja ser reconhecido, distinguido e identificado como um ser de existência com direito ao amor e à felicidade.

Essa é uma das facetas dolorosas da exclusão: a destituição da categoria de humano que pertence a cada um, como se a pessoa fosse reduzida a uma coisa ou um objeto. Infelizmente ela passa a acreditar nisso, pois para o pedido de “ser gente” fazer sentido é porque a própria pessoa introjetou sua condição de “não-gente”.

Vale ressaltar que, antes de fugir de casa e da escola, Carl tinha ido ao shopping e pedido três hambúrgueres para comer, mas não se alimentou de nenhum deles; isto é, tal como os moradores em situação de rua (SAWAIA, 2001), não era essa fome que Carl sentia. Logo, quando Eric explicita que ele e seus colegas de turma amam Carl, o personagem sai da condição de miséria afetiva, de modo que passa a ser nutrido novamente.

Essa afetividade positiva, explicitamente demonstrada e falada, causa uma “restituição” em Carl, que concorda em voltar para casa e

em ser beneficiado pela amabilidade dos colegas. Quando outra personagem o visita após sua fuga e diz: “Eu to tão feliz que você tá bem [...] Eu vim perguntar se você se sentiria confortável se o dinheiro arrecadado hoje fosse para sua mastectomia”, Carl responde: “Isso é incrível. Ah, valeu” (T4E8). Desse modo, a compaixão dos alunos, entendida como “sofrimento que nos faz voltar à ação social” (Sawaia, 2001, p.105) foi imprescindível para o desfecho da narrativa de Carl. Acreditamos ser este o ponto chave que nos permite a utilização da série como material para uma educação sexual sem preconceitos.

A exibição das cenas de comédia ou as de drama (como demonstradas aqui pela narrativa de Carl) podem produzir debates, identificações e compaixão nos estudantes de programas reais, a fim de levá-los a uma prática cotidiana que vise a superação da exclusão. Nesse sentido, as cenas da série podem ser usadas como ponto de partida para discussão escolar de temas como corpo, gênero e sexualidade (ou afins) que caibam em programas de educação sexual atuais.

Uma das questões discutidas por Rodrigues (2017) é de que há um mito difundido na sociedade brasileira de que se crianças e adolescentes souberem da existência de pessoas LGBTQIAPN+, eles se tornarão parte da comunidade também. O autor comenta que parte desse mito é irreal porque as expressões da sexualidade não são determinadas dessa forma, mas ao mesmo tempo discute que “parte desse mito é real” (p.104). Sua justificativa é a de que com a crescente visibilidade de pessoas fora do espectro cis-branco-hétero na mídia, os investimentos afetivos sobre essas figuras são transformados, ou seja,

para uma parcela de espectadores essas pessoas passam a ser “gente” e a ter o direito ao amor e à felicidade. Logo, se antigamente em contextos tradicionais de ensino os materiais com a menção da existência de pessoas LGBTQIAPN+ eram restritos e proibidos, agora passam a ser um ponto central na Educação Sexual.

Isto posto, pensar os afetos é fundamental para a Educação de modo geral. Por exemplo, Vygotsky, citado por Sawaia (2001), escreveu que as emoções eram necessárias para o ensino já que este é um processo intersubjetivo. Nessa linha, Rodrigues (2017, p.73) discute o lugar de uma pedagogia *queer* e/ou “ainda não tolerada”:

[...] a postura educativa e ética na versão pedagógica aqui discutida pode ser então a de permanente questionamento das diferenças, das naturalizações, dos essencialismos e da universalização. Nesta direção, o papel de uma educação sexual “ainda não tolerada” pode ser, portanto, o próprio questionamento da estabilidade das identidades e das categorias historicizadas que trazemos para o debate quando falamos sobre a sexualidade, sobre o sexo, sobre o desejo e sobre as identidades sexuais e de gênero. Desta forma, a educação sexual chamada por Britzman de “ainda não tolerada” não deixa de ser combativa às desigualdades ao incluir-se em uma agenda política de redefinição e questionamento das próprias categorias linguísticas e fronteiras identitárias que geram exclusão.

Para o autor esse modelo de educação valoriza “as fantasias e os desvios produtivos de afetos” (p.127), estabelecendo abertura para educação *na* diversidade, o que corrobora com Sawaia (2001) sobre a “potência de ação” citada anteriormente.

Também a gestão escolar, retratada na quarta temporada (T4) da série, tem uma atuação que permite categorizá-la como uma proposta

político-pedagógica *queer*⁸, de modo que é interessante assistir um cenário em que a direção não rechaça seus alunos por sua orientação e identidade sexual, que se propõe a atender aos interesses do corpo discente e possibilita espaços para os questionamentos das naturalizações, diferenças e desigualdades; isto é, é possível olhar para essa instituição de ensino fictícia e se questionar se seria possível uma escola brasileira atuar nesses moldes.

Assim, como defende Sawaia (2001), para o enfrentamento da exclusão, enquanto fenômeno social, é necessário duas linhas estratégicas: a primeira sendo material e jurídica e a segunda afetiva e intersubjetiva. À medida que a série for utilizada como um material de trabalho para o ensino da Educação Sexual com adolescentes – em especial devido à classificação indicativa de 16 anos – criam-se condições de que alunos reais se identifiquem com os personagens retratados e/ou criem compaixão por essas existências diferentes de si, o que pode levar a uma ação social transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi apresentado o sofrimento de exclusão sofrido pelo personagem Carl da série *Sex Education*, promovendo o debate entre produções audiovisuais e o campo da Educação Sexual.

O personagem em questão é um figurante não-binário que sofre ao longo da terceira temporada da série a exclusão e preconceito por

⁸ Optou-se por utilizar o termo “pedagogia *queer*” aqui porque no enredo da série essa é uma proposta pedagógica validada, ou seja, não há contexto para a concebermos como “ainda não tolerada” no mundo fictício da série.

parte da diretora da escola em que estuda, de modo que na última temporada apresenta comportamentos de baixa autoestima, autoaversão e evasão escolar. A não-binariedade do personagem era um tema central para o desenvolvimento deste trabalho, visto que na série essa condição o fazia alvo do preconceito da diretora da escola.

Postula-se aqui que o óbvio precisa ser dito e colocado em pauta, sendo assim, é importante salientar que Carl não sofre porque é uma pessoa não-binária em si, mas sim porque é uma pessoa não-binária em uma sociedade que não o reconhece como alguém passível de ser investido afetivamente, de ter o direito de ocupar espaços comuns (como a escola), de se expressar e de ser quem se é. Logo, a série trabalha de forma dramática a questão da diversidade, um dos conteúdos típicos da educação sexual.

Com base na teoria de Sawaia (2001) foi dado o devido destaque ao sofrimento ético-político como uma categoria de análise tão válida quanto qualquer outro dado estatístico sobre um fenômeno social. Nessa perspectiva, o sofrimento é produzido pela exclusão social e por ser uma condição coletiva que precisa ser estudada para ser superada a partir da criação de ferramentas capazes de diminuir as condições que sustentam a exclusão em si.

O combate à exclusão, nesse sentido, pode ser viabilizado tanto por medidas jurídicas, como o reconhecimento de identidades trans, travestis e não-binárias por órgãos oficiais, quanto pela dimensão afetiva e intersubjetiva, como o direcionamento de afetos positivos (empatia, amor, proteção e cuidado) à figuras que historicamente são marginalizadas e invisibilizadas.

Por isso, o uso de uma série de entretenimento é tão oportuno. As produções audiovisuais têm o poder de capturar seus espectadores, por meio de identificações e projeções para com os personagens, oportunizando o debate sobre o sofrimento ao qual essas representações fictícias fazem referência. Afinal, Carl é apenas um personagem, mas existem pessoas não-binárias na vida real que sofreram e seguem sofrendo o que ele viveu na série.

Desse modo, quando os espectadores se deparam com a injustiça à qual o personagem é submetido por uma figura de autoridade que, em tese, deveria ser sua tutora, cria-se uma empatia por Carl que pode ser estendida à pessoas não-binárias reais e, mais do que isso, ser o gatilho para a potência de ação transformadora esperada para superação da realidade (SAWAIA, 2001).

Bento (2011) diz que a exclusão social é constituinte do mundo escolar, de modo que é por causa das escolas não estarem preparadas para lidar com a diversidade que a diferença é colocada como algo negativo. A autora é bem clara em afirmar que, mesmo sem explicitamente declarar a diferença como pejorativa, ao não ser mencionada, ela acaba sendo relegada a um lugar de não existência, de invisível, abjeto e, nesse sentido, eliminável.

A saída lógica deve ser uma educação que considere a diversidade em seu núcleo. Nesse caso, recorremos a Rodrigues (2017), que defende a educação sexual pleiteada por Deborah Britzman, conhecida como “ainda não tolerada”, mas que esperamos ser chamada de “pedagogia queer” em um futuro próximo. Nessa perspectiva, o ensino considera mais do que o currículo acadêmico, abrindo espaços

para os questionamentos das naturalizações, diferenças e desigualdades presentes no próprio ambiente escolar. De acordo com esse modelo de educação sexual, as fantasias e os afetos são considerados na relação intersubjetiva entre professor e aluno, que pode ser maximizada por meio de um canal de comunicação que atinja a ambos, promovendo a transformação social esperada.

Dessa maneira, almeja-se um ensino mais atento à afetividade, contemporâneo e disposto a ser interessante e flexível para os alunos em programas de educação sexual atuais, isto é, caminha-se para uma pedagogia queer que não precise mais ser conhecida como “ainda não tolerada” (RODRIGUES, 2017).

A utilização de uma série de entretenimento como *Sex Education* é uma possibilidade de tornar o ensino da educação sexual mais cativante para a comunidade estudantil, destacando a importância do afeto e a valorização desses corpos socialmente excluídos, marginalizados e invisíveis, a fim de compreender e se trabalhar a diversidade em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 19, n. 2, Aug. 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Netflix anuncia quase 6 milhões de novos assinantes e supera expectativas. Folha de São Paulo, São Paulo, 19 jul. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/netflix-anuncia-quase-6-milhoes-de-novos-assinantes-e-supera-expectativas.shtml>>. Acesso em 30 de nov. de 2023.

GHORAYSHI, A. **Estudo mostra maior risco de suicídio para pessoas transgênero**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/06/estudo-mostra-maior-risco-de-suicidio-para-pessoas-transgenero.shtml>>. Acesso em 05 de jan. de 2024.

PAGANELLI, Vitor; BONA, Rafael José; BEHLING, Hans. **Aspectos de gênero, educação e consumo de mídia na narrativa da primeira temporada de Sex Education (Netflix)**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL, 2021.

RODRIGUES, G.V. **INVESTIGANDO RESISTÊNCIAS À EDUCAÇÃO SEXUAL**: Considerações psicanalíticas e queer a partir de escritos de Deborah Britzman. Tese, programa de pós-graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 194 f, 2017.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEX EDUCATION. Roteiro: Laurie Nunn, Produção de Jon Jennings. Reino Unido: Netflix, 2019.

REPRESENTAÇÕES SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” EM UM GRUPO DO FACEBOOK

*Lilian de Oliveira Lino⁹
Rinaldo Correr¹⁰*

Introdução

Na atualidade, temos presenciado frequentemente em diferentes setores da sociedade o debate acerca da “Ideologia de Gênero”. Tal tema, recheado de polêmica, tem tido a capacidade de suscitar pânico moral e mobilizar ações de enfrentamento para o perigo iminente que essa ideologia representa para a sociedade.

Seja na mídia, na política ou na religião esse assunto tem sido pauta de discussões entre grupos conservadores no Brasil e em outras partes do mundo. Com base nesses acontecimentos, autores e autoras têm voltado suas pesquisas a fim de compreender a historicidade desse conceito, assim como os mecanismos que possibilitaram o espraiamento dessa narrativa com tamanha intensidade.

Como exemplo de pesquisas que procuram compreender esse fenômeno, destacam-se os trabalhos de JUNQUEIRA, 2018; MACHADO, 2018; MISKOLCI, 2017, 2018; PATERNOTTE & KUHAR, 2018; PRADO & CORREA, 2018, cujo arcabouço teórico contribuirá para compor o desenvolvimento deste ensaio.

⁹ Mestra em Educação Sexual, UNESP. Campus de Araraquara. E-mail: lilian.lino@unesp.br. Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/6854116639446739>

¹⁰ Doutor, docente no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual - UNESP. Campus de Araraquara. E-mail: rinaldo.correr@unesp.br. Currículo lattes <http://lattes.cnpq.br/7798981076115942>

Outra questão que merece destaque são as duas últimas décadas, fortemente marcadas pelo avanço massivo das tecnologias digitais, que por sua vez, possibilitaram que as redes sociais se tornassem um ambiente de contínua interação de ideias sobre os mais variados temas, além de provocar a sensação de proximidade com aqueles que se encontram distante geograficamente. É evidente que as redes sociais despertaram nos seres humanos a necessidade de permanecerem conectados boa parte do tempo, uma vez que estar conectado possibilita a interação com pessoas e grupos, a emissão de opinião sobre variados assuntos, postar, comentar, enfim uma infinidade de possibilidades que se encontram disponíveis diante da tela do notebook ou smartphone.

O advento das redes sociais também trouxeram alguns pontos negativos que serão discutidos no decorrer de nossa reflexão. Entre esses pontos podemos citar as *fakes news*, responsáveis pelas inverdades que transitam e se disseminam facilmente pelas redes sociais.

Sob esta perspectiva, este ensaio, buscará analisar a representação social do sintagma “Ideologia de Gênero” compartilhado em uma página integrante da rede social Facebook. Esse ensaio toma como base a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978). Nesse sentido, foram selecionadas duas imagens da página citada, destacando-se aquelas que fazem menção ao termo “Ideologia de Gênero”.

Sintagma, falácia, pânico moral, espantinho, eis então o fantasma da “Ideologia de gênero”

Basta utilizar a ferramenta de pesquisa do Google, em notícias e digitar o termo “ideologia de gênero”, para então nos depararmos com os títulos, *Bolsonaro: o Brasil é um país que é contra a ideologia de gênero* (Isto é, 09/07/2022); *Criança confronta ideologia de gênero e é expulsa de escola* (R7, 20/06/2022); *Projeto proíbe propaganda oficial com alusão à ideologia de gênero* (Jornal Cruzeiro do Sul, 14/06/2022); *Projeto contra ‘ideologia de gênero’ recebe pareceres favoráveis em São José* (O Vale, 20/04/2022). Certamente, se realizarmos uma busca mais detalhada encontraremos um número muito maior de notícias relacionadas à “Ideologia de Gênero”. O que pretendemos expor com esses exemplos é que esse tema está presente na mídia, ao alcance imediato de qualquer indivíduo. Não é preciso ir muito adentro nas notícias, para perceber que os títulos por si só fazem alusão à ameaça e perigo que a “Ideologia de Gênero” representa para a população brasileira, sobretudo para as crianças.

Mas afinal, do que se trata a “ideologia de gênero”? Como surgiu? E o que representa para a atualidade? O surgimento desse termo hoje popularizado de forma universal tem sua origem em princípios dogmáticos que surgem amparados por setores conservadores da religião católica. Surgiu como movimento reacionário em oposição às conquistas relacionadas aos direitos sexuais, reprodutivos e de organização familiar, que marcaram a década de 1970 (Prado & Correa, 2018). No entanto, há algo nesse momento que diverge das ofensivas ocorridas anteriormente. Atualmente, observamos que existe uma

cruzada articulada por diferentes grupos e interesses que ultrapassam o campo semântico e argumentativo em torno do tema da sexualidade. Prado e Correa (2018) apontam que mesmo originárias da religião católica, os movimentos reacionários cresceram e se tornaram ecumênicos sendo representados por diferentes grupos de acordo com o local ao qual pertencem.

É importante salientar que a “Ideologia de Gênero” foi um termo inventado para se contrapor aos movimentos feministas e LGBTQIA+, as lutas pela igualdade, e também contra os estudos sobre sexualidade e gênero que compõem as bases que o feminismo buscou para desconstruir a visão binária e biológica em torno desses conceitos. Os discursos antigênero procuram relativizar e desconsiderar a pluralidade e complexidade das pesquisas no campo do gênero e da sexualidade, reclassificando esses estudos como sendo de uma ordem ideológica que procura impor novas regras sociais (consideradas demoníacas, absurdas e antinaturais), como por exemplo, as relações homoafetivas, o direito ao aborto, a mudança de sexo, a educação sexual nas escolas, dentre outras pautas que pertencem a esses estudos.

“Ignorando completamente a história do conceito de gênero, autores/as do campo antigênero tem como ponto de partida os experimentos problemáticos de John Money nos anos 1950 e, de forma equivocada, consideram Judith Butler como a mãe da "ideologia de gênero". Curiosamente, eles/as colocam num mesmo saco os pensamentos de Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone, Monique Wittig, Germain Greer, Margaret Sanger, Alfred Kinsey, Wilhelm Reich e, às vezes, até elaborações de Herbert Marcuse, Sigmund Freud e Friedrich Engels” (PATERNOTTE & KUAR, 2018, p. 508).

Junqueira (2018) ressalta que as formulações dos discursos antigênero, além de serem metadiscursivas, possuem um caráter paródico, pois ao reconstruírem o discurso adversário os deformam e os apossam de significados caricatos, grotescos e escandalísticos. Como exemplo, podemos citar os episódios da “*mamadeira de piroca*” e do “*kit gay*”, que foram amplamente difundidos, por meio do discurso do Ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Outra ferramenta utilizada por integrantes da cruzada antigênero, é suscitar pânico frente às possíveis mudanças sociais que podem ser desencadeadas por uma possível tomada de poder pelos defensores da “Ideologia de Gênero”. O livro *"Ideologia de Gênero: Entendendo o que é e qual a sua responsabilidade"* (Lemos & Carvalho, 2020), traz seu prefácio assinado pela Ex-ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos Damares Alves, no qual ela afirma,

(...) “a luta contra os pressupostos da ideologia de gênero tornou-se uma de minhas prioridades. Não posso ficar calada diante das investidas de uma militância que quer desconstruir as bases da família tradicional. Não posso fechar os olhos diante do perigo que correm nossas crianças de terem a infância roubada ao serem submetidas, cada vez mais precocemente, a conteúdos de apelo sexual (...) que busca justificar todos os tipos de opções sexuais como possíveis, inclusive a pedofilia.” (LEMOS & CARVALHO, 2020, s/p).

Discursos desse âmbito são facilmente encontrados pela internet. As análises desses discursos demonstram a persistência dos grupos antigênero, em desviar o foco das verdadeiras intenções do ativismo feminista e estudos sobre gênero e sexualidade, que são a inclusão dessas pautas na agenda dos Direitos Humanos na busca pelo

respeito à diversidade sexual e de gênero (MISKOLCI, 2007). Dessa forma, constroem todo um enredo de ameaça e abuso à população infantil, por meio da disseminação de pânicos morais. Essas ações contribuem “para a disseminação de preconceitos, reiterando perseguições agressivas a alvos momentâneos e até forçando limites ao livre pensamento.” (BALIEIRO, 2018, p. 14).

O pânico moral, conforme explica Miskolci (2007) torna-se evidente quando a apreensão aumenta em relação desproporcional ao perigo real e provoca reações coletivas igualmente desproporcionais. Os pânicos morais são estruturados por meio de uma política simbólica de substituição, na qual um determinado grupo de interesse dá foco para um assunto, quando na realidade ele representa outra questão. Podemos usar como exemplo, a educação sexual nas escolas, que determina aos cruzados morais se utilizarem do temor da pedofilia, do incentivo a prática sexual precoce, quando na verdade não toleram que discussões como a diversidade sexual adentre os espaços escolares.

Verificamos que apesar das pesquisas sobre o surgimento da “Ideologia de Gênero” no Brasil concentrarem seu auge em 2018, direcionando seus estudos em torno de lideranças políticas e religiosas conhecidas em nível nacional, percebemos o avanço do discurso antigênero cada vez mais presente nas pautas legislativas dos municípios brasileiros. Isto nos leva a considerar que estes discursos se solidificaram de tal maneira na subjetividade dos indivíduos de modo que é possível dizer que esse conceito já se solidificou no cotidiano social.

A “Ideologia de Gênero” no Facebook

As atividades humanas tiveram forte impacto com o surgimento das tecnologias digitais e suas incessantes atualizações refletem significativamente no que diz respeito às noções que possuímos hoje acerca de identidade, comunidade e cultura. Um dos principais aspectos que a tecnologia pode nos proporcionar é a sensação de diminuição geográfica entre as pessoas, a facilidade pela busca de informações e a possibilidade de interação com grupos e pessoas que possuem interesses em comum.

Santos, Cabestre e Moraes (2020) ao abordarem o papel das redes sociais, apontam que as redes virtuais criam territórios em que a adesão dos indivíduos são compostas por afinidades política, cultural e ideológica.

Um ponto que merece atenção quanto ao uso da internet e das redes sociais é a disseminação potencializada de *fake news*, pois ao proporcionar o direito de se expressar livremente de modo nunca vivenciado em nível mundial, permite aos indivíduos se expressarem em diversos ambientes digitais, e ao mesmo tempo, essas interações favorecem a disseminação de *fake news*, devido ao grande fluxo de ideias, opiniões e informações. (PINHEIRO, 2021).

Posto que as redes sociais são compostas por grupos que possuem afinidades, acreditamos que estes também podem ser compreendidos como pontos de diferentes representações sociais. Com base nesses aspectos, tomaremos como objeto de representação social, o conceito de “Ideologia de Gênero”, uma vez este termo vem sendo consideravelmente discutido e comentado em diferentes campos. No

contexto brasileiro, a “Ideologia de Gênero”, conforme destaca Reis e Eggert, trata-se de uma falácia construída, cujo discurso é o de que tal ideologia,

“(…) induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. (2017, p.20).

Esse modo de conceber a “Ideologia de Gênero” pode ser considerado uma representação social pela maneira como esse sintagma vem sendo constituído e distribuído nas redes sociais por meio das interações que esse meio de comunicação disponibiliza. Partindo de uma manifestação psicológica e social do real, (Arruda, 1992) os meios de comunicação em massa são auxiliares para a formação de representações, que se constituem como um produto e simultaneamente como um processo elaborado. Nesse sentido, podemos dizer que as representações sociais constituem um conjunto de conceitos, proposições, explicações, elementos simbólicos e culturais construídos pelas interações sociais do cotidiano, que apesar das constantes mudanças sociais, atravessam a sociedade no decorrer dos anos.

Moscovici (1978) desenvolveu a teoria das representações sociais, partindo da noção de representações coletivas de Emile Durkheim. Para este autor, ao passo que as representações coletivas são produtos da repressão vivenciada pelo sujeito como integrante da sociedade ao qual pertence, as representações sociais são produtos de

duas ações em que o sujeito é participante ativo de sua edificação: a objetivação e a ancoragem. Quanto à objetivação, podemos a compreender pela maneira como o indivíduo materializa um objeto abstrato, conduzindo-o para sua realidade, já a ancoragem seria o modo pelo qual esse indivíduo introduz sentido ao objeto representado, compreendendo-o conforme suas experiências sociais.

Jodelet (2001, p. 22) explica que as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Dessa maneira, o que nos propomos debater, é a representação da “Ideologia de Gênero” construída pelo coletivo e ampliada pelos indivíduos que interagem por meio de redes sociais.

Com base nessas informações, buscaremos demonstrar que as representações, propagadas pelas interações entre os sujeitos nas redes sociais, desempenham uma forte influência na construção do imaginário social enquanto são simultaneamente influenciadas por ele. Inferimos que as representações e o imaginário se encontram no nível do simbólico e que estes reúnem, elementos naturais, psicológicos e sociais, e juntos compõem o entrelaçamento das relações e as significações que auxiliam as pessoas mediante suas práticas discursivas. A esse respeito, no que tange ao objeto arraigado de natureza social e cultural “Ideologia de Gênero”, pretendemos responder como é a representação desse conceito disseminado por essa página do Facebook. Iremos observar de que modo as pessoas objetivam as imagens nesse grupo do conceito “ideologia de gênero” e

quais significações ocorrem e auxiliam a ancoragem dessas imagens e discursos.

Para essa análise foram selecionadas duas imagens de uma página da rede social Facebook . O critério utilizado para a seleção das imagens foram que elas contivessem o sintagma “ideologia de gênero”, ou mais especificamente, que seu enunciado apresentasse alguma narrativa referente a esse conceito.

A página selecionada está presente na rede social Facebook desde 31 de julho de 2021 e possui atualmente 558 membros, trata-se de uma página pública e visível, ou seja, qualquer indivíduo pode ter acesso, ver suas publicações, além de comentá-las e compartilhá-las. Na descrição da página encontramos a definição dada por seus criadores,

“Nosso pensamento político que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais – como a família, a comunidade local e a religião -, além dos usos, costumes, tradições e convenções. enfatizamos a continuidade e a estabilidade das instituições, opondo-se a qualquer tipo de movimentos revolucionários e de políticas progressistas. Formando uma geração de cidadãos consciente e comprometidos com a democracia, levando educação política a qualquer pessoa, em qualquer lugar.” (FACEBOOK, 2021).

Essa é a descrição visualizada pelos visitantes da página: a autodenominação como uma página de cunho político que visa defender os costumes tradicionais (família, religião, território) em oposição a quaisquer tipos de movimentos “revolucionários” e de política “progressista”. Utilizam-se do discurso em defesa da democracia, bem como do alcance que a página pode alcançar “qualquer pessoa, em qualquer lugar”.

O que há em comum entre esse discurso e os discursos que rondam a “Ideologia de Gênero”? Ambos partem de uma vertente conservadora, cujo intuito é a defesa pela permanência de padrões tradicionais relacionados à família, moral e religião. Quaisquer pessoas que fujam a essas regras são veementemente rechaçadas por tal grupo: *“Na nossa época professor ensinava so as materias e tbm uma boa educação...hoje os professores querem mudar a natureza dos alunos com ideologia de gênero e outras coisas (...) Então pra não acontecer esse tipo de coisa é só não votar em candidatos inúteis dos partidos de esquerda PT, PSOL, PCDOB, etc.”* Estes são alguns exemplos de comentários retirados na íntegra do grupo a respeito da “Ideologia de Gênero”, dos professores e partidos políticos atuais.

De onde surgem as opiniões daqueles que chegaram a essa conclusão? É possível observar que além dos criadores da página, os membros que interagem, por meio de comentários, curtidas e compartilhamentos são participantes dessa construção e disseminação da “Ideologia de Gênero” como destruidora da moralidade e da família tradicional.

Ao pensarmos nas representações sociais de Moscovici (1978), percebemos a colaboração desses sujeitos na constituição das suas próprias realidades sociais, como ocorre, nesse episódio, em um processo ativo de preservação da página: curtidas, compartilhamentos e comentários.

Nesse contexto, vale ressaltar que ao mesmo tempo em que essa página foi criada, a cidade que a representa, no interior de São Paulo, vivenciou o surgimento de movimentos antigênero compostos por

líderes de diferentes setores, contra um projeto de lei que visava a criação de uma semana LGBTQIA+ de combate ao preconceito contra essa população. Esse episódio gerou uma onda de manifestações no município com o intuito de vetar esse projeto de lei. Mesmo que o projeto de lei tivesse como objetivo principal o combate ao preconceito, vários discursos antigênero foram sendo propagados acerca do projeto. Por esse motivo, a página foi escolhida para nossa análise.

No auge dos movimentos contra o projeto de lei municipal, a página publicou diariamente imagens contendo a narrativa sobre “Ideologia de Gênero”, assim duas dessas imagens foram selecionadas para nossa análise.

Figura 1



Figura 2



Fonte: <https://www.facebook.com/groups/873371003608762>

A figura 1 trata-se de um cartaz colocado em via pública, podemos observar que ao fundo desse cartaz há um pano com as duas

cores da bandeira do Brasil, que representam para muitos adeptos do governo passado o patriotismo, ou melhor, a devoção pela pátria. O discurso contido na figura 1, “*Não a ideologia de gênero para as crianças! Deixem nossas crianças em paz*” se apresenta pelo perigo dessa ideologia fazer parte do currículo escolar, por meio da educação sexual. O enunciado “*Basta!*” mostra que pautas referentes à educação sexual, diversidade de gênero não serão aceitas no município.

Logo, ao lado, a figura 2 é a divulgação e convite para a manifestação contra o projeto de lei que ocorreu no dia 16 de agosto de 2021 em frente a câmara municipal deste município. Nessa figura há a imagem de uma criança com os olhos cheios de lágrimas com a mão de um adulto tapando sua boca, impedindo-a de pedir socorro, uma imagem impactante, capaz de despertar um sentimento de revolta para quem a vê. O enunciado “*Professor ensina, família educa*” mais uma vez se remete ao fato de que a educação sexual fica a cargo da família e que ao professor cabe ensinar conteúdos formais. Abaixo do enunciado nota-se o símbolo que representa o comunismo com o sinal de proibição acima, que pretende demonstrar às pessoas que essa ideologia é vinculada ao comunismo. Outro enunciado nessa figura é “*Não a ideologia de gênero disfarçada*”, isto é, ao se trabalhar nas escolas o combate a homofobia, seria o mesmo que submeter às crianças ao ensino de uma ideologia disfarçada de seu significado real.

Ao observarmos as duas figuras fica evidente que o discurso sobre a “Ideologia de Gênero” remete ao perigo que tal ideologia representa para as crianças. Dessa forma, podemos notar que a representação social de “Ideologia de Gênero” compartilhada por essa

página, são publicadas sob o tom de pânico, usando como artifício imagens que despertam sentimento de revolta, o que pode nos levar a compreender que essa estratégia, de despertar repulsa e medo, contribui para sustentar no imaginário das pessoas o perigo de que essa ideologia seja aprovada.

A análise das duas figuras revelou ainda que, a “Ideologia de Gênero” representada como perigo iminente a ser combatido, pode não ser somente uma representação social construída e compartilhada, mas também mantida e disseminada com finalidades políticas e religiosas de controle. Há muitos interesses por trás desses tipos de discursos, um deles é a de que as pautas que abordem temas sobre gênero e sexualidade provoquem mudanças no modo de pensar das pessoas e que isto conseqüentemente transforme a realidade.

De acordo com Michel Foucault (2009) todo discurso materializado repousa em secreto em algo que já foi dito, portanto, ao invés de designar a origem desse discurso é necessário analisá-lo no jogo de sua instância.

A constituição dos discursos presentes nas duas figuras, remete ao modo que Foucault (2009) entende a regularidade enunciativa: como um ordenamento presente em seu aparecimento sucessivo, as interligações em sua similaridade, as disposições em um espaço comum, o funcionamento mútuo, modificações ligadas e hierarquizadas.

Os discursos apresentados constataam a existência de uma rede de discursividades, com regularidades enunciativas voltadas para a produção, manutenção e circulação de “*verdades*” que remetem à

moralidade, a constituição familiar heterossexual e a natureza do sexo biológico como única e verdadeira. Essa rede de discursividades, por outro lado, interferem nos direitos dos grupos LGBTQIA+, pois reproduzem um conceito preconceituoso de que o debate sobre gênero nas escolas é responsável pelo desvirtuamento dos mais jovens.

Sob forte pressão de lideranças políticas e religiosas que foram apoiadas por parte significativa da população, o projeto de lei em questão foi vetado por um total de dez votos contrários e dois favoráveis no mesmo dia 16 de agosto de 2021, sendo então arquivado.

Junqueira (2018) explana que o ativismo ligado por setores religiosos e diferentes grupos buscam implantar pautas políticas direcionadas ao refreamento e extinção dos progressos conquistados até então por pesquisas científicas referentes a gênero e sexualidade e assim impor conceitos tradicionalistas, religiosos e por vezes não científicos, tornando-os inquestionáveis. Mediante essa ofensiva espraiam-se discursos político discursivos estratégicos com o intuito de propagar pânico moral e mobilizar a sociedade em defesa da família.

Todos os discursos se direcionaram para um ponto que causa comoção social em diferentes instâncias: a ameaça da ideologia de gênero adentrar os espaços escolares amparada pela lei sob a forma velada de educação sexual e corromper a inocência infantil. Penna (2016) assinala que o termo “Ideologia de Gênero” é utilizado de maneira política, por meio de manipulação do medo, ancorando-se em conteúdos falsos e distorções do que ocorre nas escolas.

Leite (2019), explica que o discurso referente a gênero e sexualidade no contexto brasileiro ainda é polêmico, uma vez que o

conservadorismo religioso e político nos últimos anos apresenta forte crescimento e pautas em torno da sexualidade geram conflitos morais trazendo à tona o discurso da necessidade de defender crianças e adolescentes da ameaça da “Ideologia de Gênero”.

O arcabouço dos discursos contido nas imagens apresentadas parece de modo geral, similares e repetitivos tanto em ideias quanto em argumentos, isto é, baseiam-se em dispositivos morais e políticos para rechaçar opiniões contrárias. São teias discursivas, que produzem “verdades”, e possuem consequências subjetivas por onde atravessam.

Assim, esses grupos produzem representações que visam ridicularizar e desmerecer os estudos sobre gênero e sexualidade, como impeditivo de que as pessoas acolham e aceitem que essas pautas façam parte do cotidiano e se presentifiquem nos mais diferentes espaços.

Considerações finais

Por fim, gostaríamos de dar destaque ao risco que se oculta por trás da representação realizada no decorrer desse ensaio. Remete-se ao risco da naturalização desse tipo de ideia sobre educação sexual, gênero e sexualidade, muitas vezes apresentadas em frases do tipo: “Não mexam com nossas crianças; Professor ensina, família educa”. Desse modo, queremos finalizar essa reflexão chamando a atenção para o fato de que não podemos aceitar a naturalização da discriminação dos estudos sobre gênero e sexualidade e que cabe também a nós enquanto pesquisadores da área informar a sociedade sobre a importância dessas pautas no combate à desigualdade de gênero e ao preconceito vivenciado por grupos minoritários.

Referências

ARRUDA, A. Representações sociais: emergência e conflito na psicologia social. In. *Revista Laboratório e Política*. Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, p. 115-131, dez/ 1992.

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653414>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2009.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) *As representações sociais*. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JUNQUEIRA, R. D.. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jul. 2022.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)* [online]. 2019, n. 32 [Acessado em 1 Fevereiro 2022], pp. 119-142. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>>. Epub 09 Set 2019. ISSN 1984-6487. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a>.

LEMOS, A; CARVALHO R. Ideologia de gênero. Entendendo o que é e qual a sua responsabilidade. Editora CPAD, 2020.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu* [online]. 2007, n. 28 [Acessado 10 Julho 2022], pp. 101-128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>>. Epub 13 Jul 2007. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. "**Ideologia de gênero**" em movimento. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 503-523, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jul. 2022.

PENNA, Fernando Araujo. O ódio aos professores. In: *Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação* (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

PINHEIRO, P. Fake news em jogo: uma discussão epistemológica sobre o processo de produção e disseminação de (in)verdades em redes sociais. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* [online]. 2021, v. 37, n. 4 [Acessado 11 Julho 2022] , 202156104. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-460X202156104>>. Epub 17 Nov 2021. ISSN 1678-460X. <https://doi.org/10.1590/1678-460X202156104>.

REIS, T. e EGGERT, E. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. *Educação & Sociedade* [online]. 2017, v. 38, n. 138 [Acessado 11 Julho 2022], pp. 09-26. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>.

MÚSICAS DE MC PIPOKINHA: UMA ANÁLISE DAS LETRAS E AS POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SEXUAL

Vagner Sérgio Custódio¹¹

Rosimeire Bispo Palmas Da Silva¹²

Luci Regina Muzzeti¹³

Natalie Naie Santos Rosa¹⁴

1. INTRODUÇÃO

A pornificação da cultura pop é um fenômeno complexo e controverso pois refere-se ao aumento da presença e da influência de elementos pornográficos ou sexualmente explícitos na mídia popular, como músicas, videoclipes, filmes, séries, publicidade e redes sociais. Essa tendência levanta preocupações sobre os impactos na formação de valores, na objetificação sexual e na percepção da sexualidade pelos indivíduos, especialmente os mais jovens.

A cultura pop, em sua essência, exerce um poderoso papel na moldagem das percepções e atitudes sociais. A crescente pornificação desse universo pode levar a uma situação de banalização da sexualidade e a exposição de imagens e conteúdos que normalizam relações sexuais sem contexto emocional, consentimento ou respeito mútuo, e nesse sentido, pode ocorrer a percepção de uma cultura que desvaloriza o

¹¹ Professor livre docente da Unesp, UNESP. E-mail: vagner.custodio@unesp.br

¹² Doutoranda em educação, UNESP. E-mail: rosimeire.bispo@unesp.br

¹³ Professora livre docente, UNESP. E-mail: luci.muzzeti@unesp.br

¹⁴ Mestre em Educação Sexual, UNESP. E-mail: nn.rosa@unesp.br

significado íntimo e a profundidade das relações interpessoais, favorecendo a objetificação do corpo e a busca pelo prazer imediato.

Pesquisadores têm abordado a questão da pornificação da cultura pop em seus estudos, lançando luz sobre os efeitos e as consequências desse fenômeno.

No Brasil, (CORREA, 2020) discutiu os desafios enfrentados pela educação sexual diante da prevalência da pornografia nas redes sociais e sua influência na cultura pop, especialmente no contexto brasileiro, já (MISKOLCI, 2021) discutiu a interseção entre a pornificação da cultura pop e a política, explorando como a sexualidade é instrumentalizada na esfera pública. Nesse mesmo sentido (CARRARA; GREGORI, 2021), estudaram a pornificação da cultura brasileira a partir de uma perspectiva feminista, analisando tanto o consumo quanto a produção de prazer e a relação entre representações midiáticas e ações sociais, assim como (COUTO; AQUINO, 2021) que estudaram a presença de representações de gênero e pornificação na cultura pop brasileira, com foco nas interações simbólicas e na influência dessas representações na percepção social das mulheres.

Diante desse contexto, o funk brasileiro e sua relação com a sexualidade têm sido amplamente discutidos no Brasil. O gênero musical, originado nas comunidades periféricas do Rio de Janeiro, ganhou popularidade nas últimas décadas e se tornou um meio de expressão cultural e artística para abordar questões relacionadas à sexualidade de forma explícita (SANTOS, 2021).

O funk brasileiro abrange uma variedade de subgêneros, como o funk ostentação e o proibidão, cada um com suas características e

abordagens específicas da sexualidade. As letras de funk muitas vezes exploram temas como sexualidade, prazer, diversidade sexual e empoderamento feminino (CLARO, 2017).

A relação do funk com a sexualidade tem sido motivo de apoio e críticas na sociedade brasileira. e nesse contexto defensores do gênero como (VIANNA, 2013) argumentam que o funk possibilita a expressão da sexualidade de forma livre, promovendo o empoderamento sexual e o combate aos estigmas.

No entanto, críticos como (BENEVENTO, 2013) apontam que algumas letras de funk podem ser consideradas ofensivas e reproduzir estereótipos negativos sobre as mulheres, e essas críticas ressaltam a necessidade de uma análise crítica das letras, especialmente considerando sua influência sobre crianças e adolescentes.

No campo da educação sexual, o funk tem gerado debates sobre como abordar a sexualidade de forma aberta nas escolas. Alguns defendem que o gênero pode ser um ponto de partida para discussões esclarecedoras sobre sexualidade, estimulando a reflexão e o diálogo entre os jovens. No entanto, é importante garantir que essas discussões sejam feitas de forma responsável, considerando a idade e o contexto dos estudantes.

Dessa forma, o debate em torno do funk e da sexualidade no Brasil é complexo e envolve aspectos sociais, culturais e educacionais, ao qual necessita-se mais estudos, mas o fato é que o cenário musical de 2023 está sendo marcado por uma diversidade de artistas que exploram temas relacionados à sexualidade de maneira explícita, e nesse contexto, a MC Pipokinha, 24 anos de idade cujo nome

verdadeiro é Doroth Helena de Souza Alves, e ficou famosa pela proposta de seus shows segurando dançarinos em coleiras, realizando golpes pélvicos e convidando fãs para subirem no palco e simularem sexo grupal com ela e os dançarinos.

Figura 1 - Imagem Mc Pipokinha



Fonte: <https://p2.trrsf.com/image/fget/cf/774/0/images.terra.com/2023/01/23/1348837384-31761610613326087075517834462219107362983715n.jpg>

Outra situação polêmica da MC Pipokinha, foi uma postagem no instagram, onde ela para responder críticas sobre sua musicalidade disse que num show ganha muito mais que uma professora ganha num mês, o que resultou em cancelamentos de alguns shows e essa situação possivelmente a fez se retratar e pedir desculpas dizendo que não tinha a intenção de debochar da remuneração dos educadores.

MC Pipokinha tem se destacado apresentando letras que abordam a sexualidade de forma direta e franca, ganhando notoriedade

por suas músicas que tratam de temas sexuais utilizando uma linguagem explícita. Suas letras, muitas vezes, trazem à tona assuntos considerados tabus como a liberdade sexual feminina, o comportamento sexual liberal, prostituição, e as modalidades de sexo não convencionais como swing, menage a trois, gang bang dentre outras.

A abordagem explícita da sexualidade nas letras da MC Pipokinha pode gerar diferentes perspectivas. Por um lado, essa forma direta de comunicação pode ser vista como um estímulo ao diálogo e à reflexão sobre sexualidade, especialmente entre os jovens, ao abordar questões que muitas vezes são tratadas como tabus, contribuindo para a quebra de estigmas, mas por outro lado, é importante considerar que a abordagem explícita da sexualidade nas letras de funk também pode conter conteúdos sensíveis ou inadequados para certas faixas etárias de idade que têm acesso a essas músicas, e nesse contexto, é essencial que sejam mantidos limites éticos, levando em consideração os valores e a responsabilidade social e legal, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes que por questão de abandono parental podem ter acesso a esses conteúdos principalmente pela internet.

Dessa forma, este trabalho tem como hipótese que é possível explorar o potencial negativo das músicas da MC Pipokinha, para enriquecer positivamente a educação sexual no sentido de promover uma compreensão consciente da sexualidade entre as pessoas, e para compreender melhor o conteúdo das músicas da MC Pipokinha, foi realizada uma pesquisa qualitativa que envolveu uma análise textual e a interpretação crítica de suas letras. Essa análise permitiu identificar os principais temas relacionados à sexualidade, muitas vezes não presentes

ou distorcidos nas músicas da referida artista. O consentimento, por exemplo, foi um tema recorrente, mostrando que as letras muitas vezes não trazem a importância do respeito mútuo e do diálogo na intimidade.

O prazer também foi um tema analisado, destacando que as letras muitas vezes não trazem a importância do autoconhecimento e da busca da satisfação nas relações sexuais. Além da falta de valorização da diversidade sexual e o respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

As relações afetivas também muitas vezes não surgiram nas letras da MC Pipokinha, mostrando uma falta de conexão entre a sexualidade e as emoções nas interações íntimas.

Mas para que essas músicas possam ser uma estratégia de educação sexual, esse trabalho afirma que é necessário que os educadores estejam atentos a desempenhar um papel mediador, promovendo discussões sem juízo de valores preconcebidos e preconceituosos e estejam contextualizados sobre os novos modos de sexualidade contemporânea. Além disso, é fundamental destacar que a educação sexual não deve se basear exclusivamente nas músicas de MC Pipokinha ou de qualquer outro artista, mas sim em uma abordagem abrangente e responsável.

Dessa forma, esse trabalho tem como hipótese de que a abordagem explícita da sexualidade nas letras da MC Pipokinha pode gerar um debate importante sobre a forma como a sexualidade é tratada na sociedade e na educação sexual. As músicas podem funcionar como um ponto de partida para discussões saudáveis sobre a sexualidade,

desde que haja mediação adequada por parte dos educadores e um contexto pedagógico consistente, plural e ético.

A conclusão do estudo apresentou um resumo dos principais resultados, destacando as contribuições e implicações da análise das letras das músicas de MC Pipokinha sob a ótica da educação sexual, além de sugerir possíveis direções para pesquisas futuras nessa área.

2. MÉTODO

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a análise textual e a interpretação crítica das letras das músicas de MC Pipokinha, observadas as considerações éticas, garantindo o respeito aos direitos autorais.

A análise textual consistiu no estudo das letras, com o objetivo de identificar os temas relacionados à sexualidade presentes nas músicas realizando uma interpretação crítica por meio da reflexão e análise dos significados e mensagens transmitidas. e teve como critério de seleção das músicas, as quatro que apresentavam maior audiência em junho de 2023 nas três principais plataformas de streaming do Brasil. (*Spotify, Youtube Music, Deezer*)

Após a seleção das músicas, foi realizada a análise textual das letras, categorizando os seguintes temas: consentimento, prazer, diversidade sexual, relações afetivas e saúde sexual.

Para cada tema identificado em cada música, foi realizada uma avaliação crítica da forma de como foi abordado nas letras, e para isso foram considerados aspectos como a clareza da mensagem, e o alinhamento com os princípios da educação sexual.

Com base nos resultados da análise, foi realizada uma discussão dos resultados, destacando os principais aspectos identificados e suas implicações para a educação sexual, e foram exploradas as possíveis contribuições e desafios que as letras podem oferecer.

3. DESENVOLVIMENTO

Conforme as informações de audiência nas plataformas de música supracitadas acessadas em 20/06/2023, para esse estudo foram classificadas as seguintes músicas: Noite Fria <https://youtu.be/v2NMcUfLY6s> ; Tira As Crianças da Sala <https://youtu.be/D6pvLghGDdBa>; Famosa Pipoka <https://youtu.be/R5kQ0TaBCts>; Eles É Bandido <https://youtu.be/jbDLFUzKEdc>.

As letras e análises estão nos quadros abaixo:

Quadro 1 - Letra e análise textual da letra de música Noite Fria da MC Pipokinha

<p>Noite Fria - MC Pipokinha</p> <p>(DJ Glenner, DJ Glenner) (DJ Glenner, DJ Glenner) Ah, aê, Glenner Será que essa Pipokinha é tudo isso mesmo? Ah Noite fria, né? Mó cota, mulher Se falando no Instagram, mas nem se tromba No corre do dinheiro, várias querem ser minha dona Bandida, safada, mandona Tá pedindo Netflix com pipoca, viciou na minha xoxota Nego, não se apega, não Mas confesso que gostei da sua botada, do seu jeito maloqueiro Tô perdendo a noção Marquinha, até sua marca Caipirinha é limão com cachaça E na Porsche eu te</p>	<p>Análise textual da letra de música Noite Fria - MC Pipokinha</p> <p>A letra analisada apresenta uma linguagem bastante direta e explícita, com o uso de expressões e palavras relacionadas à sexualidade. Ela retrata um encontro casual entre o cantor e uma mulher, destacando a busca por prazeres sexuais sem compromisso. A letra descreve a mulher como uma figura dominante e desafiadora, utilizando termos como "bandida" e "safada". Há referências a encontros íntimos, apelos ao desejo sexual e a falta de envolvimento emocional. Essa abordagem explícita da</p>
---	---

<p>fodo na praça E o ice faz menos fumaça O encontro mais esperado aconteceu O terror das catiléia, noite paulista rendeu Plantei uma semente de saudade na tua mente Vai me procurar com abstinência do meu corpo quente Desaparece Não te quero mais na minha vida Vê se me esquece Revoada hoje com suas amiga Tô fazendo uma bagunça na sua vida Já entrou pro play sabendo que eu sou bandida (o pior é que ela sabe) Entra e sai da minha vida, da minha vida Mas sempre tem uma recaída Recaída Maloca gamado na bandida Recaída Cola lá no apê com a sua amiga Recaída Maloca gamado na bandida Recaída Cola lá no apê com a sua amiga Recaída, ahn Recaída (Vai ver é um amor, apaixonado eu tô na Pipokinha) DJ Glenner na batida (Oi, você tá em casa? Eu queria te ver, tô com saudade) (DJ Glenner, DJ Glenner) recaída, recaída (DJ Glenner, DJ Glenner) recaída, caída</p>	<p>sexualidade na letra deixa claro o enfoque na satisfação pessoal e na conquista sexual, sem aprofundar em questões de afeto ou consentimento mútuo. Ela reforça estereótipos de gênero, retratando a mulher como objeto de desejo e o homem como alguém que busca prazer sem compromisso. Essa letra, se utilizada como recurso na educação sexual, deve ser analisada criticamente, levando em consideração o contexto em que é apresentada. É importante ressaltar que ela reflete uma perspectiva específica e não deve ser tomada como um modelo ou exemplo saudável de relacionamento ou sexualidade. Nessa perspectiva, a discussão em sala de aula pode abordar os estereótipos de gênero, o consentimento, o respeito mútuo e a importância de uma abordagem afetiva e responsável em relação à sexualidade.</p>
---	--

Fonte: www.letras.mus.br/mc-pipokinha/noite-fria-part-mc-ig/

Quadro 2 - Letra e análise textual da letra de música Tira As Crianças da Sala da MC Pipokinha

<p>Tira As Crianças da Sala - MC Pipokinha Hyperanhas, mais piranhas do que nunca Original (Elas quer o Caio Passo) (MC Thammy) (é Pipokinha, tá? Rainha da putaria) Hoje minha nave foi passear comigo Pelas redondezas, só furando os inimigo Prazer, sou Pipokinha, seu desejo, seu perigo Madame do poder, tô passando e dando tiro Caraca, princesa na rua, na cama eu sou uma puta Me chama pelo vulgo, que hoje eu vou ser sua Rebolo gostoso, dá tapa na minha bunda Puxa meu cabelo, aproveita que eu já tô nua, então vai Soca essa piroca com força na minha xota Goza na minha boca, me xinga, cachorra louca Na arte do prazer, minha buceta te dá aula Já tá de pica dura, vou sentar na tua vara Ra-tá-tá-tá, com a buceta eu vou sentar (sentei) Ra-tá-tá-tá, chupa meu grelo até</p>	<p>Análise textual da letra da música Tira As Crianças da Sala - MC Pipokinha A letra analisada apresenta uma linguagem extremamente explícita e crua, abordando temas relacionados à sexualidade de forma bastante direta. A letra enfatiza experiências sexuais casuais e descompromissadas, com descrições gráficas e explícitas das práticas sexuais e do prazer obtido. É importante ressaltar que a</p>
---	---

eu gozar (chupou? Chupou?) Ra-tá-tá-tá, com a buceta eu vou sentar (sentei) Ra-tá-tá-tá, chupa meu grelo até eu gozar, então vai Ele é novinho, mas já tem um pirocão Do jeito que ele me bota, já ganhou meu coração Hoje eu tô com as piranha, vamo ensinar uma lição Primeiro tu lubrifica, depois bota com pressão Cansada desses playboy que só sabe meter fofo Só gosto de bandido porque eles fazem gostoso Rebolo a noite toda, ele fica todo bobo Cavalgando por cima, ele sempre fica louco Rebolo gostoso, tu sabe como é que é Flexiono bem, bebê, eu já fiz balé Sento uma vez, ele já fica no meu pé Hypada e gostosa, me diz, quem é que não quer? Eu sei muito bem dar pra ele o que ele gosta Meu remédio é o Pikagrill, dele é meu chá de xota Minha xereca de mel vicia muito, mais que droga Ganhei o troféu Buceta Mais Criminosa Puxa, puxa meu cabelo, bota mão na minha nuca Tu nunca vai esquecer da coelhinha na minha bunda Meu vulgo é safada, vou sentando a noite toda O fetiche da coelhinha hoje é tua cenoura Aqui é Hyperanhas agindo na pura calma Fale bem ou fale mal, eu sigo faturando alto Quis provar da minha xota, agora aguenta Me faz gozar com a língua, bate forte, representa Incomoda mesmo quando as gostosas faz Fecha camarote, toma vodka, licor e bala Para de ser recalçada, dá uma segurada Essas linhas te ensina como ser piranha cara Aqui é Nath Fischer, agindo na pura calma Professora no blowjob, nessa matéria eu dou aula Quer foder comigo, bota, bota na mais braba Vem raspadinho e limpinho, vai entrar na minha casa Lê as regras tá? Aqui não é bagunça, não, aqui tem diretoria Dispensio apresentação, geral já me conhece Rainha dos faixa preta e rainha do metemete Hoje é seu dia de sorte, não é sempre que acontece Vive essa vida bandida que as piranhas te fornece Vem com a vara, vou com a xota, na minha cara você goza Nunca para, toma, toma (pedindo mais) MD na minha língua, minha língua na xota dela Mal amada até aceito, mal comida jamais Sem tempo pra aqueles que não faz tudo que eu mandar Chovendo macho por aí, tô doidinha pra me molhar Já separei minha roupa pra você vim aqui tirar Primeiro vem por cima, depois troca de lugar

letra retrata uma perspectiva específica e não deve ser considerada como um exemplo saudável de relacionamento ou de educação sexual. Ela reforça estereótipos de gênero e utiliza linguagem vulgarizada, associando a mulher a termos como "puta" e enfatizando sua disponibilidade para satisfazer os desejos sexuais do parceiro. Essa abordagem da sexualidade na letra pode gerar controvérsias e discussões sobre seu impacto na sociedade, especialmente em relação à objetificação e à falta de consentimento. Ao utilizar essa letra em contextos educacionais, é fundamental promover uma análise crítica e contextualizada, abordando aspectos como o consentimento, o respeito mútuo, a diversidade de desejos e práticas sexuais saudáveis. A educação sexual busca fornecer informações claras e embasadas, além de promover a compreensão da sexualidade de maneira responsável e respeitosa. Ao discutir essa letra, é importante enfatizar a necessidade de uma abordagem afetiva, respeitando os limites e a autonomia de cada indivíduo. Portanto, a letra analisada apresenta uma abordagem extremamente explícita e vulgarizada da sexualidade,

<p>Assim, tu faz o que quiser de mim Na cama me chama piranha, cachorra, safada Minha bunda ele enche de tapa Assim, tu faz o que quiser de mim Na cama me chama piranha, cachorra, safada Minha bunda ele enche de tapa Então vai Soca essa piroca com força na minha xota Goza na minha boca, me xinga, cachorra louca (cachorra louca) Na arte do prazer, minha buceta te dá aula Já tá de pica dura, eu vou sentar na tua vara Ra-tá-tá-tá, com a buceta eu vou sentar (sentei) Ra-tá-tá-tá, chupa meu grelo até eu gozar (chupou? Chupou?) Ra-tá-tá-tá, com a buceta eu vou sentar (sentei) Ra-tá-tá-tá, chupa meu grelo até eu gozar, então vai</p>	<p>com descrições gráficas e linguagem objetificante. Ela não representa um modelo saudável de relacionamento ou de educação sexual, mas pode servir como ponto de partida para discussões críticas e reflexivas sobre a importância do consentimento, do respeito mútuo e da responsabilidade afetiva e sexual.</p>
---	--

Fonte: www.lettras.mus.br/mc-pipokinha/tira-as-criancas-da-sala-explicita-part-mc-thammy-e-hyperanhas/

Quadro 3 - Letra e análise textual da letra de música Famosa Pipoka MC Pipokinha

<p>Famosa Pipoka - MC Pipokinha Gustavo da Vs, Gustavo da Vs A Pipokinha vai te mostrar como travar a língua Esse é o verdadeiro trava-língua Cinco rola travou minha língua Que ela tira a roupa, agacha e mama Mama a tropa toda, essa é a famosa Pipoka Que ela tira a roupa, agacha e mama Mama a tropa toda, essa é a famosa Pipoka Que ela tira a roupa, agacha e mama Mama a tropa toda, essa é a famosa Pipoka Que ela tira a roupa, agacha e mama Mama a tropa toda, essa é a famosa Pipoka Essa é a Pipoka Essa é a Pipoka Essa é a Pipokinha Essa é a Pipokinha Então vai: Um, dois, três, cinco rola na minha boca de uma vez Um, dois, três, cinco rola na minha boca de uma vez Então vai, um, dois, três, cinco rola na minha boca de uma vez Então vai, um, dois, três, cinco rola na minha boca de uma vez Vai, um, dois, três, cinco rola na minha boca de uma vez Vai, um, dois, três, cinco rola na minha boca de uma vez Gustavo não sabe seu nome, te apelidou</p>	<p>Análise textual da letra da música Famosa Pipoka MC Pipokinha A música retrata uma personagem chamada "Pipoka" que é descrita como uma figura que tira a roupa, agacha e pratica sexo oral em várias pessoas. A letra também faz referências a apelidos, práticas sexuais e descreve a personagem como alguém que se move de forma específica (andando de quatro) e solicitando ejaculação em sua boca. A letra enfatiza a quantidade de parceiros e utiliza termos que podem ser considerados ofensivos e desrespeitosos. Essa abordagem da sexualidade na letra é preocupante, pois não promove uma visão saudável e consensual das relações íntimas. Ela reforça estereótipos negativos e pode contribuir para a objetificação das mulheres. Como professor de educação sexual, é importante abordar a sexualidade de forma responsável,</p>
---	---

de gatinha Ô, puta, eu não sei teu nome, te apelidei de gatinha Que ela só anda de quatro e pede leitinho na boquinha Que ela só anda de quatro e pede leitinho na boquinha Que ela só anda de quatro e pede leitinho na boquinha Que ela só anda de quatro e pede leitinho na boquinha Ô, Pipokinha, tá esquecendo de mim Já mamou todo mundo agora fica um tiquinho Mama um poquinho, Pipokinha, bem gostosinho Me mama devagar depois mama rapidinho Mama um poquinho, Pipokinha, bem gostosinho Me mama devagar depois mama rapidinho Mama um poquinho, Pipokinha, bem gostosinho Me mama devagar depois mama rapidinho Mas calma aí, safada, colabora Chegou minha vez e eu não vou ficar de fora Geral me falou que tu mama da hora Então vem cá, me mama pra ver se o meu pau aprova Geral me falou que tu mama da hora Então vem cá, me mama pra ver se o meu pau aprova Então mama o Gustavo pra ver se ele aprova Gustavo da VS, Gustavo da VS A Pipokinha vai te mostrar como travar a língua Tem o Gustavo da VS, tem o Gustavo da VS Tem o Gustavo da VS que comanda a porra toda

respeitosa e inclusiva. Isso envolve promover o consentimento, o respeito mútuo, a igualdade de gênero e a valorização das relações afetivas saudáveis. A letra dessa música não está alinhada com esses princípios e pode ser prejudicial para uma educação sexual positiva. É fundamental oferecer aos estudantes uma visão ampla da sexualidade, abordando temas como consentimento, diversidade, respeito e comunicação assertiva. A educação sexual deve incentivar o diálogo, a reflexão crítica e o desenvolvimento de habilidades para tomar decisões informadas e responsáveis em relação à sexualidade. Em conclusão, a letra da música "Famosa Pipoka" do MC Pipokinha apresenta uma abordagem inadequada e desrespeitosa da sexualidade. Como professor de educação sexual, é recomendado utilizar letras de músicas e recursos que promovam uma abordagem mais saudável e plural da sexualidade, incentivando a reflexão crítica, o respeito às diversidades e o empoderamento individual.

Fonte: www.letras.mus.br/mc-pipokinha/famosa-pipoka/

Quadro 4 - Letra e análise textual da letra de música Eles É Bandido - MC Pipokinha

<p>Eles É Bandido - MC Pipokinha Ele é bandido e minha xota gosta disso Ele é bandido e comigo é envolvido Se viciou na sentada da Pipokinha Me mostra a peça, que eu fico molhadinha Levanta a peça pro alto, eu só sento pros envolvido Eu vou sentar dentro do carro-bicho Pipokinha dá gostoso pros cria que é bandido Eu vou sentar dentro do carro-bicho Pipokinha dá gostoso pros cria que é bandido Ela que andar no carro-bicho Todo dia ela me liga pra dar o perdido Quer adrenalina, não tem medo do perigo No som do Kotim ela tá mamando meu pinto Ela é gostosa Com cabelo grande e a xererequinha rosa Pique de mandrake, tá um nojo, estilosa Só não se apaixonava, que a bandida é maldosa Ela é gostosa Com cabelo grande, da xererequinha rosa Pique de mandrake, tá um nojo, estilosa Só não se apaixonava, que a bandida é maldosa Só fiquei uma vez contigo Você já se apaixonou Explanei que eu sou piranha Foi aí que cê gostou Novinho cara de tralha, vem comer minha bucetinha Sou dona da porra toda Tem buceta todo dia Só não se ilude, nem se apaixonava Naninha, buceta maldita, só quer te levar pra cama Só não se ilude que eu sou piranha Gosto de carro roubado, gosto de fuder na onda Olha, com mó cara de bobin Bandido treinado, cheiroso, do</p>	<p>Análise textual da letra da música Eles É Bandido - MC Pipokinha A letra da música apresenta uma linguagem explícita e conteúdo sexualmente vulgar. Ela descreve a personagem, chamada "Pipokinha", como uma mulher que se envolve com homens considerados bandidos como uma glorificação da vida do crime, destacando a atração pela sua conduta criminosa. A letra usa termos vulgarizados para se referir à relação sexual e descreve a protagonista como alguém que busca prazer e não se apega emocionalmente. Há uma associação direta entre a atração sexual e a vida do crime, como se fossem características desejáveis e complementares. A letra enfatiza a relação entre a personagem e a atração pelo perigo, com referências a práticas sexuais e ao uso de carros roubados. É importante ressaltar que essa letra reforça estereótipos negativos, promovendo uma visão reducionista e objetificadora da sexualidade. Como professor de educação sexual, é fundamental analisar essa letra com cautela e abordar criticamente seu conteúdo. Ao discutir essa letra em um contexto educacional, é fundamental enfatizar o consentimento, o respeito mútuo, a valorização da afetividade e a importância de relações saudáveis e não violentas. Também é fundamental abordar questões como comunicação, autonomia e o respeito às diversidades. Como educador de educação sexual, é importante analisar criticamente essa letra e destacar seus problemas. Ela perpetua estereótipos de gênero, ao objetificar a figura feminina e associar sua atração exclusivamente a comportamentos criminosos. Também é importante ressaltar que a relação entre sexo e crime não é uma abordagem saudável e consensual. É essencial promover uma abordagem positiva</p>
--	--

sorriso branquin Sempre posturado Sabe que se amarra num pretin baixinho, bolado Calma, Bebel, não se apegas em mim, não sou teu namorado É que eu amo a vida do crime igual eu amo a tua xereca Pega e não se apegas Pega e não se É que eu amo a vida do crime igual eu amo a tua xereca Pega e não se apegas	da sexualidade, baseada em relações consensuais, seguras e responsáveis, que respeitem a dignidade e autonomia de todas as pessoas envolvidas. Como professor de educação sexual, é recomendado utilizar letras de músicas e recursos que contrapõem essa música e promovam uma visão mais saudável, plural e respeitosa da sexualidade, incentivando o diálogo aberto, a reflexão crítica e o empoderamento individual.
---	---

Fonte: www.letras.mus.br/mc-pipokinha/eles-e-bandido-part-mc-naninha-mc-pellegrine-e-mc-laranjinha/

4 DISCUSSÃO

Para a educação sexual, a discussão crítica sobre as letras das músicas de MC Pipokinha, pode ser uma oportunidade para analisar o impacto dessas letras na formação de valores e comportamentos sexuais. Abaixo, estão algumas considerações e pontos de discussão para cada uma das músicas mencionadas:

"Noite Fria": A letra apresenta uma abordagem explícita da sexualidade, com descrições gráficas e linguagem vulgar. Pode-se discutir os efeitos dessa abordagem na construção de uma visão deturpada da sexualidade e no sentido contrário utilizar podcasts como por exemplo "Papo de Mulher" <https://open.spotify.com/show/2my3CVE1XBCGR6vDwmcUtj?si=b2191003594048f6> para promover a discussão da necessidade de relacionamentos respeitosos. É importante analisar e discutir contraditoriamente como essa música pode influenciar a percepção dos jovens sobre o consentimento e o respeito mútuo.

"Tira as Crianças da Sala": Essa música aborda conteúdo sexualmente explícito de forma direta e vulgar, associando a mulher a termos como "puta" e enfatizando sua disponibilidade para satisfazer os desejos sexuais do parceiro. Esse conteúdo pode fomentar a discussão utilizando como contraponto por exemplo o instagram www.instagram.com/mulheresfalandosobre/, que pode discutir como a exposição a esse tipo de linguagem e conteúdo pode afetar o desenvolvimento sexual e emocional das pessoas, principalmente as mulheres de maneira inadequada e irresponsável, desrespeitando os limites e os contextos.

"Famosa Pipoka": Essa música apresenta uma abordagem objetificadora da mulher, por meio de xingamentos e ofensas, e a prática sexual do gang bang com cinco homens e descreve a personagem solicitando ejaculação em sua boca. É necessário refletir sobre como essa situação é um comportamento de risco sexual e para fomentar e contrapor a discussão pode se utilizar por exemplo o website www.papilo.com.br/ para trabalhar o tema das infecções sexualmente transmissíveis que o comportamento sexual retratado na música pode ocasionar.

"*Eles é Bandido*": A letra dessa música associa o desejo sexual a um estilo de vida criminoso, reforçando estereótipos negativos sobre a atração por comportamentos ilegais como roubo, tráfico e uso de drogas, estupros dentre outros. É fundamental discutir a influência dessa associação na percepção da sexualidade e no estabelecimento de relações, e para isso pode se utilizar por exemplo como contraponto partes do audiobook "Sexo para Adultos" de Laura Muller

youtu.be/pmdtwDiFfVU, onde ela aborda essa atração sobre o sexo e a criminalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou demonstrar que é fundamental uma abordagem crítica e reflexiva da cultura pop pornificada, e para isso se faz necessário promover a conscientização sobre os efeitos negativos dessa exposição excessiva à sexualidade, buscando alternativas que valorizem princípios da educação sexual como intimidade, consentimento, respeito mútuo, diversidade e problemas como infecções sexualmente transmissíveis, abusos e violência sexual, gravidez precoce, delinquência e criminalidade nas representações sexuais.

Nessa perspectiva, esse trabalho objetivou trazer uma proposta de utilização da pornificação da música como elemento para fomentar educadores e educandos a desenvolver uma visão crítica da mídia e a questionar os padrões de sexualidade apresentados, e utilizar outros materiais midiáticos confiáveis para confrontar e contrapor aos valores apresentados por músicas explícitas e populares que estão presentes na vida cotidiana das pessoas, e que muitas vezes são reproduzidas sem nenhum tipo de crítica reproduzindo os habitus.

Referências

BENEVENTO, C. T. Movimento funk carioca, cultura popular e mercado: limites da consciência de gênero à emancipação da mulher

trabalhadora. **Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social.** 2013.

CARRARA, S. GREGORI, M. F. Consuming and Producing Pleasure: A Study on the Pornification of Brazil. **Revista Estudos Feministas.** 2021.

CLARO, S. G. Autoetnografia de uma funkeira: considerações acerca da carreira profissional na dança funk Proibidão e sua estética. **Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Superior de Educação Física, Fisioterapia e Dança. Universidade Federal do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, 2017.

CORRÊA, S. C. Pornografia e redes sociais: Os desafios contemporâneos para a educação sexual. **Revista Educação em Questão.** 2020.

COUTO, M. T. AQUINO, W. M. Mulheres e representações de gênero na cultura pop brasileira: Pornografia e suas interações simbólicas. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia.** 2021.

DANTAS, A. B. A música e o movimento feminista no Funk: O fenômeno Anitta e as **Mídias Sociais.** 2020.

MISKOLCI, R. Viral Affections: The Pornification of Brazilian Politics. **Sexualities.** 2021

SANTOS, E. A. R. Funk enquanto reflexo sociocultural: um rolezinho histórico nas três primeiras décadas do gênero musical. **Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.** 2021.

VIANA, I. F. Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer. **Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.** 2013.

UMA COMPREENSÃO A RESPEITO DA RELAÇÃO ENTRE AMOR E LIBERDADE SEXUAL POR MEIO DE CASAIS SWINGERS

Lara de Vasconcelos Torres¹⁵

1 INTRODUÇÃO

Monogamia: regra, costume ou prática socialmente regulamentada segundo a qual uma pessoa não pode ter mais de um cônjuge (Ferreira, 2004, p.1354), não sendo de forma alguma a monogamia um arranjo natural, bem como a poligamia. Neste sentido, a monogamia não sendo algo natural, mas cultural, a presente pesquisa propõe investigar o sentido de amor atribuído por casais *swingers* tendo como propósito apresentar que há outras formas de amar para além do sentido coletivo de controle.

Nos afetamos pelo sentido que atribuímos às coisas, neste caso, mudando o sentido que se atribui às coisas, muda-se também a forma como isso te afeta. Desta forma, a monogamia é ponto de partida imprescindível quando o assunto é relacionamento amoroso, pois a monogamia ocupa um espaço de regra sobre o homem, antecipando as relações e apresentando-se não como uma escolha, mas como a única possibilidade que existe visto que outras não são apresentadas.

O propósito das relações amorosas foi construído sob o projeto da manutenção de questões sociais e econômicas, tendo como método

¹⁵ Psicóloga, Mestranda em Educação Sexual – UNESP, l.torres@unesp.br.
Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7564018328557771>

o controle dos corpos, desembocando portanto em comportamentos cristalizados de ciúmes, cobranças, punições, estratégias de controle, e entre outros comportamentos de vigília e punição que é possível observar nos indivíduos.

No tocante às hipóteses quanto às relações amorosas serem construídas socialmente com propósito social e econômico e o método para a manutenção deste propósito, ser o controle, vou ao longo deste artigo elucidando sobre a afirmativa através de um breve levantamento histórico por meio de pesquisa bibliográfica. Quanto à hipótese de que há outras possibilidades de amar para além do controle como método de manutenção das relações amorosas, a comprovação se deu por meio de pesquisa empírica, sendo esta realizada por meio da metodologia fenomenológica, sendo realizada com quatro casais, tendo como critério de inclusão que fossem maiores de dezoito anos e que já tivessem vivenciado a relação de forma monogâmica sexualmente, e que no momento presente estivessem vivenciando a relação de forma não monogâmica sexualmente.

As perguntas centraram-se em perguntas semi-abertas visto a metodologia fenomenológica que se dá por meio de compreender os fenômenos a partir do próprio sujeito, livrando-se de significações coletivas. Dessa forma, disparei algumas perguntas que seriam imprescindíveis para a contextualização e embasamento do objetivo, sendo estas: “Qual o motivo os fez dar início à relação amorosa?”; “Quanto tempo de relacionamento monogâmico e não monogâmico?”; “O que significava amar para vocês no modelo monogâmico?” “O que significa a mar para vocês atualmente?”; “Para

que vocês viessem a adotar um modelo conjugal fora da normativa institucionalizada, foi necessária uma ressignificação do sentido que davam ao amor?"; "Para vocês, qual a relação entre amor e prática sexual?" e entre outras perguntas que usei para compreender mais a fundo o processo do casal no que tange à relação entre amor e sexo, contabilizando dezoito perguntas disparadoras.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Historicidade da construção social do fenômeno monogamia

A construção social da monogamia segundo Gonini e Ribeiro (2015), teve seu início no período neolítico, estendendo-se por todo processo histórico até os dias atuais. A monogamia, segundo os autores, teve como base a transmissão de herança e a propriedade privada, quando com a chegada da fundição dos metais, o homem viu sua função em relação à sua prole, na transmissão da herança, pois, anteriormente à possibilidade da realização de um trabalho que o permitia interferir diretamente na criação de seus filhos, apenas a mulher possuía interferência em relação à fecundação.

Portanto, segundo Gonini e Ribeiro (2015), com o início da caça aos grandes animais e o início da propriedade privada, o homem passou a desempenhar um papel de transmissor de herança, e para isso ele precisava controlar quem era ou quem não era seu descendente, e este controle se deu por meio da castração da prática sexual livre, mas só por parte da mulher, iniciando agora uma prática de organização do sexo e do controle do corpo da mulher, coisa que anteriormente não

existia. Este controle portanto possui relação direta com propósitos econômicos visto o intuito da posse de terras e transmissão das mesmas, dando início assim ao sentido de relacionar-se monogamicamente.

Almeida (2006) destaca que a monogamia, enquanto norma valorada e aceita pelas sociedades ocidentais surgiu sob a forma de resguardo às propriedades e à herança, uma imposição religiosa que pactuava a exclusividade matrimonial e desencorajava a troca de parceiros, mas que ao mesmo tempo não recriminava o concubinato praticado pelos homens (BELMINO e COSTA, [s.d], p.9).

Segundo LINS (2007), até o final do século V o casamento tinha como função a transmissão de herança, era um casamento tendo como base um contrato social. E é apenas no século XIII, depois de um longo processo de o cristianismo buscar impor seu poder, que a introjeção da moral cristã se impõe por fim sobre o casamento, passando a ser monogâmico e indissolúvel.

Isto porque, ainda segundo a autora, anteriormente o homem tinha a liberdade para relacionar-se para além de sua esposa. No momento em que a igreja ganha poder sobre a individualidade dos sujeitos, ela passa a impor que os casamentos sejam realizados na instituição e que sejam feitos por um padre. Neste momento a igreja torna-se responsável por vigiar e punir os comportamentos da população, definindo a prática sexual única e exclusivamente para fins procriativos e ordenando que o prazer estava no campo do afastamento de Deus (LINS, 2007).

2.2 Instituições responsáveis pela propagação de uma educação massificada

Segundo Freire (2002), a instituição escolar deve ser a instituição

provedora de uma educação emancipatória, promovendo a criticidade e com isso, o exercício pleno da cidadania, em que o sujeito seja capaz de enxergar o mundo e a si mesmo, tendo como base sua própria ótica para que assim, possa vir a ressignificar seu lugar no mundo, pois, a educação escolar “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos: libertar-se a si e os opressores” (FREIRE, 2002, p.30).

Tendo em vista que as construções sociais foram construídas pelos homens, segundo Freire (2005), é tarefa dos homens e neste caso, da instituição educacional transformar a realidade opressora, invertendo a prática aniquilante da subjetividade humana onde o sujeito sai de um estado, segundo Rousseau (1757), de matéria, de substância, para um estado de sujeito autêntico.

A indústria cultural, sendo, segundo Adorno e Horkheimer (1985) um outro espectro fundante da constituição psíquica dos sujeitos, possui um papel crucial na massificação dos corpos.

Por se apropriarem do que vende, tendo como foco o capital financeiro, não existindo uma responsabilidade com a promoção da criticidade e portanto da emancipação dos seres humanos, sendo então a indústria cultural importante propulsora da ratificação do que já está dado, promovendo a manutenção da massificação cultural (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), e com isso, facilitando com que os sujeitos reponham e reproduzam uma condição de existência já apresentada, como por exemplo, enxergando o amor romântico e a constituição monogâmica como única condição de conjugalidade.

O molde conjugal monogâmico e insolúvel é o grande fato da história da sexualidade ocidental (LINS, 2007), Almeida (2006) destaca que a monogamia, enquanto norma valorada e aceita pelas sociedades ocidentais surgiu sob a forma de resguardo às propriedades e à herança, uma imposição religiosa que pactuava a exclusividade matrimonial e desencorajava a troca de parceiros, mas que ao mesmo tempo não recriminava o concubinato praticado pelos homens (BELMINO; COSTA, [s.d], p. 9).

Para Sartre (1946), é a escola, em conjunto com outras instituições de poder que modelam e buscam por definir nossos comportamentos, definindo-os como certos e errados, limitando, por meio da introjeção de convenções sociais a nossa potência cognitiva para acessar quem nós realmente somos, uma vez que por meio de uma educação modeladora, gera nos sujeitos os automatismos dos pensamentos.

2.3 A monogamia como fenômeno repressor das pulsões

A monogamia como imperativo categórico, foi refletindo na formação de normas e regras sociais tendo como motivo, como é possível observar em “o mal estar na civilização”, texto de Freud (1929), a manutenção de uma civilização visto que se construiu sob o pilar da propriedade privada, porém, o que aconteceu foi que excedeu-se o necessário para uma civilização, sendo imposto à sociedade a supressão de desejos libidinais não necessários para uma civilização mas, necessários para a militarização de corpos visando a construção de comportamentos normais e patológicos, certos e errados, com fim em desembocar em interesses não apenas civilizatórios, mas, sociais e econômicos (FREUD, 1929).

Assim, tendo-se o amor enquanto invenção humana, este se reconstrói indefinidamente com o passar do tempo e modifica-se por meio dos contextos socioculturais, variando de acordo com as nuances econômicas, religiosas, sociais, etc. (GONINI; RIBEIRO, 2015, p. 6).

Posto isso, Freud (1929) aborda que a repressão de alguns instintos é necessária para que seja possível uma civilização, como por exemplo, o controle do esfíncter, sendo inserida na criança tal repressão para que ela não defeque em locais públicos, por exemplo. Porém, o problema está no excesso de privação, podendo ser reclassificados como comportamentos castrados, tudo o que se excede ao necessário para a manutenção de um convívio social harmônico.

O problema das regras e das imposições da moral sexual, está em suprimir desejos que dizem respeito apenas ao campo da individualidade de cada um, atitudes individuais essas, que não tem relação direta com um convívio social civilizado (FREUD, 1929).

O *swing* por exemplo, é uma prática que diz respeito à troca de casais tendo como única função a prática sexual. Os praticantes deste estilo de vida buscam com a prática sexual com outros casais a vivência em conjunto de sua parceria amorosa, de experiências que trarão a possibilidade de explorarem tanto sua singularidade corporal e psíquica e concomitantemente e inevitavelmente, a do casal, quanto a possibilidade de acessar em instâncias de si antes não acessadas, desembocando assim na prática do autoconhecimento, que é algo inerente ao ser humano, que segundo Martins, Dantas e Pinheiro (2011), é um objeto que está em constante mudança.

2.4 A religião enquanto instituição aniquiladora da existência autêntica

Segundo Lins (2012), a sexualidade ocidental foi construída sob o pilar da repressão sexual. Essa construção foi sendo introjetada ao longo da história, sofrendo modificações a depender dos propósitos sociais, introjetando métodos que fossem efetivos para proposta devigiar e punir (FOUCAULT, 1987) os comportamentos da população.

Entretanto, antes de articular a respeito da religião como pilar estrutural para a construção da sexualidade humana, é preciso entender o que é sexualidade. A sexualidade humana, segundo Bagagli (2017), diz respeito a um conjunto de crenças, valores, imaginações, existindo portanto, para além do corpo biológico, sendo a sexualidade compreendida, segundo Vieira et al. (2016), como um fator psicológico, social e cultural, em que a partir da construção destes elementos na constituição psíquica, se constitui o significado da existência humana, sendo a sexualidade expressa, segundo Pinto (2010), por meio dos pensamentos, das fantasias, dos desejos, das crenças, das atitudes, dos valores, desembocando na realização de comportamentos no campo do biológico, do social e do cultural, sendo essas crenças transmitidas de geração em geração.

Em contrapartida, para Costa (1986), a sexualidade era vivenciada pela religião como um fenômeno aversivo à integridade humana, sendo enfrentada como uma coisa promíscua e carregada de tabus. Portanto, visto que a sexualidade diz respeito ao modo de pensar e de agir, formando nossa existência, e tendo em vista a forma como a

religião vivenciou a sexualidade ao longo da história, e que estas crenças são transmitidas de geração em geração como analisou Vieira (2016), faz-se possível compreender que a existência humana, seu modo de pensar e agir, foi formado sob o pilar do aniquilamento de existências autênticas, pois, como cita Reich (2000, p.42) [...] “religiosidade e repressão sexual estão indissolúvelmente ligadas”

Portanto, é possível também interpretar que religiosidade e existência autêntica são incompatíveis visto que existência autêntica significa apropriar-se de si, e para que isso aconteça este ser precisa livrar-se do que está posto como certo e errado pela sociedade, obedecendo a ordens e proibições sem indagar suas origens e motivações (PENHA, 2008)

O homem existe, enquanto a pedra é. Tal diferença implica que o homem, diversamente dos demais objetos existentes no mundo, é livre. Ele é pura liberdade. A cada momento, o homem tem de escolher aquilo que será no instante seguinte. O homem deve se reinventar todos os dias, sintetiza Sartre (PENHA, 2008, p.46).

A religião cristã encara qualquer ato de prazer sexual como aversivo à integridade humana, como algo sujeito pecaminoso, tendo como justificativa, segundo Pablo (2019) referindo-se à obra *Summa Teologiae* de São Tomás de Aquino (1273) a invenção de que Adão e Eva foram de encontro aos mandamentos de Deus, e entregaram-se ao pecado da carne, com o intuito de introjetar no imaginário social a ideia de um Pecado Original que todos os seres humanos nascidos posteriores a Adão e Eva carregam consigo.

Portanto, ainda segundo Pablo (2019), todo ato pecaminoso significa o

afastamento da graça divina e estes atos têm como base o sexo realizado entre Adão e Eva decorrente da necessidade da carne advinda da desobediência à Deus, sendo perpetuado a partir disso, por meio da Igreja Católica, que haveria de estar próximo o fim da humanidade.

Portanto, diante desta história propagada pela Igreja Católica, qualquer prática sexual era enxergada como pecaminosa. Posto isso, Pablo (2019) analisa que a partir disso, passou-se a exigir a pureza corporal e espiritual visto que o sexo praticado livremente estava relacionado ao pecado.

Uma vez que o cristianismo debruçava-se em propagar a renúncia à carne, visando atingir a graça divina, tendo em vista a ideia de um fim próximo, foi preciso o uso de métodos que fossem eficazes para controlar a população, um dos exemplos, segundo Lins (2012), foi a propagação da ideia da falta de higiene, em que propagava-se por exemplo, que “Os piolhos eram chamados de pérolas de Deus, e que estar sempre coberto por eles era marca indispensável de santidade (LINS, 2012, p.142).

Uma vez que o mundo estava prestes a acabar como propagado pelo cristianismo, a única coisa que importava a população era a salvação do espírito que, segundo Pablo (2019), baseado na obra de São Tomás de Aquino, todos os seres nascidos após Adão e Eva, carregam consigo o Pecado Original, portanto, a preocupação do povo consistia na salvação da alma que se baseava na renúncia à carne e aos prazeres (LINS, 2012). Assim, “A virgindade era a garantia de ascese, o retorno a origem e a imortalidade” (LINS, 2012, p.143).

Portanto, pecados como opressão moral e tortura física eram minimizados frente ao pecado da prática do prazer sexual, até porque, essas práticas se tornaram próprias da Igreja na época medieval e na renascença. Ainda segundo Lins (2012), a repressão sexual incutida pelo cristianismo relatava, que nem um cadáver masculino poderia ser enterrado ao lado de um cadáver feminino. A preocupação com a prática sexual era constante. “Há homens que se fizeram eunucos voluntários para ganhar o reino dos céus” (BÍBLIA, 19:12).

Para além, segundo Lins (2012), quem lutava pela salvação e a aproximação com a graça divina, devia privar-se do sono, do conforto e da alimentação. A autoflagelação era praticada pelos cristãos tendo como propósito livrar-se de seu desejo sexual. A partir do século XIII, com a inquisição, a tortura entra como método para controlar a sexualidade, aplicando-se a todos os suspeitos de heresia (LINS, 2012).

Nesse aspecto, a Igreja Católica instituiu dias corretos e incorretos para a prática do ato sexual no casamento, visando apenas a procriação, e os que praticavam o ato sexual nos dias não permitidos pela igreja, gerariam filhos doentes.

Todos os leprosos nascem de ordinário não dos homens instruídos, que mantêm sua castidade nos dias proibidos e nas festividades, mas principalmente dos homens grosseiros que não sabem se conter. Apresenta então, uma questão espiritual, pois, na Idade Média, não há doença que atinja o corpo como um todo que não seja simbólica. Essa doença é vista como produto do pecado, e do pior deles: o pecado sexual (LINS, 2012, p.182).

Como cita Loyola (1998 apud Brown 1971) “Os que

praticassem o coito “como os campônios” dormindo juntos aos domingos e nos outros dias de abstinência, gerariam leprosos e epiléticos” (p.361). Outra forma de controlar a sexualidade das pessoas foi feita através da criação do confessional. “De 1559 a 1641, o Clero Anglicano se empenhou em controlar a sexualidadedos leigos por intermédio dos tribunais confessionais da igreja” (PORTHER; TEICH, 1997,p.107) Outros efeitos da prática sexual segundo a Igreja Católica diziam respeito ao fato de que

A miséria e a dor eram o fardo da humanidade (...) Deus não podia ser responsávelpela dor do sofrimento e da morte, fora Adão o responsável.Se assim não fossecomo entender os “inexplicáveis sofrimentos das criancinhas, o horror dos seresdeformados e dos deficientes mentais (...) o estado repulsivo das mulheres grávidas,as relações sexuais praticadas sem entraves e de todas as maneiras possíveis (...) osfunerais dos defuntos e o sofrimento dos moribundos.” (LOYOLA, 1998 p.141 apud BROWN,1971, p. 472).

Tendo em vista que a Igreja Católica vigiava e punia a sexualidade humana, elatambém exercia poder sobre o casamento. (ARAÚJO, 2002) Para a Igreja, a sexualidade só deveria ser exercida no matrimônio e com um fim prático, visando à procriação. Assim, qualquer ato que visasse o prazer era passível de condenação por parte da Igreja.

Segundo Reich (2000),o casamento que anteriormente ao exercício do poder da Igrejasobre a sexualidade acontecia com propósitos sociais, visando interesses materiais e posiçãosocial, a partir do século XII a Igreja instituiu o casamento como uma instituição de controlada castidade, em que quem não era capaz de manter-se casto, deveria

casar-se, pois, como cita a Bíblia, "[...] é melhor casar do que abrasar-se". (BÍBLIA, CORÍNTIOS, 7:9).

Ainda no século XII, foi feita uma compilação deles, uma coletânea, que reforçou as leis da Igreja sobre o casamento, condenando o excesso de sexo (PABLO, 2019). Ainda segundo o autor, o exercício do prazer era condenado e passível de ser punido.

Até meados do século XII, o divórcio era admitido, em meados do século XII em diante, o casamento passou a ser indissolúvel em todos os casos (LINS, 2012), podendo-se observar com isso, a total irrelevância como desejo dos cônjuges.

Nem todas as pessoas aderiram a vida abstendo-se dos prazeres, porém, como sentimento de pecado e culpa introjetado pela Igreja Católica a respeito do uso dos prazeres, no mínimo passaram a envergonhar-se de seus atos e pensamentos, (LINS, 2012) pois "[...] diante das exigências tão distantes da natureza humana, nem sempre o controle emocional era mantido" (LINS, 2012, p.150). A igreja católica regeu e vigiou a sexualidade das pessoas casadas ou solteiras até o século XVIII.

O controle sempre crescente do padre sobre a mente dos fiéis, sem dúvida, concorreu para formar uma atitude de vida que se estendeu além de fronteiras geográficas, dando à sociedade cristã uma espécie de unidade supranacional. Uma combinação de vergonha, medo e elevação espiritual. O pecado passou a desempenhar um papel mais importante até do que a redenção na moralidade cristã, por ser mais imediato. (...) Conscientemente ou não, homens e mulheres possuidores de desejos sexuais normais tornaram-se obcecados pela culpa. O sexo aos olhos da igreja era o maior pecado (LINS, 2012, p.147).

Em relação ao amor, nem sempre ele foi premissa para as relações amorosas. Ele surge na Idade Média, entre os séculos XIII e XIV. Segundo Lind (2012), Até o século XII, o casamento ocorria tendo como base e motivo questões sociais, e a partir do século XIII em diante a Igreja Católica começa a alastrar suas regras e seu moralismo, impondo seu poder sobre o casamento do povo.

A cerimônia de casamento que anteriormente era realizada na casa dos cônjuges, no século XIII, passa a ser realizada na porta da Igreja, tornando agora o casamento monogâmico e indissolúvel, pois, antes havia o divórcio e casados às partes fosse estéril, por exemplo, os homens tinham a possibilidade de se aventurarem com outras mulheres além de sua própria esposa, e é no século XV que o casamento passa a ser realizado ao pé do altar, passando a igreja a instituir maior controle sobre a vida das pessoas (LINS, 2012).

Ainda em relação ao surgimento do amor, a população precisava encontrar formas de colocar em prática sua sexualidade, encontrando então no amor cortês uma possibilidade de saída para suas pulsões. “O amor cavaleiresco ou cortês era uma maneira de aliviar as carências sexuais e passionais em um tempo onde o desejo sexual era reprimido e condenado” (LINS, 2012, p.200).

O amor cortês, como cita Lins (2012), referia-se a um amor destinado aos amantes e não aos cônjuges, este amor não se dava no âmbito da relação conjugal. “Mulheres casadas com homens mais velhos por razões políticas, sociais e econômicas, investiam sua imaginação erótica em jovens cavaleiros” (LINS, 2012, p.198),

caracterizando a passagem do amor unilateral do homem à Deus, para um amor recíproco, entre um homem e uma mulher.

Isso porque, como o amor cortês era propagado como a sensação de sentimentos como desejo, coragem, perigo e sofrimento, e o casamento tendo como proposta a união por contrato social, e a administração de negócios, não há espaço para intimidade visto que, segundo Lins (2012), desejo não se funde com obrigatoriedade.

Ulrich considerava o casamento uma fase de administração de negócios, uma vez que a união conjugal consistia basicamente na reunião de terras, na consolidação de aldeias e na produção de herdeiros. Porém, o que tem a ver o amor com a colheita ou criação de gado? O amor verdadeiro era impossível entre homem e mulher (LINS, 2012, p.186).

Como relata Lins (2012), o amor nessa época estava relacionado ao desejo sexual, à fantasia e ao erotismo, e o ato sexual estava relacionado à reprodução. Posto isso, a prática sexual e o amor não estavam relacionados, pois a prática sexual só deveria ocorrer no âmbito da conjugalidade com fim procriativo.

Assim, “Leonor colocava que o verdadeiro amor não poderia se fazer valer entre os esposos, que só podia ser adúltero” (LINS, 2012, p.207). A prática do amor cortês referia à pureza do amor justamente por não haver contato sexual, apenas a imaginação, e o sofrimento pelo objeto de desejo. “O amor cortês restringia-se às práticas sexuais apenas preliminares pois consideravam o amor cortês um amor puro”. (LINS, 2012, p.200).

Segundo Lins (2012), “Beijos e carícias “nas partes vergonhosas” eram violentamente proibidos no século XII, passariam a

sertimidamente tolerados a partir do século XVI, mesmo com o risco de estimularem a poluição”.(p.235).

Visto que o amor nunca havia sido visto antes na história do ocidente, é, segundo Lins (2012), a partir da Idade Média com o início do amor cortês, que se constrói a forma como vivencia-se hoje o amor nas relações amorosas, proferido desde o século XII, até os dias atuais. Segundo Lins (2012), a revolução do amor cortês amadureceu, dando início ao que passou a se chamar de amor romântico, dizendo respeito à união entre um homem e uma mulher, tendo o amor romântico iniciado a partir do século XIX.

O amor cortês sempre idealizou o amor e o sujeito, tornando assim, através da idealização do que é amar no imaginário social, as pessoas vítimas inconscientes de um mito. “O mito nasce de costumes e ideologias que ditam normas de conduta” (LINS, 2012, p.239), fazendo o sujeito crer que determinado comportamento imposto como único seja algo intrínseco à natureza humana, alimentando a crença de que só existe uma única forma de significar e vivenciar o amor (LINS,2012).

Sendo o amor nos dias atuais vivenciado e significado como sinônimo de exclusividade, posse e ciúmes, pois, “ociúme era retratado como um sentimento nobre quando eram os amantes que o sentiam (...) quem não tem ciúmes não sabe amar (...) o ciúme faz o verdadeiro amor crescer constantemente” (LINS,2012,p.201 e 238)

O amor conjugal surge ainda na Idade Média, entre os séculos XIII e XIV, sendo controlado pela Igreja Católica, e interferindo na mentalidade do povo. Ao fim da Idade Média, as pessoas começam a questionar a conduta da Igreja, questionando-se a respeito de haver

alguém, no caso o clero, para mediar a relação entre Deus e os homens, notando que havia uma contradição entre a ganância da Igreja, que visava o poder aquisitivo e político, e a salvação da alma humana, notando que ambos os projetos não possuíam relação entre si (LINS,2012).

Diante disso, segundo Araújo (2002), a sexualidade foi controlada pela igreja até oséculo XVIII, ou até a revolução francesa, restringindo a sexualidade como sinônimo de procriação, em que não era tolerado nenhuma forma de desejo carnal.

O amor romântico entra como possibilidade e surge com a revolução burguesa desde oséculo XVII, e tem sua origem no século XVIII, quando o desejo sexual, a escolha e a intimidade passam a fazer parte da relação conjugal, estando agora a sexualidade relacionada ao prazer e não mais a função organicista reprodutora (ARAÚJO,2002).

Posto isso, conforme Stangel e Amorim (2014), o amor romântico que tem início noséculo XVIII e é fortificado no final do século XIX, passa, como cita Stengel e Amorim(2014), a significar o sentido de amar dos dias de hoje ainda que sofram modificações.

Neste sentido, a forma de significar o amor dos dias atuais é fruto de uma construção do significado de amar durante um processo histórico, fazendo parte desta construção, influências literárias como por exemplo, o consagrado romance Romeu e Julieta, que permitiu introduzir no imaginário social quais seriam as emoções que desencadeariam o sentimento de amor, fazendo com que a sociedade aprendesse o que é amar, apresentando-se como uma noção naturalizada e perpetuada de geração em geração, sendo o amor então

não algo natural e universal, mas uma construção social ensinada, aprendida e portanto, vivenciada (STENGEL;AMORIM,2014).

Sendo assim, o amor sendo contextualizado e possuindo historicidade, é passível quediante das mudanças sociais e culturais, o sentido do significado de amar seja modificado ao sofrer interferências culturais (STANGEL;AMORIM,2014).

Diante do exposto, visto que a relação conjugal foi construída sob o pilar da administração de negócios, reunião de terras e produção de herdeiros e visto que houve a criação da concepção de amor que vai de encontro à ideia inicial de casamento, e tendo em vista que essas ideias construíram a forma de relacionar-se nos dias atuais, é mister afirmar que ambos realizam interferências na construção de como as relações amorosas se dão hoje em dia.

Lins (2012), trás por exemplo que uma vez que o erotismo passa a fazer parte da relação conjugal, coisa que antes não era uma premissa, a dificuldade para manter a relação conjugal satisfatória encontra-se em realizar a manutenção do erotismo, visto que agora amor e erotismo não se dissociam, sendo imprescindível a manutenção de ambos para a relação conjugal.

Acredita-se que as características do amor romântico são *mister* para o declínio damanutenção das relações amorosas e conseqüentemente sexuais, visto que por exemplo, umas das características do amor romântico é a ideia do ciúmes como emoção base para significar o amor, pois segundo Lucas (2011), como na época do romantismo passou-se a valorizar o amor eterno, “[...] o ciúme surge como medo de perder o alvo desse amor eterno” (LUCAS, 2011, p.31).

Porém o ciúme é majoritariamente encarado como algo prejudicial para a relação amorosa tendo em vista que “[...] o ciúme é mais que um sentimento ou uma emoção, é uma construção social que abarca vários sentimentos, nomeadamente o amor, o ódio, o medo, a raiva, a inveja, entre outros” (LUCAS,2011,p.30).

Apesar da evolução dos séculos e da sociedade, o ciúme permanece introduzido no imaginário social como algo fundante para a relação amorosa, fazendo parte da atual concepção de amor, não rompendo com a ideia do amor romântico (NUNES,2006).

Segundo Costa (1998), tendo em vista que o amor é uma construção cultural, torna-se possível questionar suas regras e modificá-las a fim de reconstruir esta forma de amar caso esta imposta não esteja sendo satisfatória para o casal, a fim de diminuir o sofrimento, visando a felicidade nas relações amorosas.

Uma forma de amar como única apresenta-se como prejudicial para o indivíduo uma vez que, segundo Stengel e Amorim (2014) é nas relações amorosas que o sujeito irá buscar compreender-se enquanto indivíduo por meio de anseios emocionais, sexuais, afetivos e materiais, “[...] procurando assumir uma certa identidade a partir da sua identificação como o cônjuge ou companheiro de alguém e da proximidade promovida pelo relacionamento que se instaura.” (STENGEL;AMORIM,2014,p.4).

Posto isso, torna-se efetiva a ideia de que é necessário, como cita Costa (1998) que se questione a forma como se está significando e vivenciando a prática amorosa posto que, como cita Stengel e Amorim (2014), as pessoas buscam na relação o autoconhecimento, e tendo

em vista que as pessoas não são universais, a forma de amar, que engloba sentimentos como anseios emocionais, afetivos, sexuais e materiais, também é intangível que seja universal.

Portanto, “[...] o amor como via de realização, torna-se por si só, um ideal de felicidade pessoal” (COSTA, 1998, p.19-20), e tendo em vista que cada ser é único, e que o ideal de felicidade está atrelado ao amor como via de realização, faz-se necessário o questionamento a respeito de um único modelo de conjugalidade.

Posto isso, o estilo de vida *swinger* traz como proposta uma nova configuração da modalidade conjugal e, portanto, uma forma de significar e vivenciar o amor visto que, como cita Reich (2000) *apud* Gross-Hofinger, (s.d) “O número dos casamentos cuja ortodoxia vai até à fidelidade absoluta é, aos olhos de qualquer pessoa sensata que conheça a natureza humana e a violência das suas exigências, igual a zero” (p.23-24), constatando igualmente que:

- «1. Cerca de metade dos casamentos são absolutamente infelizes.
2. Mais de metade dos casais estão completamente desmoralizados.
3. Amoral da exígua metade que resta não inclui certamente a fidelidade conjugal.
4. 15% dos cônjuges entregam-se à prostituição e ao proxenetismo. (REICH, 2000, p.23-24 *apud* BLOCH, s.d, p.253)

Segundo Reich (2000), o casamento reflete uma relação já anteriormente vivenciada pelo sujeito, que é a relação que este tinha com seus pais na infância, uma relação de vigiar e punir, de regras impostas

e de obediência, e “[...] um casamento deste tipo se desintegra se o cônjuge recupera sua agilidade sexual, e se este não se submete às severas regras da moral matrimonial” (REICH,2000,p.25).

Reich (2000) trás que a saúde do ser humano vai de encontro ao desempenho de papéis moralistas impostos, mas relaciona-se à economia de sua energia libidinal, devendo o campo da saúde levar em conta o que se deve reprimir para a manutenção de uma civilização, não reprimindo portanto comportamentos incondizentes com a proposta civilizatória que centra-se, segundo Freud (1929), na convivência comunitária em segurança, tendo como exigência a justiça, garantindo a ordem legal, sendo portanto necessária a repressão da energia pulsional agressiva, sendo descartável para a manutenção de uma civilização a repressão das diversas expressões de sexualidades como por exemplo, as formas de amar.

Segundo Reich (2000), o modelo de conjugalidade não monogâmico, ao contrário do que pensa o senso comum, não se refere à quantidade de pessoas com que o indivíduo se relaciona, mas a como se vivencia e significa a forma de se relacionar amorosamente, e como foi visto que sexualidade relaciona-se à forma de significar e vivenciar os fenômenos, a instituição monogâmica caracteriza-se como uma imposição de um modelo imperativo de ordem de vivência única da sexualidade.

Reich (2000), relata que a atração por outros sujeitos é natural, e que, portanto, se as pessoas fossem capazes de ressignificar o sentido de amor tendo como base a exclusividade, “[...] as torturas psicológicas e os crimes passionais diminuiriam seguramente” (REICH,2000, p.14),

colaborando assim para a diminuição das causas das perturbações psíquicas que são “originárias de uma construção social pautada em uma moral sexual civilizada” (REICH,2000,p.14).

Quanto às possibilidades de ressignificação do sentido histórico atribuído ao amor, Heidegger (1927), salienta que o ser humano é potencialidade e não essência, ou seja, não sendo algo determinado e imutável, a monogamia pode vir a ser revista enquanto forma de vivenciar o significado de amor, posto que segundo Reich(2000),

Os imperativos para que haja um casamento não são os mesmos que o fazem manter-se. A estrita monogamia e a duração para toda a vida não se efetivam e portanto, não cumprem com o objetivo do casamento(REICH,2000,p.15).

3 Metodologia

A pesquisa realizada se debruçou no método fenomenológico visto que tal método,segundo Critelli (1996), tem como base o sujeito para compreender o sentido do fenômeno, “seu modo de ser e portanto, de conhecer”(CRITELLI,1996,p.25).

O interessante do método fenomenológico é que ele tem como propósito, segundo Critelli (1996), analisar os fenômenos já lançados no mundo a partir do próprio sujeito,tornando o sujeito protagonista da sua própria história, independente da massa, propiciandoque seja revelado à sociedade que nada é objetivamente, mas que as coisas são subjetivamente a depender da vivência e visão de mundo de cada indivíduo, e que cada fenômeno possui mais de um significado visto que o mundo não é composto apenas por uma pessoa,e que portanto,é

impossível haver uma única forma de viver um fenômeno como por exemplo o amor e sua relação com a prática sexual.

Visto isso, a metodologia fenomenológica foi fundamental no processo de realização da pesquisa pois só seria possível compreender o sentido de amor e liberdade sexual para os casais levando em consideração que cada pessoa significa os fenômenos apresentados de formas diferentes umas das outras, trazendo uma proposta de sair de um estado de universalização, podendo-se assim dizer, de um estado de consciência préreflexiva, massificada, atingindo portanto o estado de consciência reflexiva, que diz respeito segundo Sartre (1946), à liberdade, pois, segundo o autor, o sujeito só é livre quando conhece a possibilidade de colocar em prática sua reflexão sobre as coisas já dadas, estando a felicidade diretamente ligada ao exercício da reflexão.

4 Análise e discussão dos resultados

A análise e discussão dos resultados sobre as impressões pessoais sobre o meio *swinger* indicam uma perspectiva ampla e diversificada sobre o estilo de vida não monogâmico. Os relatos enfatizam que o universo *swinger* vai além da busca por parceiros sexuais, sendo um espaço onde a autenticidade e liberdade são valorizadas. A prática reflexiva e crítica dos sujeitos no meio *swinger* é destacada, permitindo uma vivência baseada em significados individuais, desvinculada das expectativas impostas pela sociedade.

Os relatos apontam para uma postura social aberta e inclusiva, onde os casais não se limitam apenas a discussões sobre sexo, mas englobam uma variedade de temas, demonstrando uma visão holística

da vida. A interação em locais como o RepublicPub, frequentado por casais liberais, revela uma atmosfera de intimidade e naturalidade, onde as relações são cultivadas de maneira mais aberta e respeitosa.

A abordagem dos homens não monogâmicos é percebida como diferente daquela dos homens em ambientes tradicionais. Eles são descritos como mais respeitosos e focados em conversas sem intenções sexuais imediatas, o que contrasta com atitudes de homens em ambientes convencionais.

Além disso, a dinâmica dos encontros nos espaços liberais vai além do aspecto sexual, envolvendo a busca por amizades e trocas de experiências diversas. A valorização da higiene é enfatizada como um cuidado essencial nesses contextos.

A análise relacionada à relação entre amor e liberdade sexual aponta para a visão dos casais entrevistados, destacando a ideia de que o amor e a liberdade sexual são esferas separadas. A liberdade de desejar outras pessoas não é vista como uma ameaça ao amor compartilhado, mas sim como uma extensão natural da liberdade individual e intimidade do casal, desde que haja respeito, diálogo e compreensão mútua.

A discussão sobre a diferença da vivência amorosa e sexual na monogamia e não monogamia destaca a importância do diálogo sincero e acolhedor entre os parceiros não monogâmicos. A possibilidade de comunicação aberta é vista como um fator fundamental para a união do casal e melhora na qualidade da relação sexual. As mudanças mencionadas pelos casais entrevistados enfatizam a melhoria na saúde física e na qualidade da vida sexual após a transição para

relacionamentos não monogâmicos.

Sobre a presença do ciúme no universo swinger, os relatos apontam para a existência desse sentimento, porém, em menor intensidade visto a alteração da forma como enxergam as coisas e portanto, afetam-se. Os casais lidam com este sentimento compreendendo que este é um sentimento seu, e não do outro, o que facilita a relação uma vez que não delegam a sua parceria a responsabilidade pelo o que só diz respeito a si próprio.

5 Conclusão

Concluindo, as análises e relatos dos casais entrevistados evidenciam a complexidade e riqueza das relações não monogâmicas, destacando a importância da autenticidade, comunicação aberta, respeito mútuo e reflexão individual para uma vivência mais satisfatória e enriquecedora no meio *swinger*. Sendo importante destacar que a mudança de vivência de uma relação monogâmica para uma relação não monogâmica se deu por meio da alteração da forma homogeneizada de enxergar as coisas, refletindo portanto na forma como afetam-se frente às circunstâncias e conseqüentemente, modificando a forma como relacionam-se consigo, com o mundo e concomitantemente, com sua parceria.

Neste sentido, questionar o estatuto de qualquer coisa é imprescindível para que haja qualquer mudança de comportamento, pois é apenas por meio da consciência reflexiva (Sartre, 1998) que atingimos a autenticidade de vivenciar uma vida única, atribuindo às coisas significados individuais e com isso, livrando-se da massificação

dos significados que como vimos, possui sentido econômico e moral.

Em função disso, a pesquisa teve como objetivo compreender a relação entre amor e liberdade sexual para casais swingers visto que por experienciam a vida de forma emancipada do coletivo, é possível afirmar que questionaram o estatuto das coisas como são e sendo assim, significam e vivenciam o amor livre das construções sociais atribuídas à este fenômeno.

É interessante ressaltar que a saúde das relações amorosas consiste, segundo Whitaker e Bumberry (1900), no equilíbrio dos desejos da união entre duas culturas divergentes, onde por meio do diálogo torna-se possível esta troca, a fim de que possa haver o equilíbrio entre as duas existências, podendo com isso, realizarem-se independente dos demais visto que segundo Heidegger (1927), o ser humano não é um mundo compartilhado, mas sim um indivíduo que atribui o próprio sentido às coisas.

Posto isso, foi possível concluir com esta pesquisa que a relação que os casais fazem entre amor e liberdade sexual está relacionada diretamente ao sentido que eles atribuem ao amor, que diz respeito ao compartilhamento da liberdade e a felicidade da parceria.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMORIM, Ana; STENGEL, Márcia. Relações customizadas e o ideário de amor na contemporaneidade. **Estud. psicol.** (Natal) 19 (3) • Set 2014

ARAÚJO, Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicol. cienc. prof.** 22 (2) • Jun 2002

BAGAGLI, Beatriz. Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas. **Macapá**, v. 7, n. 1, 1º semestre, 2017.

BÍBLIA, A. T. Provérbios. In BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BÍBLIA, A. T. Provérbios. In BÍBLIA. Português. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BONDÌA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. [s.l], 2002.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, M. **Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento** (8a ed). São Paulo, SP: L & PM. (1986) - livro negrito

COSTA, Tatiane and BELMINO, Marcus César. **Poliamor: da institucionalização da monogamia à revolução sexual de Paul Goodman**. *IGT rede* [online]. 2015, vol.12, n.23, pp. 424-442. ISSN 1807- 2526.EISLER, R. O prazer sagrado: sexo, mito e a política do corpo. Rio de Janeiro:Rocco, 1996.

Critelli, Dulce. (1996) *Análítica do Sentido: Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC / Brasiliense.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo; MATTAR, Cristine Monteiro. A fenomenologia como método de investigação nas filosofias da existência e na psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 4, p. 441-447, out./dez. 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v30n4/v30n4a09.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. *Psicologia fenomenologica: fundamentos, metodo e pesquisas*. São Paulo: Pioneira, c1993. 81p

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora. 1987.

FREIRE, Paulo. 2002. **Pedagogia do Oprimido**. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 34ª Edição

FREUD. O mal-estar na civilização. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1929.

GATT, Pablo. A sexualidade em questão: O pecado original de Adão e Eva e o caráter negativo do ato sexual na *Summa Theologiae*, (1273) de Tomás de Aquino. [s.l]. agost.2019. página do artigo Disponível em:<https://core.ac.uk/download/pdf/230330516.pdf>

Goldenberg M. Coroas: corpo, envelhecimento, casamento e infidelidade. Rio de Janeiro: Record; 2008.

GONINI, F.A.; RIBEIRO, P.R. **Miradas Diversas de la Educación Iberoamérica**. Universidade de Alcalá: Edición electrónica, 2015.

HEIDEGGER, M. (2006). **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: São Francisco. (Originalmente publicado em 1927).

HEIDEGGER, M. (2006). **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: São Francisco. (Originalmente publicado em 1927).

JAPIASSÚ; Hilton MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

LINS, Regina. **O livro do amor**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2012.

LOURENÇO, Sérgio. (**Alguns**) **exemplos de metodologia e método**. [s.l], 2019.
PENHA, João **O que é o existencialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982

LOYOLA, Maria. **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

LUCAS, Catarina. **Ciúme e satisfação sexual na população portuguesa**. Covilhã:[s.l], 2011. Disponível em:https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2731/1/Tese_Catariana_Lucas.pdf. Acesso em: 23 de maio. De 2022

MINAYO, Maria. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 14º, São Paulo: Hudítec editora, 2014.

Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). Olhares sobre a conjugalidade. Lisboa, Portugal: Coisas de Ler.

NUNES, L. (2006). **O ciúme nas relações amorosas contemporâneas**. (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

PENHA, João da. **O que é existencialismo**. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PINTO, C. Feminismo, história e poder. Rev. Sociol. Polit. 18 (36) • Jun 2010

PORTHER; TEICH. **Conhecimento Sexual, Ciência Sexual**. São Paulo: Fundação editora da Unesp, 1997.

REICH, Wilhelm. **Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?** [s.l]: Editora Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, J-J. **O contrato social**. In: Oeuvres complètes, tome III. Collection “Pléiade”. Paris: Gallimard, 1757.

SARTRE, Jean Paul. *’**Éxistentialisme est un Humanisme***. Paris: Nagel,1946.

SARTRE, Jean Paul. *’**Éxistentialisme est un Humanisme***. Paris: Nagel,1946.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada** – ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 782.

SARTRE, Jean Paul. **O ser e o nada** – ensaio de ontologia fenomenológica. Tradução: Paulo Perdigão. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 782.

VIEIRA *etc al*. Representação social das relações sexuais: Um estudo transgeracional entre as mulheres. **Psicologia: Ciência e Profissão** Abr/Jun. 2016 v. 36 n°2, 329-340.

Whitaker, C. & Bumbery, W.M. (1990). Dançando com a família. Trad. Rose Eliane Starosta. Porto Alegre: Artes Médicas.

ESTIGMAS NA SEXUALIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO COM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Débora Fernandez Antonon Silvestre¹⁶

INTRODUÇÃO

A relação entre sexualidade e deficiência é um tema complexo e multifacetado que abrange questões sociais, culturais, médicas e éticas. A sexualidade é uma parte intrínseca da experiência humana e é importante reconhecer que as pessoas com deficiência têm desejos, necessidades e direitos sexuais como qualquer outra pessoa.

No entanto, questões relacionadas à sexualidade e deficiência muitas vezes podem ser complexas e envolver considerações adicionais devido às necessidades e desafios específicos enfrentados por indivíduos com deficiência. É importante que não se generalize, no entanto, as barreiras podem ser físicas, emocionais ou comunicativas em relação à sua sexualidade, enquanto pessoas sem deficiência podem não enfrentar essas mesmas barreiras.

Neste sentido, a educação sexual visa garantir que as informações sejam acessíveis, utilizando formatos adequados para pessoas com deficiência que podem precisar de apoio adicional para comunicar suas próprias necessidades e desejos sexuais. Profissionais de saúde, educação, terapeutas e cuidadores desempenham um papel

¹⁶ Mestra em Educação Sexual – UNESP. E-mail: debora.antonon@unesp.br

importante ao fornecer um ambiente seguro e encorajador para que essas pessoas possam expressar seus anseios e dúvidas.

No contexto do sistema educacional brasileiro, que enfrenta uma série de desafios que perpassam as fronteiras do ensino tradicional, surge uma camada adicional de complexidade devido às novas demandas emergentes nas salas de aula. Referimo-nos especificamente aos alunos público-alvo da educação especial e, somamos aos desafios as questões relacionadas à sexualidade inerentes a qualquer ser humano e o direito igualitário a educação, respeito e qualidade de vida. Os professores podem experimentar eventualmente, um sentimento de despreparo que originam-se da falta de formação específica para enfrentar essas novas demandas e da ausência de recursos adequados.

Algumas deficiências afetam a mobilidade ou a comunicação, o que pode dificultar o envolvimento em atividades sexuais. Pessoas com deficiência intelectual (DI), por exemplo, podem ser mais relatadas ao abuso sexual e exploração, devido a fatores como dependência de cuidadores ou falta de informações sobre segurança pessoal. Nestes casos, a escassez de um diálogo sobre sexualidade pode levar a mal-entendidos, confusão e risco à saúde.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a deficiência intelectual (DI) é um transtorno que se manifesta desde os estágios iniciais do desenvolvimento. Esse transtorno inclui déficits funcionais de natureza intelectual, abrangendo dificuldades na aprendizagem, resolução de problemas e raciocínio. Além disso, na área adaptativa, a deficiência intelectual também envolve adversidades relacionadas à capacidade de

atingir padrões de desenvolvimento e adaptação sociocultural ligados à independência individual e ao engajamento social. (APA, 2014 apud SCHWARTZMAN; LEDERMAN, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9.394/96, através da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 determina que somente quem tenha deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação seja atendido no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O trabalho no AEE engloba uma multidisciplinaridade que deve proporcionar ao aluno público alvo da educação especial, sua inclusão, interação e integração com o espaço escolar e os participantes deste.

Visando garantir que todas as pessoas com deficiência tenham a capacidade de tomar decisões sobre suas vidas sexuais, o trabalho do professor do AEE deve ser em conjunto com o do professor da sala regular. Devem buscar mitigar no espaço escolar as limitações já mencionadas, pois as pessoas com deficiência enfrentam também o estigma e a descrição em relação à sua sexualidade. Combater essas atitudes prejudiciais e promover a aceitação da inclusão faz-se mister. É essencial abordar a sexualidade e a deficiência com empatia, respeito e sensibilidade, reconhecendo que cada pessoa é única e merece ter suas necessidades e desejos vividos de maneira salutar.

Com fundamento nos princípios delineados anteriormente, o escopo deste estudo é introduzido por meio das preocupações que surgem, em primeira instância, a partir do contexto atual de preconceito enfrentado por indivíduos com deficiência intelectual em relação à sua

própria sexualidade na sociedade em geral. Essas preocupações podem igualmente se manifestar dentro do ambiente escolar.

A análise proposta aqui foi realizada com base em um levantamento bibliográfico e em sugestões de leituras promovidas pelo grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas em Estigmas na Sexualidade e Imagem Corporal (GEPESIC) e pela disciplina Estigmas na Sexualidade e Comportamento Sexual Liberal do programa de Pós-graduação em Educação Sexual (PPGEDUSEX) ambos da UNESP, campus Araraquara/SP.

O estigma é um conceito que descreve a desaprovação social, o preconceito ou a identificação que é associada a certas características, condições, comportamentos ou identidades de grupos ou indivíduos. Essas características podem ser relacionadas a questões de saúde, como doenças infecciosas, deficiências físicas ou condições crônicas, bem como características pessoais, como orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, religião, status socioeconômico, entre outros.

Ancorada nos estudos de Goffman,

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original,

porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal (GOFFMAN, 1963, p. 5).

O estigma pode se manifestar de várias formas e pode ser tanto percebido quanto internalizado pelas pessoas. Algumas formas comuns de estigma incluem a forma como as pessoas são tratadas com preconceito ou identificadas pelos outros com base em características específicas. Isso pode levar ao isolamento social, exclusão e marginalização.

Destarte, o estigma pode ter efeitos nocivos na vida das pessoas que o suportam, incluindo os emocionais, sociais e até físicos. Pode dificultar a busca de ajuda, tratamento médico ou apoio emocional, e também pode afetar a qualidade de vida e o bem-estar geral. Quando uma pessoa internaliza os estereótipos negativos associados a uma determinada característica ou condição, evolui em uma baixa estima, sentimento de vergonha ou falta de auto-aceitação.

As palavras-chave deste estudo foram: educação especial, deficiência intelectual, sexualidade e estigmas. Esses termos refletem a temática central do artigo e foram fundamentais para a busca de referências acadêmicas dos últimos dez anos por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDBT/IBICT) para que possam respaldar as análises e discussões aqui apresentadas.

Neste sentido, entende-se relevante sintetizar, a partir dessas pesquisas, uma contribuição dos autores para interpretações e análises deste estudo.

Os autores Glat (1992) e Goldberg (1988) enfatizam que a deficiência intelectual não deve ser vista como uma barreira para a educação sexual. Eles argumentam que, desde que essa educação seja adaptada à maturidade intelectual e emocional de cada indivíduo, é perfeitamente possível abordar a sexualidade de maneira clara, tanto em situações formais quanto informais.

A implementação dessa educação sexual dentro do ambiente escolar deve ser conduzida por profissionais que possuam o conhecimento pedagógico e científico essencial para esse propósito (COLOMBO, 2022). Isso significa que os educadores responsáveis por abordar temas relacionados à sexualidade devem ter uma compreensão sólida tanto das práticas pedagógicas quanto dos aspectos científicos relacionados à sexualidade humana.

Nesse contexto, enfrentar o estigma, um atributo profundamente depreciativo dentro da sociedade, implica que a pessoa estigmatizada é percebida como em desvantagem em relação aos outros, com sua identidade reduzida a falhas e características anormais. Isso culmina em sentimentos de inferioridade, exclusão e subestimação por parte daqueles que sofrem tal estigmatização (FERNANDES; DENARI, 2017).

De acordo com Goffman (1988), a pessoa estigmatizada pode adotar duas reações perante as percepções sobre sua identidade: ela pode se retrair, recuando diante dessas concepções, ou então reagir com agressividade.

Conforme esclarecido por Maia e Ribeiro (2010, p. 165-166), o grau de interesse em sexualidade varia tanto entre pessoas com

deficiências como entre aqueles sem deficiências. Infelizmente, existe um mito difundido de que a sexualidade das pessoas com deficiência é intrinsecamente problemática, alimentado por interpretações equivocadas e preconceituosas. Na mesma linha de pensamento, Maia e Ribeiro (2010, p. 164) complementam que esses mitos propagam ideias que erroneamente são generalizadas para todos com deficiência, como a tendência de transformar uma limitação específica em uma característica total, ou seja, considerar a pessoa inteira como deficiente em vez de reconhecer apenas algo específico ou relacionado a ela.

Nesse viés, as citações acadêmicas aqui explanadas podem servir como base para analisarmos a necessidade de mais estudos sobre o tema de estigmas na sexualidade de pessoas com deficiência intelectual e nessa perspectiva, este artigo buscou trazer também a visão de 12 educadores da área da educação especial no que tange suas percepções, atitudes e práticas em relação ao tema dentro do AEE, permitindo uma análise das proposições dos diferentes educadores.

1 MÉTODO

De início, fez-se uma revisão de literatura para coletar referenciais bibliográficos, este processo envolveu a busca na BDBT/IBICT nos últimos dez anos do que já temos escrito sobre o tema. Um primeiro levantamento por assunto “Educação Especial”, seguido do filtro área de conhecimento “Ciências Humanas: Educação: Tópicos Específicos da Educação”, assunto “Educação Especial – Deficiência Intelectual”, ano de defesa: 2013 – 2023; gerou um total de

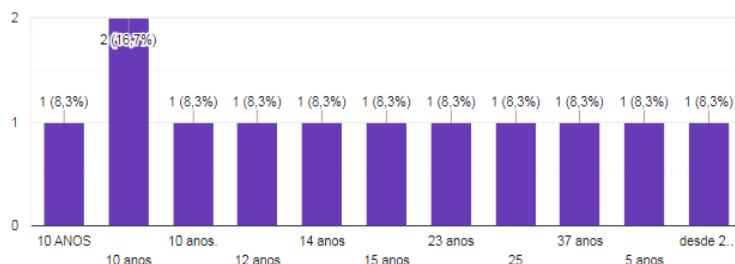
5 trabalhos. Uma segunda busca por assunto “Educação Especial e Sexualidade”, assunto “Deficiência Intelectual”, ano de defesa: 2013 – 2023; tivemos um total de mais 5 trabalhos. Destes, selecionamos 6 sendo; 3 dissertações de mestrado e, 3 teses de doutorado. Os demais trabalhos foram desconsiderados por falta de aderência a temática ou por não tratarem especificamente sobre deficiência intelectual.

Participantes da Pesquisa

A amostra das entrevistas foi por conveniência, com professores da educação especial, todos residentes no interior Estado de São Paulo atuando na esfera estadual e municipal na sala de recursos. Foram convidados por meio do aplicativo *Whatsapp* e assinaram via *Google forms*, um termo de declaração de consentimento esclarecido para participar do estudo conforme as normas vigentes para execução de pesquisas com seres humanos no Brasil.

Abaixo está uma descrição geral das características mencionadas pelos participantes: As idades variaram de 56 a 33 anos, com uma média de idade aproximada de 41 anos, sendo que a média dos anos de trabalho no magistério foi de 13.58 anos.

Quadro 1 -Média de anos no magistério



Nota: Elaboração própria (2023)

Quanto a formação acadêmica, 11 professores possuem graduação em Pedagogia, sendo um com graduação em Educação Especial e um com a segunda graduação em Letras. Todos possuem especializações na área da Educação Especial já que a mesma, é pré-requisito para o ingresso em concursos públicos na área do AEE, conforme legislação vigente.

Sobre a área de atuação, os 12 professores entrevistados atuam na sala de recursos, tanto no âmbito municipal quanto estadual e alguns nas duas esferas. O público alvo de atuação resultou em 9 professores que atuam diretamente com deficientes intelectual e dentre esses 9, 3 atendem também o público com Transtorno Global do Desenvolvimento (TEA) e, 3 atendem apenas com pessoas com TEA.

Em relação a identidade de gênero, a maioria dos participantes se identificou como feminino, perfazendo 11 pessoas, e apenas 1 educador se identificou como gênero masculino. Na sequência, quando questionados sobre a orientação sexual, todos foram unânimes em se declarar como heterossexual.

A obtenção de dados ocorreu de maneira anônima, sem a coleta de informações pessoais como nome e *e-mail*. Para isso, foi utilizada a abordagem de questionário, o qual foi respondido pelo público específico alvo deste estudo. A distribuição dos questionários foi realizada de maneira remota por meio da plataforma *Google Forms*, por meio do link¹ https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSekbUeWSxHaSEdjXIpJPjaLInULdP2ZM943Lp7FRkXYimqv_w/viewform.

Os questionários foram compartilhados individualmente com os participantes por meio do aplicativo *WhatsApp*, acompanhados do formulário de consentimento informado. Durante todo o processo, medidas foram tomadas para garantir a confidencialidade e anonimato dos envolvidos na pesquisa.

A abordagem aos participantes ocorreu de maneira respeitosa, e os contatos dos sujeitos ocorreram por meio de grupos de trabalho de professores na área da educação especial, ou seja, a pesquisadora já conhecia esses profissionais e consultou os mesmos sobre a possibilidade de participação.

Análises das informações

O *Google Forms* apresentou de maneira organizada as respostas individuais, gerando arquivos em formato de PDF que foram utilizados para realizar análises e categorizações. Esses dados foram sistematicamente organizados a fim de criar uma representação precisa e confiável do panorama abordado pelo tema da pesquisa.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção de resultados engloba as respostas das perguntas, constituindo um elemento primordial para a compreensão da visão dos educadores a respeito dos estigmas relacionados à sexualidade de indivíduos com deficiência intelectual. Isso permite uma apreciação mais profunda das percepções desses profissionais sobre o tema.

A primeira pergunta com relação ao tema da pesquisa foi sobre o entendimento dos participantes sobre o que é estigma.

A palavra mais citada entre os participantes para definir “estigma” foi “rótulo”. Todos possuem o entendimento de que estigma é algo relacionado ao preconceito, discriminação, desvalorização, algo negativo e depreciativo. No entanto, o/a participante 10 abrangeu a pluralidade de pessoas que sofrem estigma, “forma de discriminação, sofrida por pessoas consideradas diferentes pela sociedade, devido a sua raça, origem, orientação sexual ou por alguma deficiência”.

A questão seguinte, trata especificamente da sala de recursos e o ambiente escolar, área de atuação dos participantes; quais estigmas são mais ouvidos por estes professores. Com base nas respostas, podemos observar que o estigma mais citado entre os participantes é de que a pessoa com deficiência “não aprende”. A crença de que a deficiência intelectual impede o desenvolvimento da criança também gera automaticamente uma exclusão social e futuramente no mercado de trabalho, como mencionado pelo(a) participante 12; “como trabalho na área de treinamento profissional, o maior estigma encontrado em relação a esse público é o de ser incapaz ou uma criança para trabalhar. Tanto que as empresas raramente contratam”. Essas crianças sofrem *bullying* há muito tempo com agressões do tipo; são loucos, retardados, bobos. Ou pelos próprios professores quando subestimam a capacidade de aprendizagem dos mesmos; “não aprendem nada, coitadinhos, o lugar dele não é aqui, não evoluem”.

Esses discursos nos remetem ao antigo modelo educacional que tinha como objetivo a padronização da pessoa com deficiência, no sentido de modificá-la, reabilitá-la e educá-la a para aos padrões sociais. Hoje, a cultura da inclusão tem como premissa modificar a sociedade

para acolher as pessoas com deficiência. Este movimento não aconteceu da noite para o dia, está garantido por lei, tanto dos direitos humanos quanto dos direitos da pessoa com deficiência e deve ser respeitado para a promoção da cultura do respeito.

Dando sequência às análises, questionamos os participantes sobre como cada qual considera que deva ser o diálogo sobre sexualidade com a pessoa com deficiência intelectual.

A maioria dos participantes concorda que o diálogo deve ser claro e objetivo, com uma linguagem simples para que alcance o entendimento da pessoa com DI. Também evidenciamos a menção de orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e orientação contra o abuso. No entanto, temos o/a participante 5 que considera este diálogo um tabu a ser quebrado e; os/as participantes 6 e 7; que realçaram a questão do prazer, afetividade e gênero, algo inerente a todos os seres humanos.

É relevante enfatizar que um mito persistente é aquele que caracteriza a sexualidade das pessoas com deficiência como problemática e patológica. Essa concepção surge devido às representações inadequadas ou preconceituosas que a sociedade atribui a indivíduos com deficiência. Silva (2006) destaca que ao categorizar pessoas com deficiência intelectual com base em suas limitações, ocorre a estigmatização de sua sexualidade, associada à classificação de "deficiente", ao invés de reconhecer a singularidade do indivíduo.

É amplamente compreendido que a sexualidade é uma parte integral da experiência de todo indivíduo, desde os anos iniciais da vida

até a maturidade. Ela abrange não apenas aspectos físicos, mas também tem uma dimensão psicológica significativa. Além disso, a sexualidade está entrelaçada com a bagagem cultural de uma pessoa, suas emoções, vínculos afetivos e sistemas de valores.

Com base nos estudos de Maia e Ribeiro,

A sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização. Assim, as atitudes e valores, comportamentos e manifestações ligados á sexualidade que acompanham cada indivíduo desde o seu nascimento constituem os elementos básicos do processo que denominamos educação sexual (MAIA e RIBEIRO, 2011, p.76).

Analisando as respostas de mais uma questão, percebemos que em sua maioria, o conceito de sexualidade ainda gera confusão embora seja visto como algo importante na vida do indivíduo. Apenas os/as participantes 6, 7, 9 e 12 mencionaram o conceito de maneira holística. Os demais citam que é atração física, desejos e afetividade ou generalizaram dizendo que, “engloba inúmeros fatores relativos pessoal” (participante 2); “é bastante complexa e toma vários rumos amplos e diversos” (participante 5).

Ter clareza sobre a sexualidade é essencial para que haja abordagens educacionais e programas direcionados à sexualidade de crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar. Essas iniciativas visam não apenas a redução da violência sexual, preconceitos, tabus e sentimentos, mas também têm o propósito de cultivar uma cultura de compreensão mais aberta e saudável em relação à sexualidade.

Continuando com as análises, seguimos para a próxima questão que vai tratar das dificuldades enfrentadas por pessoas com DI em relação à sexualidade.

As respostas fornecidas para esta pergunta destacam o preconceito persistente e, a falta de compreensão e a orientação inadequada para as pessoas com DI quando se trata de nutrir suas sexualidades. Essa situação exige uma reflexão cuidadosa e medidas proativas para abordar o tema de maneira eficaz. Em outro momento, percebemos a menção da negação do direito da pessoa com DI de sentir a própria sexualidade achando que eternamente serão seres ingênuos ou incapazes de lidar com sentimentos e as mudanças ocorridas no próprio corpo; participante 3 “possuem uma certa ingenuidade sendo facilmente manipulados”, ou ainda na resposta do participante 2, “muitas barreiras ao tema ser polêmico”. O participante 6 nos resume, “as pessoas com deficiência costuma julgar e apresentam falas que as pessoas com deficiência não sentem prazeres e desejos e que isso só é possível nas pessoas que eles consideram como normais”. A não aceitação da condição de deficiente ou que a deficiência seja uma barreira para a pessoa com DI ter um parceiro também é citada, participantes 4, 6, 8 e 12; “de encontrar alguém que se interesse por ele”, fala do participante 8.

A necessidade da formação para orientação sexual das pessoas com DI está embutida na fala do participante 11, “as pessoas pensam que eles serão eternas crianças e por isso os inibem ou os amedrontam. Não os enxergam como ser humano de maneira natural, que possuem

vontades e desejos, mas que precisam de suporte para questões como esta também”.

Na sequência, os participantes opinaram sobre que medidas ou ações poderiam ser tomadas para revertermos os casos de violência contra mulheres com DI.

Na introdução da "Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência" do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2006), são ressaltadas as seguintes passagens referentes às mulheres com deficiência e à prevenção contra a exploração, a violência e o abuso:

Reconhecendo que mulheres e meninas com deficiência estão frequentemente expostas a maiores riscos, tanto no lar como fora dele, de sofrer violência, lesões ou abuso, descaso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração [...]. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos relacionados a gênero (UNICEF, 2006).

Com base nas respostas de todos os participantes, fica evidente a necessidade de informação e orientação de como esses profissionais poderão proceder em caso de denúncia ou relato de abuso sofrido por meninas ou mulheres com DI. Ou como menciona o/a participante 10 “Promoção de medidas de conscientização que visem o direito de igualdade e dignidade dessas pessoas”; a importância do desenvolvimento de ações para o combate de abusos.

A violência de natureza sexual constitui um crime passível de punição de acordo com o Código Penal Brasileiro. Entretanto, a maioria

dos incidentes ocorre dentro do âmbito familiar, escapando à detecção ou, quando identificados, frequentemente não são relatados. A extensa vulnerabilidade das pessoas com deficiência à violência sexual resulta da sua marginalização na sociedade, tornando-as praticamente invisíveis.

Dessa forma, a reflexão sobre a formação dos professores, profissionais da saúde, terapeutas ou cuidadores é válida no sentido de reconhecer nesse público suas limitações, tanto no campo intelectual quanto adaptativo, que denota a necessidade de um trabalho voltado à orientação, informação e desenvolvimento de sua autonomia.

O fato de não saber como proceder em casos de abusos sexuais é a próxima questão de análise. Os professores reconhecem que, buscar ajuda de proteção é necessário, porém, para qual órgão deveremos encaminhar uma denúncia? Qual o papel da escola neste sentido? Como proceder diante do relato de abuso? Tais indagações fomentam uma discussão muito mais ampla que não são pertinentes somente ao grupo de mulheres com DI às quais este estudo se referiu.

Finalizando as análises, os participantes foram questionados sobre que ações poderiam ser desenvolvidas pelos professores da Educação Especial, especificamente na sala de recursos, para o combate à violência e abusos sexuais contra pessoas com deficiência e, se os participantes se consideram preparados para este trabalho.

Os educadores nos sugerem várias formas de abordagem ao tema, com ideias de recursos didáticos e pedagógicos. Em grande maioria não se consideram preparados, somente a participante 12 menciona que sim; “...Me considero preparada tanto para tratar o

assunto, quanto para colocar em prática”. No entanto, a informalidade de ações não denota medidas eficazes. É preciso garantir que professores e funcionários saibam lidar com situações de abuso ou violência e estejam cientes dos procedimentos de investigação apropriados.

O material educativo deve ser adaptado, trabalho este em parceria com a sala de AEE, às necessidades da criança com deficiência para empoderá-la no sentido de reconhecer o seu próprio corpo, limites e direitos, capacitando-as a reconhecer e relacionar situações experimentadas.

Incluir no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, projetos que desenvolvam políticas escolares claras relacionadas à prevenção de abuso e violência sexual, incluindo protocolos de denúncia e ações a serem tomadas em caso de suspeitas.

É fundamental promover a conscientização, a educação e a empatia. Incentivar a aceitação da diversidade e respeito pelos direitos e privilégios de todas as pessoas. Trabalhar em conjunto com profissionais de saúde e assistentes sociais para garantir o suporte adequado às crianças com deficiência que possam ter passado por abusos e, através dessa parceria, lembrar que a colaboração entre a escola, os pais e a comunidade é essencial para criar um ambiente seguro e protegido para todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Ribeiro. Sem olhos ao entardecer: reminiscências de uma identidade e o enfrentamento do estigma. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/238552>

BATISTA, Geisa Cristina. Afetividade e sexualidade de jovens em situação de deficiência na Educação Básica. 2022. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17203>.

COLOMBO, Isabella Mota. Educação sexual nos projetos políticos pedagógicos de escolas especiais. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16310>.

FELD, Saline Daiane. Abordagem sobre educação sexual para alunos com Síndrome de Down: uma proposta educacional. Ponta Grossa, 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2862>

FERNANDES, A.; DENARI, F. Pessoa com Deficiência: Estigma e Identidade. **Revista FAEBA**, v. 26, p. 77-89, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/4263/2661> Acesso em: ago. 2023.

FERRARI, Isa Maria de Souza Fernandes. Risco de abuso sexual em pessoas com deficiência intelectual e contexto familiar sobre sexualidade. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7765>.

GLAT, R..; **A sexualidade da pessoa com deficiência mental**. Revista Brasileira de Educação Especial. v. 1, n. 1, p. 65-74. 1992.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, MEC: 1996.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.2, p.159-176, Mai.-Ago. 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. (2011). Educação sexual: princípios para ação. Doxa. **Revista Paulista de Psicologia e Educação**, 15(1), 41-51. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/124985>.

MENDES, Marlon Jose Gavlik. Deficiência intelectual e sexualidade: a violência sexual em foco. 2022. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16166>.

SCHWARTZMAN, J. S.; LEDERMAN, V. R. G. Deficiência intelectual: causas e importância do diagnóstico e intervenção precoces. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, p. 17-27, 2017.

SILVA, Luciene. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p. 424-561, 2006.

UNICEF. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. [S/I], 2006. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia> Acesso em: 08/08/2023.

DIVERSIDADE ÉTNICO RACIAL, DIREITOS HUMANOS, EDUCACIONAIS E POLITICAS NACIONAIS DE SAUDE DA POPULAÇÃO NEGRA

*Mariluce de Moraes*¹⁷

1 Introdução

Este artigo faz uma leitura da formação de professores e educação no contexto das novas formas de subjetivação na vida das pessoas negras e a questão racial, as práticas educacionais, trazendo reflexões sobre o papel e atuação dos (as) professores (as) em meio às urgências contemporâneas, pois ainda nos deparamos com deserção escolar das pessoas negras. “A diversidade étnico-racial esta integralmente ligada ao processo de miscigenação que podemos definir como a grande variedade e mistura de raças de diferentes grupos étnicos no País” (SANTANA, SOUZA. [S.d.]).

Para Gomes (2003), as ações afirmativas são políticas voltadas para grupos historicamente excluídos da sociedade, são ações sugeridas ou impostas pelo estado que visa combater as discriminações, minimizando as diferenças.

De acordo com Silva (2004), a legislação constitui uma das políticas curriculares, estruturadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas, advindas da realidade brasileira, onde a construção de uma identidade nacional tem inquietado a mente dos brasileiros na

¹⁷ Mestra em Educação Sexual – UNESP. E-mail: mariluce_borges@hotmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0432230405516706>

busca de combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana o termo raça é definido como “a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosa, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado” (BRASIL, 2004).

A sociedade é constituída pelas diferenças culturais, educacionais, sociais, econômicas e históricas. Isso se implica na dificuldade de educadores e educadoras trabalharem com as diferenças em sala de aula, devido às tantas diferenças que chegam à escola.

De acordo com Santos e Marques (2012), “ao iniciar uma conversa sobre diversidade e currículo na Educação de Jovens e Adultos, faz-se necessário o entendimento de que a diversidade pode ser um construto histórico, cultural e social das diferenças”.

Justifica-se pela necessidade de romper alguns padrões tradicionais e errôneos que se apresentam na sociedade, assim como, na escola, entender e problematizar como se forma o preconceito, a violência e os modos de exclusão, para buscar caminhos na desconstrução desses conceitos e trazer novas possibilidades permitindo as crianças novas maneiras de conceber ao outro e a comunidade.

O “conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo como origem social, nacional, condição de nascimento ou riqueza” (IPEMIG 2022).

As diferenças são construídas para além das características biológicas, observáveis. Elas perpassam as ações dos sujeitos sociais ao longo de sua vida sócio-político-histórica e está presente em seu meio social e no contexto das relações de poder (SANTOS, MARQUES, 2012).

Diante das problemáticas e das identificações dos currículos na educação e no contexto escolar, volta-se um novo olhar na formação de professores no direcionamento de pensar o lugar do sujeito através das práticas pedagógicas. “A sociedade contemporânea apresenta insuficiências para reconhecer e validar as diferentes variantes do sofrimento psíquico. Enquanto algumas formas são invisibilizadas, outras ganham status e legitimidade, conforme as demandas sociais de uma época e suas políticas de estado” (BOCCH, 2018, p,100).

Para tanto, tratar desses assuntos de diversidade ético racial, direitos humanos, educacionais e políticas de saúde é ter preocupação com questões de igualdade e equidade, mediante as pedagogias e aos conflitos vivenciados no âmbito escolar.

A partir da complexidade desses assuntos emergentes na sociedade e na realidade das escolas poderão aparecer reflexões pelas

quais estruturaram-se pensamentos estigmatizados e fixados por tabus e perpassados aos alunos na escola.

2 Direitos humanos, educacionais e políticas nacionais de saúde da população negra

De acordo com Munaga (2004), parece simples definir quem é negro no Brasil, mas num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não, assim a identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. “A diversidade étnico-racial esta integralmente ligada ao processo de miscigenação que podemos definir como a grande variedade e mistura de raças de diferentes grupos étnicos no País” (SANTANA, SOUZA. [S.d.]).

O termo raça tem sua origem datada do século XVII e com o passar do tempo, mais especificamente a partir do século XIX, passou a ser utilizado no sentido de justificar as diferenças fenotípicas entre seres humanos e marcar relações de dominação político-cultural de um grupo sobre o outro (MARTINS, 1985,P.182).

Para Gomes (2003), as ações afirmativas são políticas voltadas para grupos historicamente excluídos da sociedade, são ações sugeridas ou impostas pelo estado que visa combater as discriminações, minimizando as diferenças.

A legislação “constitui uma das políticas curriculares, estruturadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas, advindas da realidade brasileira, onde a construção de uma identidade nacional tem inquietado a mente dos brasileiros na busca de combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros” (SILVA 2004).

As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana, o termo raça é definido como “a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosa, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado” (BRASIL, 2004).

Os “direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana” (IPEMIG, 2022).

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade. (LIMA, 2006, p.17).

Assim, tomando por base o conceito de diversidade apresentado por Lima, um trabalho pedagógico que contemple aspectos históricos, sociais, raciais e de gênero dos sujeitos sociais presentes no contexto da educação escolar, passa a ser imprescindível “esse tipo de trabalho acaba fazendo da escola um espaço democrático de convivência” (SANTOS, MARQUES, 2012). A escola desempenha um papel fundamental na desconstrução de diversos preconceitos, compete a ela desenvolver mecanismos que visem desconstruir e desmistificar conhecimentos equivocados e previamente ao longo do tempo.

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal todos são iguais perante a lei, o artigo 205 diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988), mas não é isso que se percebe.

A sociedade é constituída pelas diferenças culturais, educacionais, sociais, econômicas e históricas. Isso se implica na dificuldade de educadores e educadoras trabalharem com as diferenças em sala de aula, devido às tantas diferenças que chegam à escola. Com base nessa dificuldade, Louro (2013, p. 15-16), pontua que “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis e violentas, também distingue e discrimina”. Assim, há divergências sociais e, elas podem fazer distinção e discriminação por

gêneros e sexualidades, por raças e classes, por religiões e crenças, entre outras tantas formas de expressão social.

As desigualdades sociais, sendo igualmente desigualdades de saúde, são uma realidade universal e antiga, mas não tão visível como nos tempos modernos. Todas as sociedades conhecidas são hierarquicamente ordenadas em função da idade, do sexo, do estatuto, da riqueza e, por cúmulo, legitimam estas disparidades em mitos fundadores, religiões na ordem simbólica da natureza, inclusive biológica (M.S.2010).

A inclusão da saúde como um direito social previsto na Constituição Federal de 1988, vinculado à criação do Sistema Único de Saúde em consonância com os princípios do direito à vida e da dignidade humana, foi um marco muito importante para a sociedade brasileira.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é um compromisso firmado pelo Ministério da Saúde no combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS) e na promoção da saúde da população negra de forma integral, considerando que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais – em destaque, o vigente racismo – que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras (M.S.2017).

A inclusão das diversidades, em busca da conscientização reflexiva no espaço escolar estabelece organização, normas e estruturas, das quais permitem padrões culturais e podem não permitir a igualdade

e equidade das pessoas e de suas relações sociais. Dessa forma, o outro, não existe, se não for igual as minhas referências.

A desigualdade de raça é estruturante da desigualdade social brasileira. Inúmeras são as evidências que apontam as barreiras à participação igualitária dos negros em diversos campos da vida social e para as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para os negros, mas para a sociedade como um todo. O racismo e o racismo institucional são práticas que colocam pessoas de grupos raciais e étnicos em situação de desvantagem no acesso aos benefícios gerados pela ação das instituições e organizações, como, por exemplo, na morosidade da implementação de políticas públicas (M.S.2017).

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e a neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (GOMES, 2007, pp. 50; 51)

Neste contexto, entende-se que nas principais correntes pedagógicas devem-se preconizar as propostas de uma educação que leve em consideração a preocupação com o processo de construir conhecimentos, na valorização da convivência humanística mútua, respeitando e entendendo a todas/os, mesmo diferente de mim.

Pensar a diferença é fundamental para a formação de professores em relação aos alunos/as seus corpos e sua imagem corporal, saúde mental, discursos e sofrimentos, que são descolocados do processo educacional. Neste sentido a formação de professores deve promover gênero e diversidade na escola.

A partir da publicação dessa Política, o Ministério da Saúde reconhece e assume a necessidade da instituição de mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais e cotidianas que incide negativamente nos indicadores de saúde dessa população – precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência (M.S.2017).

Tais correntes poderiam harmonizar as relações sociais por meio de uma modificação crítica, como elemento fundamental, para a construção de sociedades mais justas e solidárias com as diferenças, isto é, com todas/os.

Ao relacionar essas discussões de diversidades na escola, não se tem apenas a pretensão de expor, e sim de provocar um entendimento igualitário e equitativo pela compreensão reflexiva desses temas. A escola ainda se encontra num espaço de processamento da inclusão e adaptação social. E, nesse processo se atribui o reconhecimento de novos conceitos desconhecidos e provocam as rupturas de padrões enraizados, para desnaturalizar normatizações simbólicas.

(...) que marcas são essas? O que, supostamente, elas mostram? As marcas devem nos “falar” dos sujeitos? Esperamos que elas nos indiquem sem ambiguidade suas identidades. Gênero? Sexualidade? Raça? Aparentemente seriam evidentes, “deduzidos” das marcas dos corpos. Teríamos apenas de ler ou interpretar que, em princípio, estão lá, fixadas, de uma vez para sempre. Então, ficamos desconfortáveis se, por algum motivo, nossa leitura não

imediatamente clara e reveladora; se por algum motivo, não conseguimos enquadrar alguém (ou a nós próprios) numa identidade a partir da aparência de seu corpo. Afinal, o sujeito é masculino ou feminino? É branco ou negro? O corpo deveria oferecer garantias para tais identificações (...). Desejamos afirmar, com segurança, que o sujeito é isso, e, conseqüentemente, ele não é aquilo? (LOURO, 2000, p, 61--62 apud MISKOLCI, 2014, p, 53).

No Brasil, o branqueamento é frequentemente considerado como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro procura identificar-se com o branco, miscigenar-se com ele para diluir suas características raciais (Bento, 2002, p.1).

A inclusão das diversidades, em busca da conscientização reflexiva no espaço escolar estabelece organização, normas e estruturas, das quais permitem e podem não permitir a igualdade e equidade das pessoas nas relações sociais.

Para tanto, tratar desses assuntos de diversidade étnico racial, direitos humanos e políticas de saúde é ter preocupação com questões de igualdade, mediante as pedagogias e aos conflitos vivenciados no âmbito escolar.

A Política também reafirma as responsabilidades de cada esfera de gestão do SUS – governo federal, estadual e municipal – na efetivação das ações e na articulação com outros setores do governo e da sociedade civil, para garantir o acesso da população negra a ações e serviços de saúde, de forma oportuna e humanizada, contribuindo para a melhoria das

condições de saúde desta população e para redução das iniquidades de raça/cor, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, geracionais e de classe (M.S.2017).

Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da branqure, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se a classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso (Bento, 2002, p.3).

Na citação acima faz-se considerações à função social, demonstração dos amparos legais, além disso, a escola faz abordagem de temas relacionados com a intervenção pedagógica, frente às desigualdades nas relações sociais e de contribuição com o desenvolvimento pela dimensão humana.

Em suma, a liberdade de expressão torna-se meio para uma educação mais libertadora onde o objetivo da escola é educar e não realizar julgamentos a partir das normas e sim entender as questões ligadas à identidade de gênero, racial e social.

Um dos fatores responsáveis por agravar a desigualdade de cor ou raça no acesso ao ensino

superior é o atraso escolar, o qual afeta mais os estudantes pretos ou pardos em comparação com os estudantes brancos. Em 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursavam níveis de ensino anteriores ao ensino superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação (M.S.2017).

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como de referência da condição humana ((Bento, 2002, p.6).

Paulo Freire (2009, p.121), afirma que as diferenças nas escolas se resultam, por vezes, com “a falta de humildade, expressa na arrogância e na falsa superioridade de uma pessoa sobre a outra, de uma raça sobre a outra, de um gênero sobre o outro, de uma classe sobre a outra, é uma transgressão da vocação humana do ser mais”. Nisso, injeta a opressão de algumas pessoas que fazem parte de uma constituição que zela pela democratização da sociedade cada vez mais oprimida, sem o diálogo, sem entendimento a respeito das diversidades.

No Brasil, as hierarquias sociais são justificadas e racionalizadas de diferentes modos, todos eles (sem exceção) apelam à ordem “natural” de sua existência e apresentam-se como um traço constitutivo das relações sociais. Segundo Guimarães (1995), o sistema de hierarquização brasileiro (e da América Latina em geral) interliga raça e cor, classe social (ocupação, renda) e status (origem familiar, educação formal), sem, contudo, deixar de ser sustentado pela dicotomia racional branco versus preto que alicerçou

a ordem escravocrata por três séculos e persiste ativa na atualidade, resistindo à urbanização, à industrialização, às mudanças de sistema e regimes políticos (LOPES, 2005, p.46).

No campo da teoria da discriminação como interesse, a noção de privilégio é essencial. A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre o outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito. [...] Neste caso é importante focalizar uma dimensão importante da exclusão: a moral, que ocorre quando indivíduos ou grupos são vistos e colocados fora do limite em que estão vigindo regras e valores morais. Os agentes da exclusão moral compartilham de características fundamentais, como ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos (Bento, 2002, p.5).

Para um lugar de reconhecimento e não exclusão das diversidades, a escola ainda se encontra num espaço de processamento da inclusão e de adaptação social. E, nesse processo de inclusão se atribui o conhecimento aos conceitos, ainda, desconhecidos que provocam as rupturas de padrões, para desnaturalizar normatizações simbólicas.

O meio ambiente que excluía e negava o direito natural de pertencimento era o mesmo que determinava as condições de vulnerabilidade que a população negra se encontrava. Além da inserção social desqualificada, desvalorizada e da invisibilidade de suas necessidades reais nas ações e programas de assistência, promoção à saúde e prevenção de doenças, a população negra vivia (e

vive) em um constante estado defensivo. Essa necessidade de integrar-se e ao mesmo tempo, proteger-se dos efeitos da integração pode provocar comportamentos inadequados, doenças psíquicas, psicossociais e físicas. (CORDEIRO, 2003,P.8).

Ou bem se nega a discriminação racial e se explica as desigualdades em função de uma inferioridade negra, apoiada num imaginário no qual o “negro” aparece como feio, maléfico ou incompetente, ou reconhece as desigualdades raciais, explicando como uma herança negra do período escravocrata. De qualquer forma, os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios (Bento, 2002, p.15).

De acordo com Bento (2002), a exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro, [...] o primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, por tanto passíveis de serem prejudicados ou explorados. A partir da complexidade desses assuntos emergentes na sociedade e na realidade das escolas poderão aparecer reflexões pelas quais estruturaram-se pensamentos estigmatizados e fixados por tabus e perpassados aos alunos.

Diante das problemáticas e das identificações dos currículos na educação e no contexto escolar, volta-se um novo olhar na formação de professores no direcionamento de pensar o lugar do sujeito através das práticas pedagógicas. “A sociedade contemporânea apresenta insuficiências para reconhecer e validar as diferentes variantes do

sofrimento psíquico. Enquanto algumas formas são invisibilizadas, outras ganham status e legitimidade, conforme as demandas sociais de uma época e suas políticas de estado” (BOCCH, 2018, p,100).

O debate em torno das formações de professores envolvendo as questões ligadas a diversidade, vêm ganhando cada vez mais notoriedade no sentido da influência que cada profissional de educação exercem sobre as vidas de crianças e adolescentes.

Os professores exercem grande influência sobre a criança por estarem investidos da relação afetiva primitivamente dirigida ao pai. Os sentimentos de admiração e de respeito são transferidos do pai para o professor, assim como a “ambivalência afetiva” que reside na antítese amor-ódio. (PEDROZA, 2010, p, 81)

A criança, ao chegar à escola, traz consigo uma experiência relacional vivida com a família, com um inconsciente com todas as suas frustrações e recalcamientos de seu drama interior, com seus desejos, sua história (PEDROZA, 2010, p, 83). “Para tal, é necessário que a escola não mantenha os alunos numa relação de submissão passiva à autoridade do professor” (PEDROZA, 2010, p, 83), e sim criem um espaço de acolhida para todos independente da sua diversidade, cor, raça e orientação sexual. Conforme salienta Pedroza “é desta maneira que a psicanálise pode ajudar o educador, permitindo a possibilidade de uma compreensão em profundidade do sujeito, no que ele tem de mais pessoal e de mais íntimo” (PEDROZA, 2010, p, 83).

No âmbito da educação inclusiva, sabemos que o marco legal garante apenas a implementação de dispositivos institucionais, mas o efetivo funcionamento de uma escola para todos põe em destaque o lugar estratégico e privilegiado que o tema da formação de professores ocupa. (PALHARES, BASTOS, 2017, p, 248).

As crianças e adolescentes inseridas no espaço escolar buscam compreensão e aceitação, todos os seres humanos buscam e são submetidos às regras estabelecidas. “Em outras palavras, é o ser humano submetido às leis da linguagem que o constituem e que se manifestam de forma privilegiada nas formações do inconsciente: lapsos, sonhos, atos falhos, sintomas, entre outros. (PALHARES, BASTOS, 2017, p, 249).

Para o professor pensar as questões ligadas à educação que o levariam a se colocar no lugar das crianças negras, olhar estas crianças fora das suas perspectivas as impossibilitam de viverem de forma livre sua existência, “a evocação da diferença é pautada por valorização de determinados corpos, situações e eventos, criando estereótipos que aludem a uma ideia de imutabilidade”(MISKOLCI, 2014, P,50).

A perspectiva da criança, [...] se refere, diz respeito aos fantasmas inconscientes que a situação formativa acorda no professor. Isso [...] deve ser trabalhado ao se pensar em psicanálise e educação. A autora se pergunta: por que não fazer o professor se ver no lugar da criança? Para ensinar é preciso “inquietar a razão e desfazer os hábitos de conhecimentos objetivo”. (MACIEL, 2016, P, 36).

Ao estabelecer esta dinâmica para o encontro com o outro, seja ele/a quem for, o professor/a estará desenvolvendo uma pedagogia questionadora e democrática, tendo como objetivo não esconder nem silenciar as crianças.

A psicanálise nos diz que, sem uma base de criatividade e confiança, nos submetemos à realidade, ou seja, ao que está fora de nós e já estabelecido. Nesse sentido, cabe aqui uma pergunta: se a escola tiver somente um ensino e uma aprendizagem de conhecimentos prefixados pelos programas curriculares e seus textos didáticos, não estaremos contribuindo para a construção de sujeitos apáticos? (MACIEL, 2016, p, 55).

A partir destas reflexões percebemos que o trabalho do professor/educador, tem como desafio direcionar o processo educacional fora dos marcadores. A formação de professores em relação à cor, raça e identidade de gênero é um aspecto essencial, sendo este o caminho para aliviar o sofrimento de milhares de crianças no espaço educacional, a escola ainda é um ambiente disciplinador e norteador para estas crianças.

3 Considerações finais

A inclusão das diversidades, em busca da conscientização reflexiva no espaço escolar estabelece organização, normas e estruturas, das quais permitem e podem não permitir a igualdade e equidade das pessoas nas relações sociais.

A importância de possibilitar uma visão ampla e global de atuação profissional do/a pedagogo/a na escola, torna-se necessário a implementação da Proposta Curricular dos cursos de Pedagogia, na inclusão das disciplinas que discutem as questões éticas raciais e políticas de saúde públicas nas escolas.

Para tanto, “faz parte igualmente do pensar certo, a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gêneros ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (Freire, 2009, p. 36). Desta forma, constata-se que a complexidade de lidar com esses assuntos na escola, a capacitação por meio das disciplinas específicas acerca das diversidades nas escolas é que promoverá um atendimento específico de inclusão das pessoas no contexto regular de ensino.

A partir da complexidade desses assuntos emergentes na sociedade e na realidade das escolas poderão aparecer reflexões pelas quais estruturaram pensamentos estigmatizados e fixados por tabus e perpassados aos alunos na escola.

Ao estabelecer esta dinâmica para o encontro com o outro, seja ele/a quem for, o professor/a estará desenvolvendo uma pedagogia questionadora e democrática, tendo como objetivo não esconder nem silenciar as crianças.

As crianças e adolescentes inseridas no espaço escolar buscam compreensão e aceitação, todos os seres humanos buscam e são submetidos às regras estabelecidas. “Em outras palavras, é o ser humano submetido às leis da linguagem que o constituem e que se

manifestam de forma privilegiada nas formações do inconsciente: lapsos, sonhos, atos falhos, sintomas, entre outros. (PALHARES, BASTOS, 2017, p, 249).

Para o professor pensar as questões ligadas à educação que o levariam a se colocar no lugar das crianças negras, olhar estas crianças fora das suas perspectivas as impossibilitam de viverem de forma livre sua existência, “a evocação da diferença é pautada por valorização de determinados corpos, situações e eventos, criando estereótipos que aludem a uma ideia de imutabilidade”(MISKOLCI, 2014, P,50).

De acordo com Bento (2002), a exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro, [...] o primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, por tanto passíveis de serem prejudicados ou explorados. A partir da complexidade desses assuntos emergentes na sociedade e na realidade das escolas poderão aparecer reflexões pelas quais estruturaram-se pensamentos estigmatizados e fixados por tabus e perpassados aos alunos.

A partir destas reflexões percebemos que o trabalho do professor/educador, tem como desafio direcionar o processo educacional fora dos marcadores. A formação de professores em relação à cor, raça e identidade de gênero é um aspecto essencial, sendo este o caminho para aliviar o sofrimento de milhares de crianças no espaço educacional, a escola ainda é um ambiente disciplinador e norteador para estas crianças.

4 Referências

BENTO, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 5-58. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>.

BOCCHI, Josiane Cristina. A psicopatologização da vida contemporânea: quem faz os diagnósticos. Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ., Araraquara, v. 20, n. 1, p. 97-109, jan./jun., 2018. e-ISSN: 2594-8385. DOI: 10.30715/rbpe.v20.n1.2018.11309

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Brasília, Ministério da Educação, 2004.

CORDEIRO, Andréia Mara Nunes Rodrigues. Saúde da população negra : um espaço de Ausências, 2003. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpublicacoesacademicas.uniceub.br%2Findex.php%2Fpade%2Farticle%2Fdownload%2F133%2F122&ei=C_8HU6uzCoi3sASa24GgCQ&usq=AFQjCNGCiz32B7a0BcXnjbTvZnLNmSvzsg&sig2=rM21foP_Iiak_ySBkhfEOg. Acesso em 15 de janeiro de 2014.

IPEMIG, Diversidade etico racial e de gênero, 2022.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 39a ed. São Paulo: Paz e Terra, (2009).

GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: Ausências, emergências e produção dos saberes. Ibid., 138, volume 10 Nº 18-abril de 2011.

GOMES, J.B.B, Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

LIMA, Elvira de Souza. “Currículo e desenvolvimento humano”. In: MOREIRA, Antônio Flávio e ARROYO, Miguel. Indagações sobre currículo. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006, p.11- 47.

LOPES, Fernanda. Mulheres negras e não negras vivendo com HIV/AIDS no estado de São Paulo: um estudo sobre suas vulnerabilidades. São Paulo, 2003. Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. MELLO, C. A. B. O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

LOURO, G. L. (2013). Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade. (3ª ed.) Trad.: SILVA, T. T. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

MACIEL, Maria Regina. Psicanálise e Educação. Clínica Psicanalítica. Editora Pearson, 2016.

MARTINS, J. S., Projetos de pesquisa: Estratégias de ensino em sala de aula. 2ed. Campinas: Armazém do Ipê (autores Associados), 2007. 184p.

MINISTERIO DA SAUDE, Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, uma política do SUS. 3º ed. Brasília 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Saúde e Direitos Humanos, Ano 7 número 7, 2010. p. 18.

MISKOLCI, Richard, JÚNIOR, Jorge Leite. Diferenças na Educação. Outros Aprendizados. Edufscar, 2014.

PALHARES, Odana, BASTOS, Marise Bartolozzi. Duas notas sobre a formação de professores na perspectiva psicanalítica. Estilos clin., São Paulo, v. 22, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v22n2/a03v22n2.pdf>.

PEDRODA, R.L.S. Psicanálise e Educação: análise das práticas pedagógicas e formação do professor. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n30/n30a07.pdf>

SANTANA, N.J., SOUZA, A.G.M, Diversidade Étnico-Racial na Escola, Um estudo sobre a diversidade étnico-racial, respeito as diferenças e desafios da prática docente no combate ao racismo na escola. Recuperado em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/diversidade-etnico-racial-na-escola.htm>

SANTOS E MARQUES, 2012 <http://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/> HYPERLINK "http://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/%20anais/15/1337560631_ARQUIVO%20_TEXTOANPUH-2012.pdf"<http://eeh2012.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/1337560631>

SILVA, A.C. A discriminação do negro no livro didático. 2.Ed. Salvador: EDUFBA (2004).

EDUCAÇÃO SEXUAL E A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO E SEU ENTENDIMENTO SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO COM AS CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR

*Karin Elizabeth Kruger¹⁸
Fernanda Pereira Dias¹⁹*

Introdução

A escola é por vezes o primeiro contato com o meio social das crianças e para uma criança que pode estar dentro do espectro da diversidade sexual e de gênero, as mais simples práticas sociais cotidianas podem ser desafiadoras, uma vez que, o que dita a norma comum não necessariamente é o que ela gostaria de vivenciar. Muitas vezes o olhar desta criança sobre as regras pré-estabelecidas é de questionamento, frequentemente acompanhado de um profundo sentimento de inadequação, pois é desafiador assimilar o motivo pelo qual os seus pensamentos são tão divergentes daqueles que estão ao seu redor. É importante ressaltar que, em alguns casos, a ingenuidade da criança muitas vezes não a deixa perceber que ela vem sendo observada ou que sua conduta natural está sendo constantemente analisada e criticada, e, portanto, ela somente se dá conta de sua “não adequação” ao espaço que frequenta, quando recebe as primeiras reprimendas sobre como age x como deveria agir, inclusive no ambiente escolar.

¹⁸ Doutoranda em Educação Escolar - Unesp Araraquara – karin.kruger@unesp.br

¹⁹ Especialista - Aluna especial da Unesp Araraquara - fernandadiasbr@gmail.com

Para a construção desta discussão, seguiremos o conceito foucaultiano que define a sexualidade como um dispositivo socialmente construído. Em seu livro a História da Sexualidade, Volume 1: A Vontade de Saber, Foucault discorre sobre a forma como a sociedade ocidental construiu e reprimiu a sexualidade ao longo dos séculos. Percebemos que ainda hoje os discursos sobre sexo são usados como ferramenta de controle e poder e, apesar dos novos conhecimentos alcançados à luz de estudos e pesquisas, estas informações não chegam a grande maioria das pessoas que ainda carregam conceitos equivocados sobre a diversidade sexual e de gênero, ocasionando situações de preconceito e discriminação contra as pessoas que não se identificam com tais normas. (FOUCAULT, 2009)

A análise discursiva do gênero, ao definir seus contornos, antecipadamente presume e delimita as possíveis manifestações concebíveis e realizáveis desse gênero dentro do contexto cultural. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero. (BUTLER, 2018).

Outro ponto importante a ser ressaltado é o despreparo do adulto que não sabe lidar com a problemática e como forma de “solução” esquiva-se do enfrentamento da situação segregando as crianças do

grupo. Esse fato demonstra a importância de qualificação e de orientação dos docentes para a temática da diversidade sexual e de gênero, entretanto é exigido dos professores um conhecimento que não é ensinado nas suas formações iniciais e nem nas formações continuadas, precisando que o professor que se interessa pela temática busque muitas vezes por conta própria uma formação/informação.

A importância de se estudar a educação sexual nas escolas se justifica no fato comprovado através de uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação à Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP) em 2009, que concluiu que as principais vítimas de bullying e discriminação no ambiente escolar eram homossexuais, negros e pobres.

O comportamento em relação a pessoas homossexuais foi o que apresentou o maior valor para o índice percentual de discriminação, com 72%, seguido do comportamento discriminatório em relação a pessoas portadoras de deficiência mental (70,9%), ciganos (70,4%), portadores de deficiência física (61,8%), índios (61,6%), moradores da periferia e/ou de favelas (61,4%), pessoas pobres (60,8%), moradores e/ou trabalhadores de áreas rurais (56,4%) e negros (55%). (Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, 2009, Fipe/MEC; p.08).

Segundo o Observatório de Educação, um ambiente escolar em que há situações de preconceito e discriminação contra determinados grupos afeta o desempenho de todos os alunos, mesmo aqueles que não são o foco direto do bullying. Em pesquisa recente de 2022, realizada pelo Ipec e encomendada pela Unicef²⁰, mostrou que mais 11% de

²⁰ <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-brasileira-em-2022-a-voz-de-adolescentes>

crianças e jovens brasileiros estão fora da escola, um total de dois milhões de meninos e meninas sem atividades escolares por diversos motivos, dentre eles a necessidade de trabalhar, gravidez na adolescência, bullying entre outros. Além disso, podemos ressaltar que 21% dos jovens já pensaram em desistir de estudar, muitos por dificuldades, mas a maioria por desinteresse. A escola precisa se tornar um local seguro, interessante e importante para os jovens.

Dito isso, se faz necessário evidenciar que as crianças vítimas diretas das violências são as mais propensas a faltarem nas aulas, terem notas baixas e rendimento escolar insatisfatório, fatores que contribuem para o alto índice de evasão escolar, uso de drogas e, até mesmo depressão e suicídio entre estes alunos. Um jovem longe do sistema de ensino é um problema que vai muito além dos limites físicos da escola: se torna uma questão social.

Desenvolvimento

A sociedade contemporânea vivencia discussões necessárias a respeito da importância de falar sobre diversidade, equidade, inclusão e a pacífica socialização dos indivíduos dentro dos espaços corporativos, na intenção de promover ambientes de trabalho seguros à todas as pessoas. No entanto, dentro deste mesmo contexto, nos deparamos com um ambiente escolar regulado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que define quais aprendizagens devem ser desenvolvidas nas escolas públicas e privadas, com o objetivo de promover uma sociedade justa, democrática e inclusiva através de uma educação de qualidade, mas que ainda necessita trabalhar, de fato, as competências relacionadas

ao entendimento da diversidade humana, para oferecer aos indivíduos conhecimentos, experimentos e vivências que possam agregar valores verdadeiros a cada fase da vida do estudante dentro das salas de aula.

Neste contexto, há no próprio documento oficial que orienta o que deve constar no currículo escolar, o suporte para que a sexualidade seja compreendida a partir da diversidade. Incluir as dimensões socioculturais, afetivas e éticas, junto às biológicas, é apresentar o quão diversos somos, em termos de espécie. Também é nossa condição de assegurar que através do conhecimento possamos não só evidenciar estas dimensões, mas aprender a conviver com elas e respeitá-las. (MOMESSO; MONTEIRO. 2019).

As mudanças sociais que nos trouxeram até a realidade atual tornam urgente a necessidade de trazer estes debates também para o dia a dia do corpo docente, que precisa estar preparado para trabalhar diferentes conceitos e competências que trazem um melhor entendimento sobre o papel do educador na construção deste ambiente escolar diverso e saudável, que permite a evolução de cada aluno em sua individualidade e incentiva o respeito a todas as pessoas.

Entretanto, é importante considerar que os profissionais da educação possuem histórias de vida distintas e que, apesar de serem orientados a seguir as práticas determinadas pela instituição e todo o caderno técnico educacional, pertencem a diversos lugares sociais que fazem com que cada uma destas pessoas tenha sua noção própria de conduta certa ou errada, trazendo estes conceitos pessoais para suas práticas discursivas e educativas, o que, por sua vez, também leva este profissional a se identificar com determinados grupos e aja, em ocasiões diversas, de acordo com as verdades em que acredita.

Na tese de doutorado de Monteiro (2023), ela comprovou a dificuldade dos professores em lidar com as questões da sexualidade, e que esta não é um problema só do Brasil “...colocou em evidência a questão da sexualidade enquanto fenômeno humano que se manifesta de forma distinta, não podendo estar sujeito a determinismos morais universais de modo que, diferentes professores, em diferentes países, se ocupam e trabalham com ela de modo diverso e a partir de diferentes perspectivas.”

Monteiro constatou ainda, através de um questionário feito com professores brasileiros e portugueses, que cada vez mais a temática da sexualidade tem sido trabalhada como um problema sociológico que envolve amplos setores e diferentes atores sociais. Muitas são as formas de abordar o problema, muitos e acalorados também são os debates levados a cabo no âmbito da bibliografia especializada. Através de sua pesquisa é possível dizer que é um consenso entre os profissionais dos dois países que este é um tema com o qual o Estado deve se ocupar e que, a Educação, em si, não pode ser furta.

Segundo Miskolci (2019), infelizmente, todo mundo é formado para acreditar que aprende a ser professora ou ser professor, a educar, de forma neutra. Como se fosse possível entrar na sala de aula deixando do lado de fora toda a nossa história de socialização. Isso é impossível porque todos/as trazemos uma bagagem cultural para nossas atividades profissionais, mas sobretudo, porque educar nada tem de neutro, seus métodos e seus conteúdos têm objetivos interessados.

Daí vem a importância de trabalhar na constante atualização destes profissionais através das formações e HTPC'S a fim de trazer

para o seu dia a dia novos conceitos, pontos de vista diversos e práticas educacionais inovadoras que contribuam verdadeiramente para a reciclagem de seus conhecimentos. É necessário que o profissional da educação tenha a oportunidade de trabalhar novas perspectivas através da troca de experiências e do aprendizado constante, encontrando assim novas formas de pensar e agir. O professor deve atuar de maneira a alcançar seus objetivos pedagógicos, mas também para se tornar um exemplo a ser seguido, gerando em seus alunos a empatia necessária para que, além do ensino, haja a construção do respeito pelo outro através do exercício da cidadania e da abertura de diferentes diálogos dentro da sala de aula.

Foucault (2009) argumenta que a sexualidade longe de ser silenciada foi constantemente objeto de atenção e regulamentação e que o poder não apenas restringe e reprime a sexualidade, mas também a incita, regula, produz discursos sobre ela e usa seus dispositivos para regular e normalizar as práticas sexuais. O ambiente escolar, através do seu corpo docente e discente convive diariamente com a reprodução destes discursos que, além de serem reforçados pelas crenças e estilo de vida de cada um, conduz e determina os tipos de vivências aceitas dentro da escola e quais efeitos ou consequências serão destinados àqueles que não se adequarem às normas vigentes.

No Brasil, a educação sexual está comumente associada as ideias de saúde, adolescência e sexualidade e, com essas, com um olhar biomédico que associa a sexualidade ao sexual, ou seja, a um processo de saúde-doença de modo que a própria ideia de violência tende muito mais a ser vista como um processo patológico associado a desvios

psíquicos e de conduta social do que relacionada a ideia de abuso e a prevalência de relações de poder pautadas em aspectos econômicos, históricos e culturais que foram construídos historicamente e que colocam a mulher e a criança/adolescente em uma posição de vulnerabilidade social (MONTEIRO, 2023)

Em meio a este cenário, a criança chega a um dos primeiros lugares sociais que frequentará em sua vida: a referida escola, e, neste momento, encontra um ambiente formado por diversas verdades que circulam e que, de certa forma, ditam as normas de conduta e definem quais grupos de alunos detém o poder por estarem em maior afinidade com a prática discursiva dominante. Esta criança precisa lidar com todas as situações que advém destas relações e, com o passar do tempo, tenta se estabelecer dentro de algum grupo em que consiga enxergar mais afinidade com seus próprios pensamentos e sentimentos, pois apesar de muitas vezes encontrar dificuldades em participar daquele ambiente repleto de micropoderes, não se encaixar em nenhuma ordem discursiva fará com que ela seja excluída e passe a se tornar um alvo. (FOUCAULT, 2009.)

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades "escolarizadas". Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são

atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. (LOURO, 2003)

Em se tratando de crianças que estão dentro do espectro da diversidade sexual e de gênero, é possível citar duas situações distintas e igualmente difíceis que ocorrem no ambiente escolar:

- Situações em que, antes que reflita a respeito, aprenda sobre ou até mesmo questione a sua sexualidade ou identidade de gênero, a criança já convive com estigmas sociais, repreensões, violências verbais e físicas provenientes daqueles que estão ao seu redor e tentam puni-la pelo seu “comportamento inadequado”, mesmo que ela mesma sequer entenda o motivo pelo qual está sendo punida ou o que fazer para evitar que tal circunstância torne a se repetir.
- Situações em que, ao se identificar como estando dentro do espectro da diversidade sexual e de gênero, a criança ousa agir de maneira natural e se permite vivenciar experiências pessoais conforme a maneira com a qual se identifica. O resultado desta “coragem” de se comportar de acordo com seus sentimentos é ter que lidar de maneira ainda mais intensa com as consequências sociais de se mostrar diferente e, em muitos casos, sofrer diariamente com a discriminação e o bullying cometidos pelos grupos que detém, de certa forma, o micropoder e a narrativa dominante naquele ambiente escolar.

Com a imensa quantidade de informações transmitidas através dos meios de comunicação presentes na sociedade contemporânea, é

possível que o senso comum faça parecer que estamos avançando no que diz respeito ao entendimento da importância da liberdade que cada pessoa deve possuir para conhecer a si mesma e se tornar um ser humano único e pleno conhecedor de suas emoções e capacidades. No entanto, estes debates atuais sobre a importância de refletir sobre si mesmo e explorar suas características pessoais de modo a descobrir seus talentos e expressar suas individualidades das melhores e mais diversas maneiras, esbarra no falso moralismo presente nos discursos vigentes que, ao mesmo tempo que nos traz a ideia de que todos temos direito ao reconhecimento e respeito à nossas individualidades, limita o acesso a esta condição essencialmente à pessoas que estão em situações de privilégio, seja por conta da sua cor de pele, posição social, orientação sexual e identidade de gênero cis heteronormativas, sendo que ao outro, que não se encaixa nesta norma, são negados os acessos aos mesmos direitos.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996).

Na maioria das vezes, desde muito jovens somos moldados para agir de acordo com a norma, o discurso, a verdade e a cultura do ambiente que frequentamos. Em princípio nos ocupamos de entender como é a realidade que nos cerca e qual é o comportamento esperado, a partir de então, seguimos os exemplos das pessoas mais próximas que nos rodeiam e, desta forma, somos moldados a aceitar as práticas

discursivas presentes em nosso cotidiano, frequentemente aceitando as verdades e os jogos de verdade que circulam mesmos sem entendê-los ou ter a chance de questioná-los. Por conta disso, muitos jovens vivem em constante batalha interior para perceber e controlar seus impulsos naturais, de maneira a não reproduzir os comportamentos que são alvo das críticas sociais, em muitos casos fazendo críticas duras a si mesmos ou a outros semelhantes que falham na tentativa de reprimir seus sentimentos. (FOUCAULT, 1996)

As normas sociais não escolhem sujeitos, elas se impõem a todos e todas, mesmo àqueles e àquelas que jamais conseguirão atendê-las, daí, nesta perspectiva, se dissolve o paradoxo aparente de mulheres machistas, gays homofóbicos ou negros racistas. Afinal, ideais coletivos moldam todos nós, e eles se fazem valer por normas e convenções culturais que deveriam ser nosso alvo crítico em busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (MISKOLCI, 2015).

A vivência das crianças que estão dentro do espectro da diversidade sexual e de gênero em nossa sociedade se dá de diversas maneiras, e o que determinará se ela terá uma infância protegida ou não, é o fato de possuir próximo de si pessoas que possuam os conhecimentos necessários para compreendê-la e auxiliá-la durante suas descobertas sobre si mesma, fornecendo-lhe ferramentas para o conhecimento e o cuidado de si, uma vez que em sua trajetória pessoal para se tornar um indivíduo adulto na sociedade, certamente enfrentará desafios, desigualdades sociais e preconceitos em muitos dos ambientes sociais que frequentará no decorrer de sua vida.

Muito antes de perceber a natureza da sua orientação sexual, os homossexuais internalizam uma série de mensagens

correspondentes aos valores negativos face à homossexualidade. Muitas vezes, reconhecem os seus sentimentos de atração por pessoas do mesmo sexo e iniciam um processo psicológico de auto-rotulação que não é acompanhado por nenhuma abertura interpessoal das suas próprias emoções e comportamentos. Dessa forma, os efeitos e danos psicológicos podem ocorrer. Tal processo também é direcionado aos seus próprios pares, tais como: lésbicas (principalmente as masculinizadas), homens homossexuais (principalmente os efeminados), bissexuais, transexuais, transgêneros e travestis. (ANTUNES, 2022).

Diante do exposto percebemos a importância destas crianças encontrarem em seu círculo de convivência pessoas aptas a ajudá-las a olharem para si mesmas com ternura, de maneira a entender e aceitar seus verdadeiros sentimentos, tentando não depender, na medida do possível, da validação alheia. Neste momento, a figura do professor pode ser o elemento que a ajudará a trabalhar o cuidado de si e as tecnologias necessárias para lidar com as adversidades, trabalhar sua autoestima e fortalecer seus valores próprios para que não venha a se tornar, no futuro, jovens com sentimentos internalizados de auto rejeição, aprendendo assim a coexistir com os sistemas ideológicos vigentes sem deixá-los influenciar negativamente suas escolhas e sua autoimagem.

Foucault 2009, explorou o cuidado de si em contraposição às noções modernas de sujeito, poder e submissão aos mecanismos disciplinares da sociedade contemporânea, o objetivo é alcançar um estado de autenticidade, liberdade e autorrealização, mesmo sabendo que estas práticas não estão desconectadas das relações de poder, dos contextos sociais e normas culturais, incluindo o corpo, a saúde e a aparência.

Ocupar-se de si não é uma sinecura. Existem os cuidados com o corpo, os regimes de saúde, os exercícios físicos sem excesso, a satisfação, tão medida quanto possível, das necessidades. Existem as meditações, as leituras, as anotações que se toma sobre livros ou conversações ouvidas, e que mais tarde serão relidas, a rememoração das verdades que já se sabe, mas de que convém apropriar-se ainda melhor. (FOUCAULT, 2009).

Desta forma, conclui-se que a ética do cuidado de si na educação tanto destas crianças, mas principalmente dos educadores, pode contribuir para a obtenção de conhecimentos que auxiliem na construção de uma autoestima que as protejam contra ambientes hostis que elas enfrentarão no decorrer de suas vidas. A clareza de pensamentos sobre seu valor como indivíduo aliada à capacidade de cuidar de sua saúde física, mental e intelectual pode contribuir para que analisem o ambiente ao seu redor e, mesmo com toda a prática discursiva oposta a seus pensamentos e vivências pessoais, encontrem energia e argumentos para questionar a vigência de normas e regras que favorecem determinados estilos de vida conservadores em detrimento da liberdade de expressão do ser dentro de uma conduta ética e honesta, seguindo assim sua trajetória enquanto seres humanos plenos, produtivos e íntegros.

Não é o objetivo deste capítulo examinar a fundo as políticas públicas e nem seus documentos relacionados a educação, ou a educação sexual, mas se faz importante compreender algumas questões tomando como exemplar analítico a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua versão destinada a essa etapa da Educação Básica. (BRASIL, 2018). Escolhemos examinar mais detalhadamente um

aspecto que, inclusive, parece carregar certo consenso em torno de sua pertinência e de sua atualidade, qual seja: o protagonismo juvenil.

Segundo Silva, que descreve os modos pelos quais o protagonismo juvenil tem sido posicionado como um imperativo curricular na BNCC. O protagonismo juvenil, assenta-se na capacidade de escolha dos estudantes e delinea uma nova configuração de subjetividade, em sintonia com as mutações do capitalismo e com os novos arranjos tecnológicos. O conhecimento escolar aqui delineado, estará no entrecruzamento entre a construção de modos de vida originais e a intensificação dos desempenhos. Em tais condições, nosso desafio encontra-se na construção de novas ferramentas analíticas capazes de ampliar o escopo desta abordagem (SILVA, 2023).

Tornar-se protagonista, sob essa lógica, implica em desafiar-se a construir permanentemente modos de vida originais. A escolha da área do conhecimento, a possibilidade de flexibilizar os processos curriculares e a composição dos itinerários formativos podem ser redesenhados desde outras racionalidades pedagógicas? (SILVA, 2023).

Mas como esse professor vai poder atuar neste sentido no Brasil? Monteiro (2023) constata que quando se fala em política, estamos, grosso modo e quase nos referindo a esta como um sinônimo de políticas públicas voltadas à educação, ao ambiente da escola em si, à políticas voltadas à criança e ao adolescente, a garantia dos direitos destes, sem que, hajam discussões que pautem, por exemplo, a questão do currículo e outras identidades construídas no interior do ambiente escolar e do processo de socialização a ele correlato, os quais, estão para

além daqueles ligados exclusivamente a abordagem de gênero e sexualidade. (MONTEIRO, 2023)

Há um esvaziamento e redução no número de estudos e pesquisas, em grande parte, relacionada ao próprio modo como o campo “Educação Sexual” está estruturado, ou seja, que se está muito mais a formar técnicos e especialistas do que promover ou consolidar-se como um campo de estudos. Movimento esse que, no Brasil, implica num processo de migração daqueles que querem avançar nos estudos acerca da educação sexual para outras áreas de conhecimento, onde, a tradição disciplinar se mostra mais consolidada como é o caso dos estudos da juventude e da sexualidade no âmbito da educação, da sociologia e da psicologia, da sociologia, da antropologia etc.

“(…) tem-se ainda que a Educação Sexual no Brasil é um tema envolto em tabus e resistência social, as temáticas a ela relacionadas são consideradas como um tópico controverso ou inadequado para ser discutido abertamente” (MONTEIRO, 2023)

E mais, que do ponto de vista do marco legal, os documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de uma maneira geral, não apresentam abordagem específica sobre a temática da sexualidade, deixando de direcionar as competências desejáveis nos alunos. A isto, alia-se a falta de uma abordagem transversal na educação sexual em detrimento da prevalência do olhar biomédico.

Monteiro mostra-nos de que modo os professores se apropriam do conceito de Educação Sexual no caso do Brasil, através das respostas dos questionários, pode-se afirmar que:

“a partir dos relatos dos professores o que se constata é são poucos os professores que se ocupam do lido com a temática da sexualidade em suas aulas e que, há, entre estes, um grande esforço com vistas a se fazer cumprir o desejado. Contudo, as práticas discursivas presentes nas respostas demonstram uma ausência de formação para o lido com a referida temática de modo que, apesar do marco legal recente trazer um olhar acerca da sexualidade que privilegia outras dimensões do humano que estão para além da biologia, apesar do esforço de outras áreas, ainda prevalece o olhar e a ênfase no lido com essa temática por parte desta última.” (MONTEIRO, 2023)

Continuando a pesquisa destaca-se que no Brasil, na visão dos professores entrevistados “a questão da sexualidade parece estar indo no caminho certo, mas, a ausência de materiais e da capacitação necessária para que eles possam trabalhar com propriedade o tema no interior de suas disciplinas” é um dos principais desafios a serem enfrentados. Além disto compreende-se que a inclusão da educação sexual e da sexualidade como componentes curriculares a serem tratados no âmbito da educação básica se constitui em um avanço importante, contudo há um hiato existente entre o marco legal e a realidade das escolas, assim como a ausência de materiais e a preparação necessária dos professores para este fim. (MONTEIRO, 2023)

Outra pesquisa que corrobora com esta visão é de Alves (2018), que trabalha as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade permeiam a escola em diversas formas, abordando questões como homofobia, diversidade sexual, feminicídio, violência e abuso sexual, prostituição, gravidez, namoro, amizade, entre outras. Esses são temas cruciais na contemporaneidade, especialmente no ambiente escolar, onde os

gestores desempenham um papel fundamental na garantia dos direitos de todos, principalmente no que diz respeito ao respeito à diversidade presente na comunidade escolar. (ALVES, 2018)

A pesquisa revelou, ao explorar as particularidades dessas temáticas na vida escolar trazidas pelas gestoras, que o trabalho realizado ainda é incipiente, mas ao mesmo tempo complexo, árduo e intenso. Esse esforço deve começar desde a formação inicial e estender-se por todo o trabalho da gestora, incluindo formação continuada e discussões sobre as diversas questões contemporâneas que surgem a cada ano. As escolas, como protagonistas dessas temáticas, não podem ignorar ou negar a existência delas. É crucial investir na escola e na formação dos profissionais, sendo esses elementos cruciais para efetivar mudanças significativas nos Direitos Humanos e na qualidade de vida de todos. Ao final da pesquisa, surgiram mais perguntas do que respostas, como por exemplo, que tipos de formação (presencial ou à distância) sobre a temática estudada seriam mais pertinentes para gestores e profissionais da educação, e como proporcionar conhecimentos práticos sobre direitos humanos, gênero e sexualidade aos gestores escolares. Isso abre espaço para novas pesquisas na área da educação. (ALVES, 2018)

Considerações finais

É prematuro apresentar informações de resultados, entretanto podemos, através das pesquisas já realizadas apreender a relevância e a urgência em qualificar o máximo possível dos profissionais da educação, não somente os professores, porque todos que estão no ambiente escolar são responsáveis direta ou indiretamente pela segurança e bem estar das crianças.

A ausência de reflexão e diálogo sobre as dinâmicas de poder, gênero e sexualidade contribui para o reforço das violências, tanto de gênero quanto contra indivíduos LGBTQIAP+. A falta de uma formação contínua para os profissionais que atuam nas escolas é notável, uma lacuna que poderia ser preenchida de maneira benéfica,

promovendo uma mediação mais efetiva em diversos processos, diferentes da abordagem atual das gestoras e profissionais da educação em geral.

Quando se vive em uma sociedade machista e patriarcal sendo parte do grupo de pessoas que não se identificam com a prática discursiva dominante, como é o caso das crianças que estão dentro do espectro da diversidade sexual e de gênero, passa-se a problematizar o motivo de algumas situações serem como são, bem como questionar o porquê as “verdades” que parecem dominar o ambiente são contrárias aquelas em que acredita e, desta forma, indaga-se o motivo de seus sentimentos e pensamentos serem divergentes dos da maioria de pessoas com as quais convive. Sobreviver a toda esta pressão social é extremamente desgastante e pode ocasionar diversos traumas para esta criança dependendo do ambiente em que é obrigada a enfrentar e das orientações ou reprovações que recebe em seu dia a dia. Por este motivo, é preciso trabalhar as ordens discursivas dentro do ambiente escolar, de forma que um dos principais discursos a serem seguidos, tanto por professores quanto por alunos, seja sobre a importância de respeitar a todas as pessoas.

Através da análise dos discursos produzidos e/ou reproduzidos pelos profissionais da educação, e das pesquisas em educação sexual compreende-se que uma maneira eficaz de começar a trabalhar a educação para a diversidade sexual e de gênero poderia ser elaborar um material didático pedagógico específico às necessidades das instituições de ensino, como uma apostila elaborada para uso em

formações e/ou HTPC'S pelos professores e demais membros do corpo docente.

É neste sentido que este capítulo pretende atuar, ao fornecer a todos os profissionais da educação informações para capacitá-los sobre assuntos relacionados à sexualidade, especialmente no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero em suas formações e HTPC's, estabelecendo um olhar mais compreensivo, humano e acolhedor sobre o tema, de maneira que este professor se sinta motivado a trabalhar para garantir um ambiente seguro e integrativo que possibilite um desenvolvimento saudável destas crianças dentro do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jozimara Assunção Camilo. Direitos Humanos Nas Políticas Públicas Educacionais: As Falas Da Gestão Sobre Gênero E Sexualidade. 2018. Dissertação Mestrado – UNESP Araraquara, 2018.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. São Paulo: Annablume Editora, 2017. Disponível em: https://wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496012012_A_RQUIVO_fazendogeneroresumo.pdf. Acessado em agosto 2023.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da realidade. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-

g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf Acesso em: 07/09/2023.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 3ª ed. Loyola, 1996. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf acesso em: 15/08/2023.

FOUCAULT, Michael. História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2009. v. 1.

FOUCAULT, Michael. História da Sexualidade: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2009. v. 3.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf> acesso em: 20/08/2023.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Pesquisa Nacional Diversidade na Escola – Sumário Executivo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/sumario_diversidade.pdf. Acesso em: 18/08/2023

MISKOLCI, R. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças – 2.ed, rev. e ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2015. (Série Cadernos da Diversidade; 6).

MOMESSO, Maria Regina; MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza. Educação, diversidade num mundo de pós-verdade. Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 170-181, jan./jun. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13200/8654> Acesso em: 25/08/2023

MONTEIRO, Solange Aparecida De Souza. Educação Sexual E Educação Para A Sexualidade No Brasil E Em Portugal: uma análise do marco legal e das narrativas dos professores sob a ótica de Michel Foucault. Tese de doutorado UNESP, Araraquara, 2023.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO – Instituto Unibanco, Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gclid=Cj0KCQjw0vWnBhC6ARIsAJpJM6fHT1mxLcW2GkRXaeXx1VAiF_GkhlLjjmJrz0CQqvcXkllszYTpnw4aAlhhEALw_wcB Acesso em: 25/08/2023

SILVA, Roberto Rafael Dias da. A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.31, n.118, p. 1-22, jan./mar. 2023.

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO ESCOLAR NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SEXUAL EFICAZES: UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA

Eliane Compri de Azevedo Mattos²¹

Débora Raquel da Costa Milani²²

Isabella Mattos²³

INTRODUÇÃO

A sexualidade, inerente ao ser humano, se manifesta através de gestos, palavras, atos e sensações relacionadas ao prazer, presentes durante todo o desenvolvimento da pessoa. De acordo com Souza (2002 apud GOMES), desde que homens e mulheres nascem até o final de suas existências há o fenômeno da vida sexuada, em outras palavras, a sexualidade. Nessa temática, a adolescência torna-se foco, haja vista que é nessa fase da vida que os indivíduos começam a aguçar psicologicamente e socialmente os aspectos psicofisiológicos da sexualidade. “As transformações dessa fase da vida fazem com que o adolescente viva intensamente sua sexualidade” (CAMARGO; FERRARI, 2009, p. 938).

Acompanhar e orientar os adolescentes durante esse desenvolvimento pode ajudá-los a construir uma identidade sexual saudável, oportunizando experiências de prevenção e de promoção de saúde. Nesse contexto, sendo a escola um espaço também de vivências relacionadas à sexualidade, tem a função de contribuir para que os

²¹ Mestra em Educação Sexual - Unesp – elianemattosesesc@gmail.com

²² Doutora em Educação Escolar - Unesp – deb.milani@yahoo.com.br

²³ Doutoranda em Ciências Sociais - Unesp – isinha_mattos@hotmail.com

alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com responsabilidade, na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro, elementos essenciais, para a formação de cidadãos conhecedores de seus direitos e capacidades.

De acordo com o Art. 229, caput, da Constituição Federal de 1988: “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.” Dessa forma, esse dever de educação abrange a sexual, por isso a educação sexual da escola deve ser complementar à da família, assim é de extrema relevância que os educadores conscientizem-se dessa propositura, a fim de traçarem atividades que visem trabalhar o assunto juntos aos discentes.

Portanto, a educação sexual é uma parte essencial da formação dos estudantes, contribuindo para sua saúde física e emocional, bem como para o desenvolvimento de habilidades interpessoais e tomada de decisão responsável. A gestão escolar desempenha um papel vital na implementação bem-sucedida de programas de educação sexual, fornecendo liderança, estrutura organizacional e suporte necessário para alcançar os objetivos educacionais. Neste artigo, abordou-se a importância da gestão escolar na promoção de programas de educação sexual eficazes, fundamentando nossa análise em evidências científicas e estudos de caso relevantes.

METODOLOGIA

Com base no objetivo de pesquisa baseado em uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa optou-se pela realização do

método científico baseado na revisão de literatura, essa foi obtida a partir de três banco de dados como a plataforma da CaFE Capes, Google Acadêmico e *Scielo* no horizonte temporal dos últimos cinco anos (2018 - 2023). Ao todo foram encontrados mais de três mil artigos, entretanto, foram selecionados por meio das palavras-chave "importância da gestão escolar", "educação sexual nas escolas" e "currículo" trinta artigos.

De acordo com Gil (1996) a revisão de literatura é apropriada para pesquisas que visam explorar determinado assunto ou temática. Nesse sentido, por se tratar de uma pesquisa de cunho exploratório na qual ainda existem poucas pesquisas sobre a correlação desses assuntos, a escolha do método foi o mais preciso para que se cumprisse com os objetivos pretendidos.

Além disso, a abordagem de análise dos dados pautada na teoria de Bardin (1997) também contribuiu para a compilação dos resultados e discussão através de tópicos observados na maioria dos artigos como: Definição de Papéis e Responsabilidades; Desenvolvimento de Políticas Escolares; Fornecimento de Recursos Adequados e Apoio à Formação de Professores, os quais serão trabalhados no próximo tópico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Definição de Papéis e Responsabilidades

Considerar a família como a fonte primária de toda a educação, incluindo-se a sexual, é consensual. No entanto, o que se observa é que, de modo geral, a educação sexual realizada pela família não dá conta de todos os aspectos da sexualidade, uma vez que os pais

encontram sérias dificuldades para tratar desse assunto. Muitas famílias não tratam do assunto com seus filhos, por considerarem que o diálogo antecipa a prática sexual e por se sentirem despreparados e tímidos em tratar do assunto oriundo da deseducação sexual na qual foram vítimas.

Esse descompasso entre pais e filhos está centrado na ausência de diálogo sobre os assuntos ligados a sexo, omissão, respostas incompletas ou erradas, censuras, dificuldades de comunicação, ignorância, pouca disponibilidade de tempo, dentre outros fatores (SANTOS; BRUNS, 2000).

A discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio vem se intensificando, com diferentes enfoques e ênfases, a demanda por trabalhos nesta área aumentou em virtude da preocupação dos educadores com o grande crescimento da incidência de gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco de infecção sexualmente transmitidas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a gestação nesta fase é uma condição que eleva a prevalência de complicações para a mãe, para o feto e para o recém-nascido, além de agravar problemas socioeconômicos já existentes. A taxa de gestação na adolescência no Brasil é alta, com 400 mil casos/ano. Esses dados são significativos e requerem medidas urgentes. Diversos fatores concorrem para a gestação na adolescência. No entanto, a desinformação sobre sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos é o principal motivo. Questões emocionais, psicossociais e contextuais também contribuem,

inclusive para a falta de acesso à proteção social e ao sistema de saúde, englobando o uso inadequado de contraceptivos.

Ademais, os autores Camargo e Ribeiro (1999 apud GOMES) definem a sexualidade como “uma energia forte e mobilizadora, uma dimensão da expressão do ser humano em sua relação consigo mesmo e com o outro, lugar do desejo, do prazer e da responsabilidade”. Com a ativação hormonal, trazida pela puberdade, a sexualidade assume o primeiro plano na vida e no comportamento dos adolescentes. A escola pode ter papel importante, canalizando essa energia que é vida, para produzir conhecimento, respeito a si mesmo, ao outro e à coletividade (BRASIL, 1998).

Dessa forma, a escola coloca-se na vida do jovem como uma instituição de grande significado, por proporcionar o exercício de sua identidade para além da família, em contatos com contextos de condicionamentos e diferenças sociais, e por criar condições para a produção e o acesso a novos saberes e ao conhecimento socialmente produzido e sistematizado.

Desenvolvimento de Políticas Escolares

A gestão escolar desempenha um papel fundamental na criação de políticas escolares claras que apoiam a educação sexual. Isso inclui a definição de metas e objetivos específicos para a educação sexual, a identificação de tópicos a serem abordados, a seleção de materiais curriculares apropriados e a criação de diretrizes para a formação de professores. Escolas com políticas bem definidas têm maior

probabilidade de fornecer uma educação sexual completa e baseada em evidências.

As políticas escolares desempenham um papel fundamental na promoção da equidade na educação, estabelecendo diretrizes para a distribuição justa de recursos, a fim de garantir que todas as escolas, independentemente de sua localização ou recursos financeiros, tenham a capacidade de oferecer uma educação de qualidade. Além disso, as políticas podem focar na inclusão de estudantes de diversas origens e necessidades, garantindo que todos tenham igualdade de oportunidades de aprendizado.

Também, podem ser usadas para definir padrões de qualidade educacional e estabelecer estratégias para alcançá-los. Isso inclui a definição de currículos, métodos de avaliação, desenvolvimento profissional de professores e medidas para medir o desempenho escolar. Ao criar políticas que incentivam a melhoria da qualidade, os sistemas educacionais podem se esforçar para oferecer uma educação de alta qualidade a todos os estudantes.

Para a questão da educação sexual como foco, as políticas escolares são apoiadas pela gestão escolar ao serem flexíveis o suficiente para se adaptar a desafios emergentes. A capacidade de responder de maneira eficaz a esses desafios é fundamental para a resiliência do sistema educacional.

Fornecimento de Recursos Adequados

Apoio à Formação de Professores

Grande parte das escolas, na atualidade, trabalham com o

aparelho reprodutivo, em Ciências Naturais, com ênfase no aspecto biológico da sexualidade. Essa abordagem é de grande importância, mas normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes. Assim, partindo da premissa de que “a sexualidade se manifesta, [...] em todo e qualquer espaço em que o sujeito, meninos e meninas, homens e mulheres, estão inseridos” (JESUS, 2007 apud AQUINO; MARTELLI, 2010, p.1), a escola não deverá omitir-se diante das questões que se apresentam em torno da sexualidade, em especial, quanto aos adolescentes que são os mais propensos a se tornarem vulneráveis diante das fragilidades psicofisiológicas.

Segundo Nunes e Silva (2000, p.07) "As diferentes interações sociais possibilitam o aguçar de novas curiosidades e o aparecimento de dúvidas sobre o seu desenvolvimento, o seu corpo, sua vida e sobre o outro, podendo ser compreendido como um processo longo e indefinido de conhecimento do mundo a sua volta". A sexualidade motiva grandes curiosidades e questões entre os adolescentes e ignorá-las, ocultá-las ou reprimi-las são atitudes que não promovem o desenvolvimento de uma pessoa moralmente autônoma sobre sua sexualidade. Infelizmente, essas atitudes de repressão são comuns entre os adultos, em particular, entre os professores, o que pode refletir negativamente na vida presente e futura dos adolescentes.

Verifica-se que várias são as dificuldades encontradas para se estabelecer um diálogo aberto sobre sexualidade entre os adolescentes e professores; a falta de conhecimento, constrangimento em abordar o tema, ausência de subsídios ou mesmo de uma formação continuada.

Estas são as principais barreiras para que a sexualidade não seja abordada com base no contexto sociocultural dos sujeitos envolvidos.

De acordo com Nunes e Silva (2000, p.68), “a ausência de fundamentos científicos leva os professores a basearem-se sempre nos elementos mais conservadores e tradicionais de uma cultura repressiva e negativista do sexo e suas dimensões reforçadas pela família, pela religião e pela própria escola”. Ainda, Braga (2009 apud AQUINO; MARTELLI, 2012) aponta que a própria experiência pessoal, os (as) educadores (as) precisam de uma mudança de atitude, querem aprender, abrirem-se ao desafio [...]. Necessita participar de cursos, debates, grupos de estudos entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre o grupo profissional.

As fronteiras da adolescência, como etapa do desenvolvimento humano, têm variado no tempo e no espaço, de uma cultura para outra. Para a Organização Mundial de Saúde, ela abrange a faixa etária entre 10 e 19 anos e, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, começa aos 12 e vai até os 18 anos, caracterizando-se por um período de transformação biopsicossocial, com profundas e abrangentes mudanças nos aspectos físicos, adaptações a novas estruturas psicológicas e ambientais, que acompanham a transição do estágio infantil para o adulto, com repercussões individuais, familiares e sociais.

Considerando, então, as dúvidas dos adolescentes sobre sexualidade, compreende-se a relevância da educação sexual nos currículos escolares de modo em que a escola passa a ser essencial no processo de socialização, encontrando um lócus privilegiado de

desenvolvimento. Ademais, é espaço de construção de valores, da afetividade, da racionalidade, da subjetividade, da identidade de todos os sujeitos envolvidos nela. A escola se constitui, portanto, em uma mediação fundamental no processo de socialização, de educação e de construção objetiva e subjetiva dos indivíduos (KROLL ET AL., 2005, p.41-42).

Ao integrar a sexualidade como componente do trabalho pedagógico focalizado nos adolescentes, busca-se para além da conscientização, uma melhor qualidade de vida, em diferentes contextos, e contribuindo com o somatório no arcabouço da saúde mental, sexual, social e reprodutiva destes indivíduos. Posto isto, entende-se o conhecimento como alavanca de uma reflexão crítica para a conscientização e ação, facilitando a travessia e alargando os horizontes da realidade ótica sobre a sexualidade. Isso porque, de outra forma, seria impossível aprender a ser e a viver em grupo, ignorando o lugar do desejo, do prazer e da responsabilidade.

Desafios e proposituras.

Vitiello (1994, p.204) define Educação Sexual como “a parte do processo educativo especificamente voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade”. Nesse viés, optou-se por essa definição, pois a Educação Sexual pode contribuir, entre outros fatores, para a diminuição dos índices de gravidez na adolescência, a redução da transmissão entre os jovens de ISTs, abuso sexual e tornar o jovem conhecedor do que representa a sexualidade humana para si próprio e no contexto da sociedade brasileira. E ainda ressalta-se a

necessidade de se esclarecer sobre os tabus e preconceitos existentes na sociedade, promovendo o respeito pela liberdade de expressão, de opção sexual, e de se discutir os conceitos de puberdade, sexo seguro, aborto, abusos sexuais, violência, reconhecimento geral dos órgãos sexuais humanos e suas funções, sexo como reprodução e prazer.

Hodiernamente, alguns dados se tornam relevantes para a tratativa do tema. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, envolveu 60.973 escolares e 1.453 escolas públicas e privadas. A análise dos dados aponta que 30,5% dos adolescentes já tiveram relação sexual alguma vez na vida, sendo mais frequente em meninos (43,7%) do que em meninas (18,7%), naqueles que estudam em escola pública (33,1%), com idade acima de 15 anos (47,3%) e aos 16 anos (63,5%). A idade de iniciação sexual foi precoce e 40,1% dos adolescentes relataram ter tido um único parceiro na vida.

Os professores, portanto, apesar de perceberem a necessidade de adotar uma maior abertura para o tratamento das questões relativas à sexualidade na escola, continuam sem subsídios adequados para trabalhar essas questões. Sendo assim, geralmente, acabam por relegá-la a um enfoque totalmente biologizante, tendo como função preservar o educador frente aos alunos, com relação aos seus próprios questionamentos, receios e ansiedades (LOURO apud TONATTO; SAPIRO, 2002, web).

No entanto, se por um lado, a escola, em geral, prefere adotar uma mediação essencialmente biológica sobre a sexualidade humana;

por outro, há escolas que conseguem desenvolver experiências positivas com relação à mediação dos conceitos de sexualidade e elas se devem sobretudo à atuação dos professores. Os referenciais e práticas propostos pela educação participativa em saúde se mostram alternativas legítimas de enfrentamento, fundadas na reflexão acerca da realidade das condições de vida e contextualização do indivíduo em sua complexidade, com abordagens educativas emancipatórias.

Ademais, Bernardi (1985) salienta que há uma tendência do educador negar a sua sexualidade e a de seus educandos, procurando manter um distanciamento do assunto, sendo indispensável sua qualificação para modificar sua forma de encarar a sexualidade. Assim, o processo de construção de um projeto de Educação sexual perpassa várias etapas, sem dúvida, a preparação dos profissionais é a mais importante. Faz-se necessário, porém, a apresentação de conhecimentos abrangentes, sempre levando em consideração os aspectos sociais, afetivos, filosófico-morais dos alunos, que integrem corpo, alma, mente, simbolização, prazer e as ansiedades e necessidades dos educandos.

Este enfoque educativo pressupõe a perspectiva do trabalho com indivíduos e grupos, acentuando a condição de sujeitos plenos e plurais, utilizando metodologias participativas, fundamentando-se no entendimento dos atores envolvidos e no contexto vivenciado. Assim, pretende-se não apenas contribuir com uma instrumentalização ou revisão de marcos conceituais e referenciais teóricos, mas também estabelecer metodologias apropriadas que conduzam à reflexão crítica e ação para mudança da realidade com apropriação de novas formas de

pensar e atuar, passíveis de serem coletivamente construídas, atualizadas e reformuladas.

Ao ocultar o assunto, pais e educadores já estão se posicionando sobre ele de modo que a neutralidade pode ser pior que uma posição contrária, a “cultura do silêncio” que ainda impera na escola e na família, esquece que não precisa-se necessariamente utilizar o diálogo, para expressar os posicionamentos. A omissão, os gestos, as proibições carregadas dos valores moralistas e socioculturais são uma maneira de contribuir para que o preconceito e os tabus sexuais se perpetuem.

Conclui-se a urgência da Educação Sexual Sistemática que se pautar na informação, orientação, aconselhamento e formação. Se faz fundamental a integração da família com a escola, pois isso certamente possibilitará uma ação educativa eficaz, se pais e educadores assumirem a corresponsabilidade da educação sexual, isso melhoraria a relação entre todos. Contudo para que tenhamos a possibilidade de refletir sobre a sexualidade e suas diferentes formas de expressão e que professores sejam agentes de mudança em seus locais de trabalho destaca-se o caráter urgente de formação para a área docente, assim a educação sexual pode ser compreendida como ferramenta essencial para o cuidado em saúde se incluída como prática regular e sistematizada.

CONCLUSÃO

Com base em evidências científicas e estudos de caso, ficou evidenciado que a gestão escolar desempenha um papel fundamental na implementação de programas de educação sexual eficazes. A definição de papéis e responsabilidades, o desenvolvimento de políticas escolares claras, a alocação de recursos adequados, o apoio à formação de

professores e o envolvimento dos pais e da comunidade são todos elementos essenciais para o sucesso da educação sexual nas escolas. Portanto, é crucial que as escolas reconheçam a importância da gestão escolar e a capacitem para liderar efetivamente a implementação de programas de educação sexual abrangentes e baseados em evidências.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Sobre a educação sexual como um problema escolar. 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/174223715/Sobre-Educacion-SexualComo-Un-Problema-Escolar>. Acesso: mai. 2021

ALVES, C. R. L; VIANA, M. R. A. Saúde da Família: cuidando de crianças e adolescentes. Belo Horizonte: Coopmed, 2003. p. 282.

ANJOS, L. F.R. dos; OLIVEIRA, M.E.P. de; CAIXETA, J.E. A Percepção de Professores sobre o uso das tecnologias de informação e de comunicação - Tic's No Processo De Ensino. I Simpósio de Educação e Comunicação. Anais Eletrônicos, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2010. Disponível em: <<http://www.ead.unit.br/simposioregional/index.php?link=arquivos>>. Acesso: mai. 2021.

AQUINO, C.; MARTELLI, A. C. Escola e educação sexual: uma relação necessária. Anais do IX ANPED Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1105/800>. Acesso: mai. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM - ABEn. *Adolescer: Compreender, Atuar, Acolher*. Brasília: ABEn, 2001. p. 304.

BARDIN, C. *Análise de conteúdo*: Lisboa: Edições 70, 1997.

BERNARDI, M. *A Deseducação Sexual*. São Paulo: Summus, 1985.

BRAGA, M. R. Adolescência e educação sexual: desafio para o novo século. In: BRAGA, M. R. Um olhar da psicologia sobre a educação: diagnóstico e intervenção na infância e na adolescência. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. PENSE 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/default.shtm>. Acesso: mai. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º Ciclos: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. p. 285 - 335.

BUENO, S. M. V. et al. Educação para Promoção da Saúde Sexual/DST - AIDS. Ribeirão Preto: Villimpress, 1995. 176p.

BUENO, S. M. V. Educação Preventiva em Sexualidade, DST - AIDS e Drogas nas Escolas: Pesquisa Ação e o compromisso social. 2001. 263 f. Dissertação (Livre Docência) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2001.

CAMARGO, E.A.I.; FERRARI, R. A. P. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. Ciência Saúde Coletiva [online], vol.14, n.3, pp. 937-946, 2009.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. Sexualidade (s) e Infância (s): A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAGAS, E.R.C. Sexualidade como tema transversal: reflexões e considerações. Em RIES, B.E.; RODRIGUES, E.W. (orgs.). Psicologia e Educação: fundamentos e reflexões. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHAUÍ, M. Escritos sobre a universidade. São Paulo: UNESP, 2001.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

GOMES, A.P.M.J. Manifestações da sexualidade no comportamento dos adolescentes e a influência da mídia. Secretaria de Educação do Paraná. Portal Dia-a-Dia da Educação. Texto disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/445-4.pdf>. Acesso: mai. 2021.

HERBERT, M. Convivendo com o adolescente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

KROLL, A.F. *et al.* Adolescência e sexualidade: um diálogo necessário. Boletim da Saúde, v. 19. n°2, 2005. Disponível em: [www. http://www.esp.rs.gov.br/img2/v19n2_08Adolescencia.pdf](http://www.esp.rs.gov.br/img2/v19n2_08Adolescencia.pdf). Acesso: mai. 2021.

LEVISKY, D. L. Adolescência: reflexões psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 15 - 52, 1995.

LIMA, L. L. G. Confissão e Sexualidade. In: Parker, R.; Barbosa, R. M, Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1996.

LOURO, G. L. Corpo, escola e identidade. Educação & Realidade, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000.

NUNES, C.; SILVA, E. A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000.

PEREIRA, K.C. Sexualidade na adolescência: trabalhando a Pesquisa-Ação com referenciais teórico-metodológicos de Paulo Freire. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem Psiquiátrica, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP para obtenção do título de Mestre em Enfermagem Psiquiátrica. Ribeirão Preto, 2007.

SAITO, M.I.; LEAL, M.M. Educação sexual na escola. Revista de Pediatria, vol. 22, nº 1, 2000. Disponível em: <http://www.pediatriasaopaulo.usp.br/upload/html/451/body/07.htm>. Acesso: mai. 2021.

SANTOS, C.; BRUNS, M. A. T. A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica. São Paulo: Ômega, 2000.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Projeto: Sexualidade na Adolescência – FAROL, 2007. Texto disponível em: <http://www.faculturauniversal.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11>. Acesso: mai. 2021.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Hália Pauliv de. Convivendo com seu sexo: pais e professores. São Paulo. Ed. Paulinas, 2002.

SILVA, B. R. da. Sobre sexualidade, adolescência e escola: uma proposta de intervenção. 2013. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais)—Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2013.

VIANNA, P. C. M; BARROS, S. O Processo Saúde - Doença Mental: a exclusão social. Reme: Revista Mineira de Enfermagem, Belo Horizonte, v. 6 n. 1/2. p. 86-90, 2002.

VITIELLO, N. Reprodução e Sexualidade: um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1994.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Tematicas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso: jun. 2021.

TONATTO, S.; SAPIRO, C. M. Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. *Psicol. Soc.* [online], vol.14, n.2, p. 163-175, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822002000200009&script=sci_arttext. Acesso: mai. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WHO. World Health Organization. Child and Adolescent Health and Development: Overview of CAH – Adolesct and development. Disponível em: <http://www.who.int/child-adolescent-health/OVERVIEW/AHD/adh_over.htm> Acesso: mai. 2021.

INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS - IST: URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL

*Eliane Compri de Azevedo Mattos*²⁴

*Débora da Costa Milani*²⁵

*Igor Terezane Nardocci*²⁶

*Isabella Mattos*²⁷

*Luciano Ortiz*²⁸

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um aumento significativo no número de novos casos de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), como HIV, HPV e gonorréia. Este cenário representa um desafio para o funcionamento eficiente do Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando suas fragilidades e demandas.

Vale salientar que um dos princípios do SUS é a integralidade e que há alguns anos, os profissionais de saúde já vêm atuando de modo a promover a conscientização sobre o uso preservativos internos ou externos como principal inibidor da propagação de doenças.

No entanto, diante dos últimos dados percebe-se que essa atuação não têm sido o suficiente e assim tem-se na educação sexual uma esperança. Além disso, reforça-se que na literatura acadêmica a temática ainda se apresenta de forma muito incipiente, apesar disso, nos últimos anos foi possível observar uma certa ampliação de trabalhos e cursos de especialização demonstrando a relevância da educação sexual na grade curricular nos diversos estágios de ensino. Ainda, percebe-se que algumas instituições de ensino público já possuem em seus projetos curriculares a inserção de conteúdos e dinâmicas que viabilizam uma

²⁴ Mestra em Educação Sexual, UNESP. E-mail: elianemattosesc@gmail.com

²⁵ Doutora em Educação Escolar, UNESP. E-mail: deb.milani@yahoo.com.br

²⁶ Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela UNIARA, UNESP. Email: igornardocci@gmail.com

²⁷ Doutoranda em Ciências Sociais, UNESP. Email: isinha_mattos@hotmail.com

²⁸ Doutorando em Letras, UNICENTRO. E-mail: lortiz@unicentro.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2356702502004738>

melhor compreensão dos alunos nos assuntos que compõem a educação sexual.

Diante disso, a educação sexual emerge como uma possível solução para mitigar esse problema, especialmente quando inserida nos currículos escolares.

O presente artigo justifica-se pela falta de informação adequada sobre saúde sexual, incluindo prevenção de ISTs, o que tem contribuído para a propagação dessas infecções, especialmente entre jovens. Investir em programas de educação sexual pode reduzir a incidência de ISTs, promovendo comportamentos saudáveis e relações sexuais responsáveis.

Este estudo é relevante pois busca evidenciar a urgência de políticas e programas de educação sexual como estratégia fundamental na prevenção e controle das ISTs, além de contribuir para a melhoria da saúde sexual e reprodutiva de indivíduos e comunidades.

Neste contexto, o presente trabalho visa analisar de que forma a educação sexual pôde refletir como intervenção nas infecções sexualmente transmissíveis, compreender a relação entre educação sexual e comportamentos de risco para ISTs, avaliar estratégias eficazes de educação sexual na prevenção de ISTs e discutir a importância da educação sexual.

2. Epidemiologia das Infecções Sexualmente Transmissíveis - ISTs

A epidemiologia das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) é um campo crucial para compreender a incidência, prevalência, distribuição e os fatores que influenciam essas doenças.

A incidência e prevalência das ISTs representam um importante problema de saúde pública em todo o mundo. A incidência e prevalência variam de acordo com a região geográfica, grupos demográficos, idade, comportamentos sexuais e acesso aos serviços de saúde, sejam em áreas rurais ou urbanas

As ISTs têm consequências significativas para a saúde pública, incluindo complicações de saúde graves, como infertilidade, complicações na gravidez, aumento do risco de câncer, além do ônus econômico de tratamentos médicos e cuidados prolongados.

Existem várias ISTs, cada uma causada por diferentes agentes infecciosos, como bactérias, vírus, parasitas e fungos. Exemplos incluem HIV/AIDS, sífilis, gonorreia, clamídia, herpes genital, HPV e hepatites virais. A transmissão pode ocorrer através de contato sexual desprotegido, compartilhamento de agulhas, de mãe para filho durante a gravidez ou parto, entre outras vias.

Neste contexto os fatores de risco podem estar relacionados a comportamentos de risco, como múltiplos parceiros sexuais, relações sexuais desprotegidas, uso de drogas injetáveis, falta de acesso a serviços de saúde, desigualdades sociais e econômicas, além do estigma e discriminação, são fatores que contribuem para a propagação das ISTs.

Os desafios para controlar as ISTs incluem o aumento da resistência antimicrobiana, barreiras socioeconômicas para acesso aos serviços de saúde, falta de conscientização e estigma associado a essas infecções.

A compreensão da epidemiologia das ISTs é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e educação sexual. A abordagem holística e baseada em evidências é fundamental para reduzir a incidência e o impacto dessas infecções na saúde pública.

3. Educação Sexual como Estratégia de Prevenção

A Educação Sexual desempenha um papel fundamental na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Ela representa uma estratégia eficaz e abrangente para fornecer informações, habilidades e orientações necessárias para que os indivíduos adotem comportamentos sexuais saudáveis e responsáveis.

Ao educar sobre ISTs, a abordagem vai além de simplesmente transmitir conhecimento sobre as doenças. Ela visa capacitar as pessoas a compreenderem os riscos associados às atividades sexuais e a adotarem práticas que reduzam a probabilidade de contrair ou transmitir infecções.

A Educação Sexual começa cedo, idealmente na infância, e continua ao longo da vida. Ela abrange uma ampla gama de tópicos, incluindo anatomia e fisiologia sexual, consentimento, métodos contraceptivos, prevenção de ISTs, diversidade sexual e de gênero, relacionamentos saudáveis, comunicação eficaz e tomada de decisões informadas.

Uma abordagem inclusiva na educação sexual é essencial, reconhecendo e respeitando a diversidade de experiências e identidades. Isso ajuda a garantir que todos os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou situação socioeconômica, tenham acesso a informações precisas e pertinentes para sua saúde sexual e reprodutiva.

Além de fornecer conhecimento, a Educação Sexual promove atitudes positivas em relação ao sexo, reduzindo o estigma associado às ISTs e encorajando a busca por serviços de saúde quando necessário.

Também capacita os jovens a tomarem decisões informadas e a se comunicarem de maneira eficaz sobre sua saúde sexual com seus parceiros e profissionais de saúde.

Os programas eficazes de Educação Sexual são parte integrante de estratégias de prevenção de ISTs. Eles têm o potencial não apenas de reduzir a incidência dessas infecções, mas também de contribuir para a promoção de uma sociedade mais saudável, com relacionamentos mais saudáveis e respeitosos.

Figueiró, destaca que:

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem a negação de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais. (Figueiró, 2006, p.48).

Investir em Educação Sexual não apenas beneficia a saúde individual, mas também tem um impacto positivo na saúde pública, reduzindo custos com tratamentos médicos e melhorando a qualidade de vida das pessoas afetadas por ISTs. Portanto, seu papel como estratégia preventiva é crucial para enfrentar o desafio das Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde sexual como um estado de bem-estar físico, mental e social relativo à sexualidade, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade. Assim, o objetivo da educação sexual deve ser a melhoria da vida pessoal e dos relacionamentos, respeitando e protegendo os direitos sexuais, e não apenas cuidados e aconselhamento em

relação à gravidez ou à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). (Onu, 2018).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sublinha uma abordagem abrangente à saúde sexual, indo além da simples ausência de doença. Destaca a importância do bem-estar físico, mental e social relacionado à sexualidade. Ao direcionar a educação sexual para a melhoria da vida pessoal e dos relacionamentos, respeitando os direitos sexuais, a OMS reconhece a complexidade e a importância cultural dessas questões.

Essa perspectiva global, conforme expressa pela ONU, destaca a necessidade de uma compreensão inclusiva da sexualidade, transcendendo abordagens restritas a questões de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Essa definição ampliada da saúde sexual visa promover uma visão mais holística e respeitosa da sexualidade humana.

4. Desafio e Intervenção em Educação Sexual

O campo da Educação Sexual enfrenta desafios que podem dificultar a implementação de programas eficazes. Um dos principais desafios é a resistência cultural e social à discussão aberta sobre sexualidade. Em muitas sociedades, temas relacionados ao sexo ainda são considerados tabus, o que pode levar à oposição a programas de Educação Sexual abrangentes nas escolas e em outros ambientes.

Além disso, a falta de recursos e apoio político para a implementação de currículos de Educação Sexual é uma barreira significativa. Muitas vezes, esses programas não recebem

financiamento adequado ou não são incorporados aos sistemas educacionais de forma consistente.

A diversidade de opiniões sobre o conteúdo dos programas de Educação Sexual também é um desafio. Diferentes grupos e comunidades podem ter perspectivas conflitantes sobre o que deve ser ensinado, levando a debates e controvérsias sobre o que é apropriado para incluir nos currículos.

Segundo os PCN (Ministério da Educação, 1997, pp. 95-96),

(. . .). Os conteúdos de Orientação Sexual podem e devem ser flexíveis, de forma a abranger as necessidades específicas de cada turma a cada momento. Como decorrência, podem-se encontrar programas de Orientação Sexual bastante diversificados que incluem tópicos como pornografia, prostituição, abuso sexual, métodos contraceptivos, desejo sexual, transformações do corpo na puberdade, iniciação sexual, masturbação e muitos outros mais. A definição dos três blocos de conteúdo da presente proposta de Orientação Sexual responde à necessidade de eleger tópicos que devem ser necessariamente trabalhados e relacionados aos eleitos pelos alunos e sempre devem estar presentes em qualquer programa de Orientação Sexual, de forma a garantir informações e discussões básicas sobre sexualidade. (Ministério da Educação, 1997, pp. 95-96).

No entanto, várias intervenções podem ajudar a superar esses desafios. Uma abordagem inclusiva e sensível à diversidade cultural e de gênero é essencial para garantir que os programas de Educação Sexual sejam aceitos e bem-sucedidos. Isso pode envolver o engajamento das comunidades locais, ouvindo suas preocupações e perspectivas para desenvolver programas que sejam culturalmente relevantes.

O apoio de políticas públicas também desempenha um papel crucial na promoção da Educação Sexual. A implementação de

diretrizes claras e a alocação de recursos financeiros são fundamentais para garantir que os programas sejam consistentes e bem estruturados.

Segundo a BNCC (Ministério da Educação, 2019, p. 6):

(. . .) os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Dentre os vários pesquisadores que investigam e discorrem sobre a relevância e responsabilidade da educação, parece ser consenso que, para atingir seus objetivos e finalidades há que se adotar uma postura que considere o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo. Os TCTs na BNCC também visam cumprir a legislação que versa sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequentam a escola. (Ministério da Educação, 2019, p. 6).

Além disso, a formação adequada de educadores e profissionais de saúde é fundamental para garantir que eles estejam capacitados para oferecer informações precisas e atualizadas sobre saúde sexual e reprodutiva. Isso inclui a capacitação para lidar com questões sensíveis, promover a igualdade de gênero e fornecer suporte aos alunos de maneira inclusiva e não discriminatória.

A colaboração entre instituições educacionais, profissionais de saúde, organizações da sociedade civil e famílias também é vital. Uma abordagem holística e integrada é necessária para garantir que as pessoas tenham acesso a informações confiáveis e abrangentes sobre saúde sexual e para criar ambientes que apoiem a tomada de decisões saudáveis e informadas.

Em suma, embora haja desafios significativos na implementação de programas de Educação Sexual, intervenções que considerem a diversidade, recebam apoio político e comunitário e

ofereçam formação adequada aos educadores podem ajudar a superar esses obstáculos e promover uma educação sexual eficaz e inclusiva.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (Brasil, 2003, s.p.) afirma que:

Educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas. (Brasil, 2003, s.p.).

É fundamental uma abordagem abrangente na educação em direitos humanos. Isso implica não apenas transmitir informações sobre direitos fundamentais, mas também fomentar uma compreensão mais profunda da cidadania e do respeito à diversidade em vários aspectos, como sexualidade, etnia, raça, cultura, gênero e crenças religiosas.

A educação em direitos humanos é apresentada como um meio para promover o respeito à pluralidade e à diversidade em várias dimensões. Isso destaca a necessidade de reconhecer e valorizar as diferenças entre as pessoas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.

5. Metodologia

Por meio de uma revisão bibliográfica sistêmica.

Os resultados serão obtidos diante da análise de conteúdo inspirada no método da francesa Laurence Bardin. Sob tal trajetória, espera-se com isso, ressaltar a importância da educação sexual como instrumento basilar na minimização dos problemas relacionados à

saúde pública. Portanto, este trabalho poderá, ainda, nortear novas pesquisas a respeito do tema e proporcionar a inter-relação entre duas das principais políticas públicas brasileiras: Educação e Saúde, possibilitando uma visão interdisciplinar.

6. Análise e Discussão

A educação sexual pode atuar como intervenção nas ISTs, com base em experiências escolares em Araraquara. A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica e os resultados foram obtidos por meio de análise de conteúdo. Espera-se, com esta pesquisa, evidenciar a relevância da educação sexual na minimização dos problemas de saúde sexual, destacando sua importância como ferramenta preventiva.

O SUS, baseado no princípio da integralidade, enfrenta desafios diante do crescente número de casos de ISTs, demandando intervenções preventivas eficazes. A educação sexual surge como uma abordagem promissora, embora ainda sub-representada na literatura acadêmica. Recentemente, observou-se um aumento de trabalhos e cursos de especialização que ressaltam a importância da educação sexual na formação dos alunos em diferentes estágios de ensino. Algumas instituições de ensino público já adotam práticas curriculares voltadas para a educação sexual, proporcionando melhor compreensão dos alunos sobre temas relacionados.

A Figueiró (2006, p.46) contribui quando complementa que:

Educação sexual é utilizada por ser considerada mais coerente com a concepção do método da educação, onde o educando participa como sujeito ativo do processo de ensino e aprendizagem e não como um mero receptor do conhecimento. Nessa perspectiva o professor cria as condições para o aluno aprender e auxilia o aluno nesse processo de aprendizagem.

(Figueiró, 2006, p.48).

A abordagem da educação sexual como uma prática mais alinhada com a concepção do método educacional, onde o estudante é encarado como um sujeito ativo no processo de aprendizagem. Nesse contexto, o professor assume o papel de facilitador, criando condições para que o aluno participe ativamente na construção do conhecimento, ou seja, o professor é capaz de criar condições propícias para o aprendizado e auxiliar os alunos no processo. Isso sugere uma abordagem mais facilitadora, onde o professor atua como um guia que orienta e apoia os alunos, incentivando a autonomia e a responsabilidade na construção do conhecimento..

A perspectiva destaca a importância do envolvimento dos alunos no processo educativo, promovendo uma aprendizagem mais interativa e significativa. Essa abordagem, ao considerar o educando como mais do que um receptor passivo de informações, ressalta a importância de instigar a reflexão, a autonomia e a participação ativa dos estudantes no desenvolvimento do aprendizado.

A autora Figueiró (2010, p.17) elucida a Educação Sexual por:

Toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja no nível do conhecimento de informação básica, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual. (Figueiró, 2010, p. 17).

A ênfase na participação ativa do educando sugere que a educação sexual é concebida como um processo interativo, onde os alunos desempenham um papel ativo na construção do conhecimento. Isso promove uma abordagem mais dinâmica e envolvente, permitindo

que os alunos se envolvam diretamente com os conteúdos.

7. Considerações Finais

A educação sexual se mostra como um importante pilar na prevenção das ISTs, sendo essencial integrá-la de forma mais efetiva nos currículos escolares. Este estudo destaca a necessidade de políticas públicas mais abrangentes, promovendo a interligação entre Educação e Saúde, buscando uma visão interdisciplinar para enfrentar esse desafio. Além disso, sugere-se que novas pesquisas sejam conduzidas para aprofundar a compreensão dos impactos da educação sexual na saúde pública, visando assim proporcionar embasamento para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na prevenção de ISTs.

8. Referências

Baumfeld, T. S.; Sá, R. B.; Santos, D. F. A.; Monteiro, O. M.; Ferreira, M. B.; Silva, E. M. V. et al **Autonomia do cuidado: interlocução afetivo-sexual com adolescentes no PET-Saúde**. Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro: ABEM, v. 36, n. 1, p. 71-80, mar. 2012.

Boletim Epidemiológico Dst/Aids Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. (Programa Nacional de DST e Aids, v. 2, n. 1).

Borges, A. L.V.; Trindade, R. F. C. **Gravidez na adolescência**. In: _____.; Fujimori, E. *Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica* Barueri: Manole, 2009. p. 334-347.

_____. **Adolescência e vida sexual: análise do início da vida sexual de adolescentes residentes na Zona Leste do município de São Paulo**. 2004. 185f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. Ministério da Saúde e Ministério da Educação. ***Diretrizes para a Implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas***. Brasília, DF: Ministério da Saúde/MEC, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. ***Marco teórico e referencial saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens***. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007a. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. ***Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e educação***. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007b. (Série A. Normas e Manuais Técnicos, n. 76)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. ***Política nacional de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens***. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007c.

_____. Ministério da Saúde. ***Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens***. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. (Caderno de Atenção Básica)

Chauí, M. ***Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida***. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

Figueiró, M. N. D. (2009). **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. (org.) Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. Londrina: UEL, 190.

Furlanetto, M., Lauermann, F., Costa, C. B. da, & Marin, A. H. (2018). **Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura**. Cadernos de Pesquisa, 48(168), 550-571.

<https://doi.org/10.1590/198053145084>.

Fontes, M. **Ilustrações do silêncio e da negação: a ausência de imagens da diversidade sexual em livros didáticos.** *Psicologia Política*, São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Política, v. 8, n. 16, p. 363-378, jul./dez. 2008.

Furlani, J. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: Louro, G. L.; Neckel, J. F.; Vilodre, S. (Orgs.). **Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66-81.

Gaspar, T. (2006). **Comportamentos Sexuais, conhecimentos e atitudes face ao HIV/SIDA em adolescentes migrantes.** *Psicologia, Saúde e Doenças*. 7(2), 299-316.

Gimeno Sacristán, J. (1995). Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Org.) *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.* Petrópolis: Vozes.

Paula, J. A., & Santos, L. M. (2012). **Sexualidade na escola: a necessidade de superar tabus.** Formação continuada. Lambarí d'Oeste-MT.

Ministério da Educação. (1997). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental.** Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>.

Ministério da Educação. (2019). Base Nacional Comum Curricular. Recuperado de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

Moreira, T. M. M.; Viana, D. S.; Queiroz, M. V. O.; Jorge, M. S. B. **Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez.** *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo: USP, v. 42, n. 2, p. 312-320, jun. 2008.

ONU (2018). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações Técnicas Internacionais Sobre Educação em Sexualidade: Um Enfoque Com Base na Evidência.** UNESCO; Paris, França.

Quirino, J. S. (2003). **Sexualidade na escola: encaminhamentos**

metodológicos na perspectiva dos professores de Ciências. 2003. <http://www.uel.br/pos/mecem/arquivos_pdf/QUIRINO.pdf>

Paiva, V.; Pupo, L. R.; Barboza, R. O. **O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil.** *Revista de Saúde Pública*, São Paulo: USP, v. 40, p. 109-119, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40s0/15.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.» <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v40s0/15.pdf>

Pires, M. R. G. M. **Politicidade do cuidado como referência emancipatória para a enfermagem: conhecer para cuidar melhor, cuidar para confrontar, cuidar para emancipar.** *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto: USP, v. 13, n. 5, p. 729-736, 2005.

Saito, M. I. **Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco.** A prevenção em questão. In: Saito, M. I.; Silva, L. E.; Leal, M. M. (Eds.). *Adolescência, prevenção e risco* 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2008. p. 41-46.

Unesco (2018). **Orientação Técnica Internacional da UNESCO sobre Educação em Sexualidade: Uma Abordagem Baseada em Evidências.** 2018. Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260770_eng. Acesso em: 15 ago 2023.

Yazlle, M. E. H. D.; Franco, R. C.; Michelazzo, D. **Gravidez na adolescência: uma proposta de prevenção.** *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, Rio de Janeiro: FBSGO, v. 31, n. 10, p. 477-479, 2009.

Zimbres, F. M.; Palma, R. P. **Educação sexual e gravidez: o que pensam alunos e professores de uma escola particular e de uma pública sobre esse tema?** 2009. 80p. Trabalho (Conclusão do Curso de Ciências Biológicas) - Universidade Mackenzie, São Paulo, 2009.

Um dos principais focos da educação sexual contemporânea é a inclusão e a diversidade. Reconhecendo e valorizando a variedade de experiências, identidades de gênero e orientações sexuais, a educação sexual promove a aceitação e o respeito por todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, origem étnica ou condição socioeconômica.

"Interfaces da Educação Sexual" é uma obra que mergulha nas diversas facetas da educação sexual, explorando suas conexões com diferentes áreas do conhecimento e seus impactos na sociedade contemporânea. Este livro reúne uma série de ensaios e análises elaboradas por especialistas, oferecendo uma visão abrangente e multidisciplinar sobre o tema.



apprehendere
editora